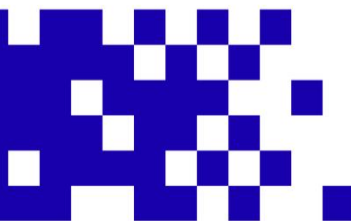




RELATÓRIO DECENAL PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025

DADOS DA ADM. PÚBLICA



**ESTADO BAHIA
TERRITÓRIO NTE 17
RIBEIRA DO POMBAL -BA**

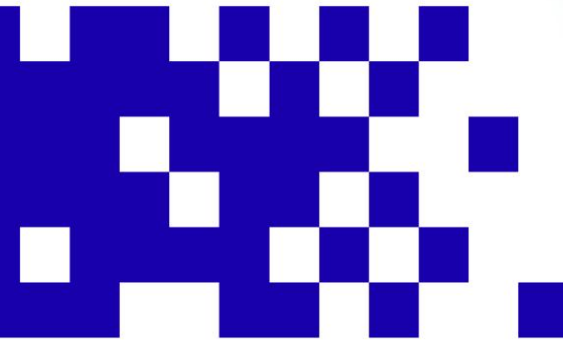
**GESTOR MUNICIPAL
Eriksson Santos Silva**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Aline Santos da Silva**



**ETMA - EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DO PME**

(Ato legal: Decreto nº 012 de 02 de março de 2023)



**REPRESENTANTES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Yvanize Maria de Oliveira Santana /Titular e
Coordenadora da ETMA do PME
(Nair Tatiana Macêdo de Santana /Suplente)
Maria Gorett Oliveira Gama Santos/ Titular
(Sandra Silva Costa /Suplente)**

**REPRESENTANTES DOS PAIS OU
RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS**

**Vinícius Costa Morais/ Titular
(Leonardo Lourenço Alves / Suplente)**

**REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS
ESCOLAS PARTICULARES**

**Ednaldo Lino Vital /Titular
(Alan Carvalho/ Suplente)**

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

**José Adielton Carvalho de Matos /Titular
(Juscinaide Maria dos Santos /Suplente)**

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

**M. Geyza da Silva Alves de A. Carvalho /Titular
(Elba Kleise de Araújo S. Brum /Suplente)**

**REPRESENTANTES DOS GESTORES
MUNICIPAIS**

**Maria do Perpetuo Socorro F. de Santana / Titular
(Sebastião Dantas Viana/Suplente)**

REPRESENTANTES DOS ALUNOS

**Isaura Souza da Silva /Titular
(Devalmir Calazans M. de Andrade /Suplente)**

**REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**

**Marcelo Emanuel Silva /Titular
(José Edilson dos Santos Morais /Suplente)**

**REPRESENTANTES DO SISTEMA
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Francisco de Assis Cezar/ Titular

**REPRESENTANTES DE INST. DE ENSINO
SUPERIOR**

**Mônica Rehem de M. Daltro /Titular
(Charles Bruno Mendes Bulhões / Suplente)**

**EQUIPE TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E
PRODUÇÃO DE RELATÓRIO**

**SUPERVISÃO E VALIDAÇÃO DE
DADOS:**

**Yvanize Maria de Oliveira Santana
Maria José Pereira de Jesus Silva**

**ARTICULAÇÃO E
ASSESSORAMENTO DE PESQUISA E
PRODUÇÃO:**

Lílian Carine Ferreira Cruz

**COLETA DE DADOS- CENSO
ESCOLAR:**

**Rian Jesus Reis
José Edilson da Silva
Maria Lúcia dos Santos Reis**

**CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE
DOS INDICADORES:**

Jordânia F. de Souza- meta 1

**Tereza Cristiane Almeida B. da
Silva– meta 2**

Maria José Sara Carvalho- meta 4

**Elaine Cristina S. dos Santos – me-
tas 5 e 2**

Diego Cerqueira Santos – meta 7

Maria Goretti Oliveira – meta 9

**M José Pereira de Jesus Silva -
meta 21**

**COLETA DE DADOS –
FINANCIAMENTO DA EDUC:**

**Carlos Alberto de Oliveira Silva
Âmara Maria Gonçalves**

**COLETA DE DADOS- PROGRAMAS
EDUCACIONAIS:**

Patrícia Moraes de Santana

**MONITORAMENTO DE
ESTRATÉGIAS:**

**Equipe da Secretaria Municipal
de Educação**

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AF – Anos Finais

AI – Anos Iniciais

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Conselho Alimentação Escolar

CAQ – Custo Aluno Qualidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

Educa censo – Censo da Educação Básica

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional de Avaliação da Educação Básica

ES – Ensino Superior

ETMA – Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IE- Instituições de Ensino

LDO- Lei das Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PEE – Plano Estadual de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnaic – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa

Pnate – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA- Plano Plurianual

RCM– Referencial Curricular Municipal

RE- Rede Estadual

RM – Rede Municipal

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEME- Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
APRESENTAÇÃO	3
MENSAGEM INSTITUCIONAL DA ETMA – RELATO FINAL DE EXPERIÊNCIA (2015–2025).....	7
PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS: INTEGRAÇÃO COM O PME - CONTEXTOS E ALINHAMENTOS.....	9
RELAÇÃO PNE , PEE, PME.....	16
INDICADORES E ESTRATÉGIAS DAS METAS – AVALIAÇÃO DECENAL.....	20
META 1	21
META 2	30
META 3	40
META 4	48
META 5	58
META 6	67
META 7	78
META 8	90
META 9	99
META 10	108
META 11	117
META 12	126
META 13	134
META 14	141

META 15	146
META 16	156
META 17	164
META 18	169
META 19	175
META 20	185
META 21	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS:	203
ANEXO – RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PME.....	208
ANEXO : FICHAS TÉCNICAS	211
ANEXO: DADOS COLETADOS PARA CÁLCULO DE INDICADORES	223
ANEXO: DADOS COMPLEMENTARES DOS INDICADORES DAS METAS	5
ANEXO: FOLDER DE APRESENTAÇÃO DOS MONITORAMENTOS DO PLANO.....	19
ANEXO: PLANO DE TRABALHO DA ETMA	21

APRESENTAÇÃO

Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME
Ribeira do Pombal – Bahia | decênio 2015–2025.

O presente Relatório Final consolida o processo de monitoramento e avaliação das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME) de Ribeira do Pombal-BA, instituído pela Lei Municipal nº 658/2015, em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014). Trata-se de um documento de natureza estratégica e institucional, cuja função é apresentar, de forma sistematizada, o percurso da política educacional municipal no decênio 2015–2025, evidenciando resultados alcançados, desafios persistentes, inovações, limites operacionais e recomendações para o próximo ciclo de planejamento.

A elaboração deste Relatório é conduzida pela Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA), criada pelo Decreto Municipal nº 012/2023, com atuação articulada à Secretaria Municipal de Educação, às instâncias de monitoramento e controle social e às demais estruturas da Administração Pública Municipal. Ao organizar e interpretar dados, informações e evidências produzidas ao longo de dez anos, este documento reforça o compromisso do Município com a transparência, com a participação social e com a gestão educacional baseada em evidências, entendendo o PME como política de Estado e instrumento de governo.

Estrutura e abrangência do Relatório Final

Este Relatório contempla a trajetória de monitoramento das vinte metas do PME no período de 2015 a 2025, considerando os diferentes ciclos de coleta e análise de dados. A partir da consolidação de séries históricas, foram revisitados e atualizados indicadores, alinhando-os a bases oficiais como a Sinopse Estatística do Censo Escolar/INEP, o Censo Demográfico/IBGE, os resultados do SABE-BA, do SAEB e das condicionalidades do VAAR-FUNDEB, bem como outros estudos e diagnósticos produzidos também no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Para garantir clareza e padronização, cada meta é apresentada com foco em cinco dimensões principais:

- Indicadores e desempenho;
- Impactos pedagógicos e institucionais;

- Desafios e limitações; e

Recomendações finais ao novo Plano Municipal de Educação (2026–2036).

Essa estrutura visa facilitar a leitura técnica, permitir comparações entre metas e apoiar o uso do Plano como ferramenta efetiva de planejamento, avaliação e tomada de decisão. Além disso, as informações e **análises** textuais também contribuem com o objetivo do documento, **que**, ao articular indicadores quantitativos, análises qualitativas e interpretações contextualizadas, se coloca como referência para que o Município possa tomar decisões mais fundamentadas, orientar investimentos, estabelecer prioridades, fortalecer programas e redesenhar estratégias que ainda não produziram os resultados esperados.

Principais referenciais técnicos e metodológicos dos relatórios

Do ponto de vista metodológico, a estrutura deste Relatório tem como referência os modelos elaborados pela Equipe Central da Rede de Assessoramento Técnico de Monitoramento/Avaliação do PME, vinculada à Coordenação de Projetos Especiais (COPE) da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em articulação com os territórios de identidade. Foram também considerados o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Biênio 2014–2016), o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2023–2024) e modelos construídos e aperfeiçoados pela própria ETMA municipal a partir da realidade de Ribeira do Pombal.

O processo de monitoramento foi organizado em etapas sequenciais que se estenderam ao longo do decênio e se consolidaram especialmente a partir de 2023:

- elaboração de agendas de trabalho específicas;
- levantamento, checagem e validação de dados nas diferentes bases oficiais;
- envolvimento das instâncias de monitoramento e de participação social;
- análise e avaliação das estratégias de atendimento às metas;
- sistematização de versões preliminares;
- revisão técnica;
- elaboração da versão final;
- apresentação pública dos resultados; e
- publicação dos documentos em ambientes oficiais e canais de transparência da Administração Pública Municipal.

Inclusão de metas e adequações de metodologias

Durante o processo de monitoramento, a ETMA buscou aprimorar práticas e incorporar ajustes metodológicos com o objetivo de fortalecer a leitura dos indicadores, ampliar as possibilidades de análise e qualificar os processos avaliativos. Nesse contexto, foram adotadas iniciativas voltadas à inclusão de novas metas, ao aperfeiçoamento de instrumentos e à integração de diferentes bases de dados, conforme apresentado a seguir:

- criação e inclusão da Meta 21: ação pioneira do município no acompanhamento da declaração de raça/cor dos estudantes da educação básica. Essa iniciativa ampliou a visibilidade estatística da população escolar, a partir de indicativos possíveis de serem observados com base no que a nova meta propunha apresentar;
- incorporação dos resultados do SABE-BA ao monitoramento da Meta 5: possibilitou uma leitura mais abrangente e ampliou a capacidade de diagnóstico sobre as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- integração dos resultados do VAAR/FUNDEB no monitoramento de metas relacionadas à qualidade e equidade (como as Metas 7 e 21): esse alinhamento tem como objetivo deixar mais visível a necessidade de efetivar o diálogo constante entre as questões administrativas, pedagógicas e de financiamento da educação;
- inclusão de indicadores complementares em metas com ausência parcial ou total de bases de dados oficiais: essas soluções envolveram, por exemplo, o uso de fontes alternativas, substituição de variáveis correlatas e adequação de fórmulas para permitir acompanhamento mínimo dos indicadores;
- participação direta da equipe técnica de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação na interpretação dos resultados e na produção dos textos de avaliação das Metas 1 a 11 e 21: a ação contribuiu para aproximar a cultura de monitoramento da cultura pedagógica, resultando em maior aderência dos indicadores ao contexto real da rede municipal;
- padronização da estrutura analítica dos relatórios, com organização dos textos das metas por tópicos fixos (indicadores e desempenho; ações executadas; impactos; desafios; recomendações): facilitou a leitura técnica, garantiu comparabilidade entre metas e ao longo da série histórica e possibilitou que os relatórios se tornassem instrumento mais consistente para tomada de decisão interna e para diálogo com instâncias de controle social.

Desafios institucionais e metodológicos

Ao longo do decênio 2015–2025, a ETMA enfrentou desafios que impactaram diretamente os processos de monitoramento das metas do Plano. Um dos principais entraves foi a ausência de uma equipe técnica exclusiva para o monitoramento, cuja realidade não se restringe ao município, pois se configura como um desafio amplamente observado em diferentes redes do país, compostas geralmente por profissionais que acumulam outras funções e demandas administrativas, o que reduz o tempo necessário de atenção ao documento. Acrescenta-se a isso a inexistência de programas nacionais ou estaduais de apoio à formação específica para as ETMA nas áreas de estatística

educacional, leitura e interpretação de indicadores, avaliação de políticas públicas e gestão de informações, competências essenciais para a elaboração de diagnósticos mais técnicos na produção dos relatórios.

Outro desafio relevante foi a indisponibilidade de bases de dados oficiais atualizadas, sobretudo no que se refere aos dados populacionais, o que gerou inconsistências na mensuração de metas, principalmente aquelas vinculadas a faixas etárias definidas nas metas. Após 2022, mesmo com a divulgação dos dados do novo Censo Demográfico/IBGE, a defasagem histórica e as lacunas em algumas variáveis exigiram da equipe ajustes estatísticos, estimativas prudenciais e uso complementar de fontes alternativas, a fim de evitar interrupções no monitoramento.

Além disso, algumas metas previstas no PME apresentam textos complexos, pouco objetivos ou com escopo originalmente voltado à política nacional, sem correspondência clara de ações no nível municipal. Esse cenário criou dificuldades de medida, monitoramento e responsabilização, exigindo da ETMA diversas adequações metodológicas para que fosse possível algum tipo de leitura técnica para o contexto local.

Governança, participação e controle social

A eficácia do monitoramento e da avaliação do PME está diretamente relacionada à construção de mecanismos de governança e participação social. Nesse sentido, a consolidação de espaços coletivos de diálogo, articulação intersetorial e controle social constitui elemento central para fortalecer a implementação das metas, ampliar a transparência dos processos e assegurar o acompanhamento contínuo das ações previstas no Plano.

As Audiências Públicas convocadas especificamente para a avaliação dos biênios do PME constituem marcos importantes desse processo, por garantirem espaços formais de escuta, devolutiva e pactuação de encaminhamentos, reforçando o caráter democrático e participativo da política de educação. No contexto municipal, essas instâncias contribuem para que o PME não seja apenas um documento técnico, mas um compromisso público compartilhado, construído com base em diálogo, corresponsabilidade e controle social.

A governança do PME também vem sendo progressivamente fortalecida pela intersetorialidade. Embora ainda haja desafios a superar na cultura intersetorial, observam-se avanços na articulação com áreas como Assistência Social, Saúde, Planejamento e Finanças, especialmente na leitura conjunta de indicadores sociais, educacionais e orçamentários. Essa aproximação é fundamental para que o PME seja reconhecido e utilizado como ferramenta de gestão municipal, integrando ações de diferentes políticas públicas em torno da garantia do direito à educação.

É certo que o Plano Municipal de Educação busca respeitar o princípio da gestão democrática e condiciona a execução de suas metas à previsão contínua de recursos financeiros, bem como à necessidade de comunicação permanente entre a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) e os setores de planejamento e finanças da Administração Municipal — uma articulação que, embora existente, ainda requer aprimoramento e sistematização.

MENSAGEM INSTITUCIONAL DA ETMA – RELATO FINAL DE EXPERIÊNCIA (2015–2025)

A construção deste Relatório Final do Plano Municipal de Educação de Ribeira do Pombal (2015–2025) representa, para a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA), o encerramento de um ciclo que foi, ao mesmo tempo, desafiador e cheio de aprendizados. Ao longo desse percurso, vivenciamos de perto os avanços, as limitações estruturais, as mudanças de gestão e os contextos adversos — inclusive o período da pandemia — que impactaram a execução das políticas públicas educacionais. Este relato sintetiza a experiência construída coletivamente, evidenciando o amadurecimento técnico e institucional decorrente do processo de monitoramento contínuo.

No que se refere aos suportes, destacamos que, nos primeiros anos de implementação, contamos com orientações da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação — Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Posteriormente, após a descontinuidade desse acompanhamento em nível federal, o município passou a contar com o assessoramento da Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (COPE/SEC-BA). Reconhecemos a importância desses suportes, ao mesmo tempo em que compreendemos a necessidade de constante aprimoramento das estratégias de assessoramento, de modo que estejam cada vez mais alinhadas às especificidades das necessidades das equipes.

A trajetória de monitoramento foi marcada por enfrentamentos significativos: a inexistência de uma equipe exclusiva para o PME, a limitação de bases de dados sistematizadas e as dificuldades técnicas relacionadas à leitura, interpretação e análise de indicadores educacionais. Apesar dos desafios, os aprendizados foram amplos e estruturantes. O processo contribuiu para o amadurecimento da ETMA, ampliando a compreensão sobre planejamento educacional, metas decenais, indicadores e avaliação de políticas públicas. Houve avanço na articulação entre setores estratégicos da Secretaria Municipal de Educação, promovendo maior integração entre áreas pedagógicas, administrativas e de gestão de dados. Tornou-se evidente que o alcance das metas do PME — especialmente aquelas de caráter intersetorial — depende de alinhamento contínuo entre diferentes equipes e setores.

Ressaltamos, de forma especial, a contribuição das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação, cuja dedicação nas etapas de coleta, sistematização de informações, registros administrativos e validação de dados foi essencial para a consolidação dos relatórios de monitoramento ao longo do decênio. Destacamos também o papel do gestor municipal e da dirigente municipal de educação, cuja confiança na atuação da ETMA, garantia de autonomia técnica e asseguramento do acesso às informações educacionais foram determinantes para a credibilidade e efetividade do processo.

Encerramos este ciclo conscientes do trabalho realizado e dos aprendizados construídos ao longo desses dez anos. O novo Plano Municipal de Educação se apoia nesse percurso, nos instrumentos já consolidados e no fortalecimento institucional alcançado, apontando para uma gestão cada vez mais integrada, com acompanhamento

contínuo e compromisso com a qualidade e a equidade. Seguimos confiantes de que o município poderá avançar, de forma participativa, na garantia do direito à educação de todos e todas.

ETMA – PME Ribeira do Pombal - BA

PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS: INTEGRAÇÃO COM O PME - CONTEXTOS E ALINHAMENTOS.

O alinhamento entre o planejamento educacional e o orçamento público municipal é indispensável para que as metas do PME se concretizem como políticas reais e sustentáveis. Nesse contexto, o Plano Municipal de Educação 2015–2025 reafirma o princípio da gestão democrática e condiciona a execução de suas metas à previsão contínua de recursos financeiros, bem como à necessidade de comunicação permanente entre a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) e os setores de planejamento e finanças da Administração Municipal — uma articulação que, embora existente, ainda requer aprimoramento e sistematização.

No Município de Ribeira do Pombal, a Lei Municipal nº 853/2021 – PPA 2022–2025 estabelece programas e ações da educação que envolvem manutenção e desenvolvimento do ensino, expansão do atendimento escolar, investimentos em infraestrutura física e tecnológica e valorização dos profissionais da educação, demonstrando aderência aos eixos estruturantes do PME. A Lei Municipal nº 927/2024 – LDO 2025, por sua vez, reafirma, em seu art. 3º, a priorização de áreas sociais essenciais, com destaque para a educação, indicando comprometimento governamental em assegurar recursos compatíveis com os objetivos estratégicos municipais. Já a Lei Municipal nº 945/2024 – LOA 2025 consolida dotações específicas para a rede municipal de ensino, assegurando financiamento ao funcionamento e à expansão da oferta educacional, cumprimento das obrigações constitucionais e fortalecimento das ações voltadas à qualidade educacional.

Dessa forma, para melhor alinhamento entre as peças orçamentárias e o PME, reforça-se o entendimento de que nenhuma meta do PME pode se efetivar sem previsão e compatibilidade orçamentária, de modo que a efetividade do PME depende da tradução contínua de suas metas em ações previstas, priorizadas e financiadas nas peças orçamentárias municipais.

Nesse sentido, cabe ao Poder Público Municipal assegurar para o próximo decênio:

- a inclusão das metas e estratégias do PME no planejamento plurianual (PPA);
- a priorização orçamentária anual no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Garantia de dotação financeira para execução das ações na Lei Orçamentária Anual (LOA).

TABELA: RELAÇÃO ENTRE PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS MUNICIPAIS E METAS DO PME (2022–2025)
 RIBEIRA DO POMBAL BA
 BASE DE DADOS: ELABORADA PELA ETMA A PARTIR DOS DOCUMENTOS DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS MUNICIPAIS (PPA, LOA, LDO)

Peça Orçamentária	Eixo	Programa	Recursos Vinculados	Ações com Benefício Direto à Educação	Metas do PME Atendidas	Integração com o PME (Justificativa Técnica)
PPA 2022–2025 Lei Mun. 853/2021	Educação	INOVA EDUCAÇÃO – Educar e Cuidar para Incluir	R\$ 248.972.000,00 Fontes vinculadas: • MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino • FUNDEB – Educação Infantil e Fundamental • Programas Federais: QSE, PDDE, Brasil Alfabetizado etc. • Recursos para infraestrutura escolar e tecnologia educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e ampliação de escolas da Educação Infantil e Fundamental • Reformas, acessibilidade e aquisição de equipamentos escolares • Manutenção e ampliação do transporte escolar • Merenda escolar • Apoio operacional e administrativo às unidades escolares • Atendimento à EJA • Programas de apoio à alfabetização e prevenção à violência (PROERD) • Suporte à gestão educacional e à permanência escolar 	1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 19, 20, 21	Garante condições estruturais, pedagógicas e de acesso/permanência para execução plena do PME; assegura a política educacional como prioridade social do município
LDO 2025 Lei Mun. 927/2024	Educação	INOVA EDUCAÇÃO – Educar e Cuidar para	Prioridade social definida anualmente para a educação	<ul style="list-style-type: none"> • Universalização territorial do atendimento escolar • Melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem 	Metas estruturantes do PME (acesso,	Assegura o alinhamento anual das despesas às metas e às prioridades educacionais do Plano Municipal

		Incluir	Comando técnico para aplicação dos recursos do PPA	• Manutenção do funcionamento regular da rede municipal	qualidade e equidade)	
LOA 2025 Lei Mun. 945/2024	Educação	INOVA EDUCAÇÃO – Educar e Cuidar para Incluir	Execução financeira do planejamento em educação (custos fixos + investimento)	• Execução efetiva de todas as ações previstas no PPA e LDO (infraestrutura, programas complementares, transporte, merenda, gestão e atendimento escolar)	Todas as metas que demandam financiamento direto	Converte metas em despesa pública executável; viabiliza resultados educacionais no exercício
PPA / LDO / LOA	Esporte e Lazer (interface educacional)	SOU DO ESPORTE – Plano Municipal de Esportes	R\$ 8.000.000,00 Investimentos estruturais e socioeducativos	• Construção e modernização de quadras poliesportivas • Programa Segundo Tempo (contraturno escolar) • Esporte educacional comunitário • Atividades de integração escolar e convivência social	6, 7 e 21	Contribui para a educação integral, proteção social, protagonismo juvenil, equidade e valorização das relações étnico-raciais

O Programa INOVA EDUCAÇÃO constitui o eixo financeiro determinante para execução das metas do PME, sendo responsável pela manutenção e expansão do sistema educacional municipal. O Programa SOU DO ESPORTE, embora em área distinta, integra a política educacional ao promover condições para aprendizagem ampliada, tempo integral e inclusão social. A educação e o esporte educacional compõem um arranjo orçamentário integrado no PPA 2022–2025, que expressa duas frentes estruturantes para o alcance do PME:

(1) manutenção e qualificação da oferta educacional, e

(2) promoção do direito à educação integral por meio do esporte e da inclusão social.

A análise integrada entre o planejamento orçamentário e o Plano Municipal de Educação evidencia que o alcance das metas educacionais depende diretamente da priorização financeira e da articulação intersetorial no âmbito da gestão pública. Em Ribeira do Pombal, os Programas Inova Educação e Sou do Esporte materializam, nas peças do PPA, LDO e LOA, o compromisso municipal com o acesso, permanência, qualidade, equidade e educação integral, garantindo recursos permanentes para infraestrutura escolar, valorização profissional, atendimento da demanda escolar e ações formativas ampliadas. Essa vinculação contínua reforça que o PME não é um instrumento meramente normativo, mas uma política de Estado que orienta escolhas estratégicas e investimentos prioritários. Para o novo ciclo do PME (2026–2036), torna-se imprescindível fortalecer os mecanismos de monitoramento orçamentário, aprimorar a integração entre ETMA, SEME, Planejamento e Finanças, e assegurar previsão financeira robusta e alinhada às metas pactuadas, consolidando uma governança educacional capaz de transformar a realidade do território e promover justiça social através da educação.

Esse alinhamento poderá ser alcançado com:

- estabelecimento de metas físicas e financeiras vinculadas diretamente ao PME nas peças orçamentárias;
- integração efetiva entre ETMA, Planejamento e Finanças no ciclo orçamentário;
- institucionalização de um modelo de governança intersetorial permanente
monitoramento anual da execução física e financeira com participação do controle social;
- foco em metas mais sensíveis: equidade racial, EJA, inclusão, aprendizagem e tempo integral
- Para o novo Plano Municipal de Educação (2026–2036), torna-se imprescindível:
- fortalecer os mecanismos de monitoramento orçamentário com base em metas físicas e financeiras;
- institucionalizar o diálogo entre ETMA, SEME e áreas estratégicas da gestão;
- ampliar a cultura de planejamento orientado por evidências e dados reais;
- garantir previsão orçamentária plurianual condicionada à execução das metas;
- formar e envolver equipes técnicas de diferentes pastas, consolidando a intersetorialidade;
- aperfeiçoar os controles sociais e relatórios de transparência.

INTERSETORIALIDADE: INTEGRAÇÃO COM O PME - CONTEXTOS E ALINHAMENTOS.

1. Intersetorialidade como Pilar do PME

A efetivação das metas educacionais do Plano Municipal de Educação (2015–2025) depende de uma construção coletiva entre diferentes setores da administração pública, instituições de defesa de direitos e organizações da sociedade civil. Nesse contexto, a intersetorialidade configura-se como estratégia de governança pública, ampliando o alcance das políticas educacionais, otimizando recursos e reforçando o cumprimento do direito à educação com equidade e proteção integral.

A integração entre as pastas de Educação, Planejamento e Finanças garante coerência entre metas e orçamento público; enquanto as áreas de Saúde, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente, Esporte e Mobilidade atuam na resolução de fatores sociais que interferem na permanência e aprendizagem dos estudantes. O Conselho Tutelar desempenha papel de fiscalização do direito à educação, assegurando resposta rápida às violações que impactam abandono, reprovação e exclusão escolar. Os Conselhos Municipais e o Poder Legislativo fortalecem a gestão democrática e o controle social do PME.

2. Contexto Intersetorial municipal atual:

As iniciativas abaixo mostram como diferentes órgãos públicos e parceiros sociais atuam diretamente na promoção do direito à educação:

- Programa Saúde na Escola (PSE): prevenção, saúde bucal, vacinação e bem-estar — Secretarias envolvidas: Educação e Saúde;
- Busca Ativa Escolar (BAE): identificação de abandono e exclusão educacional e garantia do retorno — Secretarias envolvidas: Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar e Ministério Público;
- Selo UNICEF: fortalecimento da equidade, proteção de direitos e redução de desigualdades — Secretarias envolvidas: Educação, Assistência Saúde.
- Campanhas e programas sociais (Faça Bonito, Setembro Amarelo, Pequeno Cidadão, Lei Menino Bernardo): prevenção de violências e promoção de saúde e proteção integral — Secretarias envolvidas: Assistência Social, Educação e Saúde;
- Educação Ambiental: sustentabilidade articulada ao currículo, sensibilização e cidadania ambiental — Secretarias envolvidas: Educação e Meio Ambiente;
- Mobilidade Educativa: segurança do entorno escolar, uso adequado do transporte escolar e educação para o trânsito — Secretarias envolvidas: Educação, Trânsito e Mobilidade;

- Esporte Educacional: promoção da saúde, ampliação da jornada escolar e práticas de inclusão — Secretarias envolvidas: Educação e Esporte;
- Parcerias com sociedade civil: projetos comunitários, religiosos e de clubes desportivos no contraturno — Secretarias envolvidas: Educação em articulação com instituições da sociedade civil e Conselho Tutelar;
- Projeto Municipal de Apoio Socioemocional: Com suporte de psicólogos, CEMAPP, CREAS, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar e Ministério Público.

TABELA: ESTUDANTES ATENDIDOS POR PARCERIAS EXTERNAS (2021–2024):

RIBEIRA DO POMBAL BA

BASE DE DADO: DOCUMENTO DE MEMORIAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2024

Parceiros / Projetos	2021	2022	2023	2024
Projeto Cruzeiro	74	34	62	53
Projeto Desbravadores	52	35	24	60
Projeto Aprendendo	54	38	34	32
Associação de Judô	181	296	202	49
Atividade Complementar	42	170	418	200

3. Financiamento e a Intersetorialidade :

Além do Programa INOVA EDUCAÇÃO da SEME, há recursos alocados em outras Secretarias que incidem diretamente na execução de estratégias do PME para atendimento à educação:

TABELA: RELAÇÃO ENTRE AÇÕES INTERSETORIAIS E METAS DO PME

RIBEIRA DO POMBAL BA

BASE DE DADO: DOCUMENTO DE MEMORIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ANO 2024

Secretaria / Programa	Ações Educacionais	Metas do PME
Esportes – Sou do Esporte	Contraturno, quadras, proteção social por meio do esporte	6, 7 e 21
Saúde – PSE	Saúde bucal, vacinação, prevenção	1, 2, 7 e 9
Assistência Social	Busca Ativa Escolar, proteção à infância	7, 9 e 21
Trânsito e Mobilidade	Segurança escolar e educação no trânsito	7 e 19
Agricultura	Hortas escolares e soberania alimentar	1, 2 e 7
Meio Ambiente	Educação ambiental	7 e 10
Conselho Tutelar + MP	Garantia legal ao direito à escola	Todas de acesso e permanência

4. Insuficiências das atividades intersetoriais que impactaram o decênio:

- Ausência de um Comitê Gestor Intersetorial;
- ausência de metas e indicadores comuns entre as Secretarias a partir das metas do PME;
- monitoramento ainda pouco sistemático dos resultados educacionais e sociais;
- fragilidade de metas de equidade (pretos, pobres, indígenas, campo), afetando repasses de VAAR em anos futuros.

5. Recomendações para maior atuação da intersectorialidade no próximo decênio do novo Plano (2026–2036):

- Criação e institucionalização do Comitê Intersetorial de Governança do PME com;
- Pactuação de metas conjuntas e indicadores socioeducacionais;
- monitoramento trimestral da execução financeira e resultados;
- definição de prioridades territoriais e por etapas;
- apoio e incentive financeiro às equipes ao atingimento dos critérios do VAAR-FUNDEB;
- fortalecimento das estratégias de Busca Ativa Escolar e permanência

EIXOS, DIRETRIZES E METAS NO PME/PEE/PNE

RELAÇÃO PNE , PEE, PME

A colaboração entre o Plano Nacional de Educação (PNE), os Planos Estaduais de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME) é um princípio fundamental do sistema educacional brasileiro, conhecido como regime de colaboração. O objetivo é articular e coordenar esforços entre a União, estados e municípios para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

O Regime de Colaboração previsto na Constituição Federal e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela lei do PNE busca superar a fragmentação do sistema educacional.

O PNE (Lei nº 13.005/2014, prorrogado até o final de 2025) estabelece as diretrizes, metas e estratégias decenais para a educação em nível nacional. Os PEEs e PMEs, por sua vez, devem estar conectados às 20 metas do PNE, adaptando-as às realidades e necessidades locais e visando uma agenda sistêmica de educação para o país.

 **PNE - BRASIL**

•LEI 13005 /14

 **PEE- BAHIA**

•LEI 13559/16

 **PME- R. DO POMBAL**

•LEI 658/15

As diretrizes são princípios que estabelecem objetivos centrais para a melhoria e o desenvolvimento da educação. Assim como no PNE e PEE, definem o caminho a ser seguido e foram a base para a criação de 20 metas específicas do PME. A tabela a seguir traz a relação exata entre eixos centrais educacionais, diretrizes correlacionadas e respectivas metas de atendimento do PME.

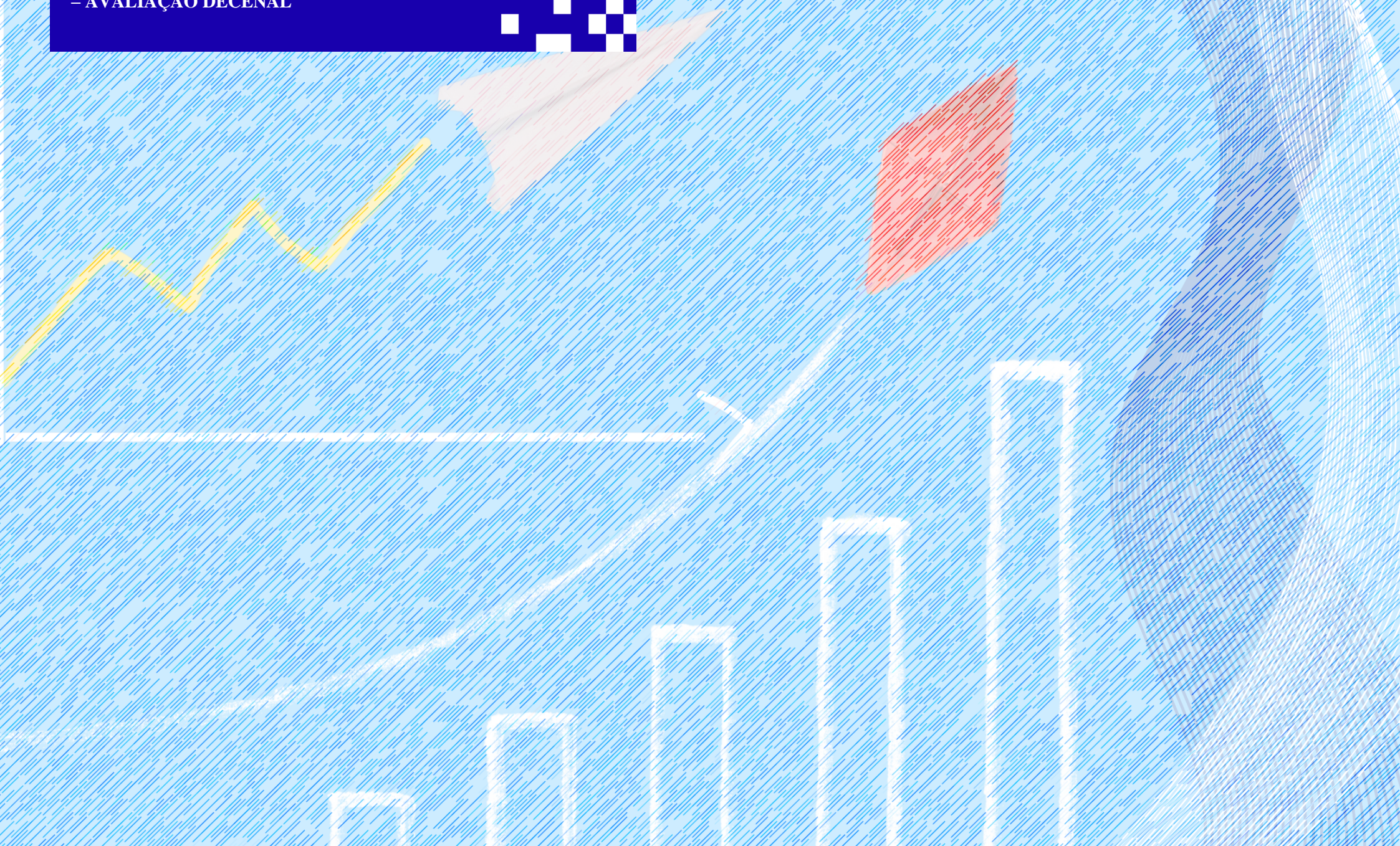
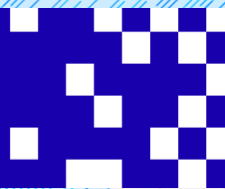
EIXOS, DIRETRIZES E METAS NO PME/PEE/PNE				
Eixo 1	Diretrizes	Nº	Abordagem da meta	Descrição da Meta
Superação das desigualdades educacionais	Erradicação do analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Superação das desigualdades com ênfase na cidadania e no combate a todas as formas de discriminação.	1	Educação Infantil	Universalizar, até 2016, a pré-escola para 4–5 anos e ampliar creches para atender 50% das crianças de até 3 anos até o final do PME.
		2	Ensino Fundamental	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para 6–14 anos e garantir 95% de conclusão na idade adequada.
		3	Ensino Médio	Universalizar o atendimento escolar de 15–17 anos e elevar a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%.
		4	Educação Especial	Universalizar o acesso à educação básica e ao AEE para estudantes de 4–17 anos com deficiência, TGD ou altas habilidades.
		5	Alfabetização	Alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental.
		8	Escolaridade Média	Elevar a escolaridade média da população de 18–29 anos para 12 anos de estudo e reduzir desigualdades.
		9	Alfabetização de Jovens e Adultos	Elevar a taxa de alfabetização da população 15+ para 93,5%, erradicar analfabetismo absoluto e reduzir o funcional em 50%.
		21	Declaração de Raça/Cor	Elevar o número de estudantes da educação básica com declaração de raça/cor no Censo Escolar, alcançando 100% até o final do PME.
Eixo 2	Diretrizes	Nº	Abordagem da Meta	Descrição
Promoção da qualidade educacional	Melhoria da qualidade da educação; • Formação para o trabalho e cidadania; • Ênfase em valores éticos e morais.	6	Educação Integral	Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas e atender 25% dos alunos da educação básica.
		7	Qualidade da	Fomentar a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem

EIXOS, DIRETRIZES E METAS NO PME/PEE/PNE				
Eixo 1	Diretrizes	Nº	Abordagem da meta	Descrição da Meta
			Educação Básica	visando atingir as metas nacionais do IDEB.
		10	EJA Integrada	Oferecer 25% das matrículas da EJA integradas à educação profissional.
		11	Educação Profissional Técnica	Triplicar matrículas na EPT de nível médio, garantindo 50% da expansão no setor público.
		12	Educação Superior (Graduação)	Elevar taxa bruta para 50% e líquida para 33% da população 18–24 anos.
		14	Pós-Graduação	Elevar matrículas stricto sensu para 60 mil mestres e 25 mil doutores titulados anualmente.

Eixo 3	Diretrizes	Nº	Abordagem da Meta	Descrição
Valorização dos Profissionais	. Valorização dos Profissionais	13	Titulação Educação Superior	Elevar para 75% o percentual de docentes com mestrado/doutorado, sendo 35% doutores.
		15	Formação Inicial dos professores	Garantir formação específica em nível superior para todos os professores da educação básica.
		16	Formação Continuada	Formar 50% dos professores da educação básica em pós-graduação e assegurar formação continuada para todos.
		17	Valorização Docente	Equiparar rendimento médio do magistério ao de profissionais com escolaridade equivalente.
		18	Plano de Carreira	Assegurar planos de carreira da educação básica e superior conforme o piso nacional.
Eixo 4	Diretrizes	Nº	Abordagem da Meta	Descrição

Eixo 3	Diretrizes	Nº	Abordagem da Meta	Descrição
Democracia e Direitos Humanos	Mesmas diretrizes do eixo	19	Gestão Democrática	Assegurar, em até 2 anos, condições para efetivar a gestão democrática com participação da comunidade escolar.
Eixo 5	Diretrizes	Nº	Abordagem da Meta	Descrição
Financiamento da Educação	Diretriz única do eixo	20	Financiamento	Ampliar o investimento público em educação para 7% do PIB no 5º ano e 10% até o final do decênio.

INDICADORES E ESTRATÉGIAS DAS METAS
– AVALIAÇÃO DECENAL



META 1

UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE E AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES DE FORMA A ATENDER, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS CRIANÇAS DE ATÉ 3 (TRÊS) ANOS AO FINAL DA VIGÊNCIA DESTA PME.

Meta para atendimento das diretrizes do PNE/PEE/PME de superação das desigualdades educacionais:

- Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

0 a 3 anos
 4 e 5 anos

Etapa Avaliada

Educação infantil

Redes de Ensino Avaliadas

Pública
 Privada

Público Avaliado

População que frequenta e não frequenta a escola

Objetivos da Meta

Universalização e ampliação de atendimentos

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados das escolas privadas

População do Censo IBGE incompatível
 Presença de inadequações idade x ano escolar no censo escolar

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Orientar escolas privadas sobre registros do censo escolar
 Orientar equipes escolares sobre adequação idade x ano nas matrículas
 Monitorar continuamente a frequência escolar da pré-escola e ampliar o atendimento de creches

INDICADORES DA META

INDICADOR 1 A

Descrição: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola

Abordagem

Educação infantil (aumento de vagas)

Objetivo

100%

Prazo

2016

Resultados em Série Histórica

2016 – 77,51%
 2017 – 78,91%
 2018 – 85,44%
 2019 – 83,07%
 2020 – 90,13%
 2021 – 89,49%
 2022 – 97,35%
 2023 – 100,28%
 2024 – 98,65%

Alcançou o objetivo?

Sim

INDICADOR 1 B

Descrição: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

Abordagem

Educação Infantil – universalização

Objetivo

50%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 26,06%

2017 – 26,17%

2018 – 28,59%

2019 – 41,40%

2020 – 31,63%

2021 – 28,62%

2022 – 37,14%

2023 – 41,20%

2024 – 41,04%

Alcançou o objetivo?

NÃO

Observação

Não alcançou objetivo, mas houve crescimento.

ESTRATÉGIAS DA META

Nº	Descrição	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado	Status final	Justificativa Técnica
1.1	Ampliar, construir e reformar escolas de educação infantil, em regime de colaboração, em parceria com a União, Estado e instituições privadas, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos na legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, ludicidade e os aspectos culturais e regionais.	Construção e reforma de diversos CMEIS, incluindo Isabel Ferreira Teles, Erineia Bizerra, Elias Venâncio de Souza, entre outros. Ampliação de unidades, adequações estruturais e construção de novos centros como o CMEI Ivanilde Cardoso Carvalho e o CMEI Evaldo José de Santana. Reformas contínuas nos anos de 2016 a 2024, com ações em localidades como Pedro Tibúrcio, Vila Operária, Barroço, Feira da Serra e outros povoados.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
1.2	Priorizar e ampliar as parcerias com governo federal e uso de recursos próprios para garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas da educação infantil.	Aquisição de materiais e brinquedos pedagógicos, livros didáticos, projeto Biblioteca Infantil com livros e mobiliário. Ações realizadas em diversas unidades: CMEIS Luzia Rodrigues, Elias Venâncio, Ivanilde Cardoso, entre outros.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
1.3	Ampliar o atendimento na pré-escola em turno integral, de acordo com a Lei Federal nº 12.796/13.	Oferta do atendimento integral em CMEIS como Nossa Senhora das Graças, Professor Evaldo José de Santana e Ivanilde Cardoso Carvalho, e EM Pedro Costa com registros contínuos de execução entre 2016 e 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.
1.4	Ampliar o número de vagas para creche, considerando a demanda	Ampliação contínua do número de vagas para creche, com destaque para o crescimento em 2023 (120 vagas). Registro de	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3

	dos dois primeiros anos de vida como prioritária para o município.	ações em quase todos os anos de 2016 a 2024.			atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
1.5	Estabelecer critérios para atendimento e matrícula em tempo integral na creche.	Desde 2022, flexibilização do horário de permanência com uso de termo de responsabilidade, conforme particularidades familiares.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.
1.6	Garantir o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos e/ou 800 (oitocentas) horas conforme a legislação vigente.	Cumprimento dos 200 dias letivos declarado em todos os anos, com reorganizações nos anos de pandemia (2020–2021).	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
1.7	Constituir equipes de atendimento multidisciplinar para apoio fixo e itinerante nas instituições de educação infantil.	Encaminhamentos para atendimentos multidisciplinares via CEMAPP, com atividades como psicomotricidade, arte-terapia, musicoterapia e apoio psicológico entre 2021 e 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.
1.8	Garantir o trabalho de regulamentação das instituições públicas e privadas de educação infantil pelos conselhos de fiscalização e aprovação.	Elaboração da Resolução CME 001/21, análise de documentos, visitas técnicas e emissão de parecer técnico entre 2021 e 2024, incluindo escolas públicas e uma instituição privada.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais

					fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.
1.9	Promover programas de formação continuada para os diferentes profissionais que atuam na educação infantil.	Programa de formação continuada implantado a partir de 2021, com inclusão de temas como currículo, avaliação, planejamento, leitura e literatura, relações étnico-raciais, entre outros até 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.
1.10	Estruturar em regime de colaboração com o governo federal e parceiras, um ambiente tecnológico apropriado para 100% das instituições de educação infantil.	Não há ações realizadas até 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção. O percentual de alcance é zero, refletindo a ausência de execução.
1.11	Acompanhar e monitorar o acesso e a permanência das crianças na educação infantil em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social.	Articulação permanente com a Secretaria de Assistência Social, CRAS, CMDCA e Conselho Tutelar via Sistema Presença e Busca Ativa, em todos os anos até 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. As operações utilizadas para cálculo dos indicadores estão nas fichas técnicas deste documento.
2. Os indicadores são apresentados em série histórica, porém suas variações devem ser avaliadas com muita cautela evitando-se comparações, pois os anos de

monitoramento não seguem modelos comuns e efetivos de base de dados, comprometendo variáveis e, por conseguinte, seus resultados.

3. Caso seja observado a disparidade entre dados presentes neste relatório e os que estão nos documentos do PME dos anos anteriores, é necessário considerar sempre o monitoramento do ano mais recente, devido a possíveis ajustes, reparos e mudanças de bases de dados.
4. Cabe ressaltar, nesta edição, os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 que atingiram o município, particularmente em 2020 e 2021, quando as escolas suspenderam as aulas presenciais. Considerando as grandes desigualdades no aprendizado dos estudantes, bem como os efeitos adversos da pandemia de Covid-19, que afetou mais drasticamente os grupos sociais mais vulneráveis, os resultados deste relatório conclamam a formulação e implementação de políticas equitativas, com estratégias e ações imediatas que possibilitem, concomitantemente, tanto a recomposição e melhoria das aprendizagens quanto a redução das desigualdades constatadas
5. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, art. 4º, inciso I, a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.
6. O número de matrículas da pré-escola do ano de 2023 é maior que o da população municipal da mesma faixa etária (censo IBGE 2022), o que fez resultar em um percentual superior a 100% no indicador 1 A nos respectivos anos monitorados. A situação nos sugere uma necessária atenção às possíveis variáveis que podem influenciar no processo de construção dos valores das bases de dados. A exemplo, é importante considerar que o mês de cálculo de idade da população para o IBGE é diferente do mês de corte do censo escolar, o que pode divergir na comparação entre matrículas e população da faixa etária. Outra situação diz respeito às migrações de matrículas escolares de crianças que residem em comunidades circunvizinhas que pertencem a outro município, ocasionando um inchaço nas matrículas inversamente proporcional ao total da população local registrada no censo IBGE.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da Meta

A Meta 1 do PME de Ribeira do Pombal-BA estabeleceu como objetivos centrais a universalização do atendimento escolar na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016, e a ampliação da oferta de creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2025. O acompanhamento dos resultados foi realizado por meio de dois indicadores principais:

- Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola; esse indicador apresentou evolução significativa, partindo de 77,51% em 2016 e atingindo 98,65% em 2024, ultrapassando 100% em 2023, o que sugere possível inconsistência nos dados, mas confirma o alcance da meta de universalização.
- Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola; os resultados avançaram de 26,06% em 2016 para 41,04% em 2024, não atingindo o índice de 50% previsto para o período.
- Dessa forma, a universalização da pré-escola foi alcançada conforme o previsto, enquanto a ampliação do atendimento em creches foi parcial, embora com avanços relevantes.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na Meta

A pandemia da Covid-19 impactou diretamente o andamento das metas previstas, sobretudo aquelas voltadas à educação infantil. Entre os efeitos mais evidentes destacam-se:

- Interrupção das atividades presenciais, afetando a regularidade do atendimento às crianças;
- Dificuldade de manutenção da frequência escolar, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos;
- Atraso na execução de obras e na entrega de equipamentos, o que comprometeu o ritmo de expansão da oferta;
- Enfraquecimento das ações de busca ativa e articulação intersetorial, essenciais para o acompanhamento das crianças fora da escola.

Apesar disso, o município retomou o crescimento das matrículas nos anos posteriores, recuperando parte do ritmo de expansão planejado.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados

A gestão municipal de Ribeira do Pombal realizou, ao longo da vigência do PME, diversas ações voltadas ao cumprimento da Meta 1, com destaque para:

- Construção e ampliação de unidades de educação infantil, com recursos próprios e com apoio de programas federais como o Pró-Infância;
- Implantação de ações de formação continuada para os profissionais da área;
- Fortalecimento do acompanhamento pedagógico nas unidades escolares;
- Melhoria na distribuição de mobiliários, materiais didáticos e equipamentos pedagógicos;
- Garantia de alimentação escolar adequada e inclusiva para crianças da educação infantil;

- Parcerias com outras secretarias, especialmente nas áreas da saúde, assistência social e proteção à infância, visando ao atendimento integral da criança.

Além disso, destacam-se os seguintes investimentos e ações:

- Execução do projeto “Educação Infantil 2023 – Novas Turmas”;
- Licitação pública em 2025 no valor de R\$ 17,4 milhões, contemplando gêneros alimentícios e materiais de apoio pedagógico para as unidades escolares da educação infantil;
- Utilização de recursos do FUNDEB para manutenção de unidades escolares, pagamento de pessoal e melhorias na qualidade do atendimento;
- Parcerias com o FNDE para financiamento de obras e aquisição de mobiliário e brinquedos pedagógicos, e com o governo estadual com formação continuada em serviço.

4. Desafios e limitações na execução da Meta

Mesmo com avanços significativos, a execução da Meta 1 enfrentou alguns entraves, tais como:

- Cobertura parcial no atendimento à faixa etária de 0 a 3 anos, cuja taxa chegou a 41,04% em 2024, abaixo dos 50% estipulados;
- Persistência de desigualdades territoriais no acesso à educação infantil entre sede e localidades mais afastadas;
- Deficiências estruturais em parte das unidades escolares, como falta de acessibilidade, ambientes externos qualificados e materiais pedagógicos atualizados;
- Carência de profissionais com formação específica em educação infantil, o que compromete a qualidade do atendimento;
- Inconsistências nos dados de monitoramento, como a incompatibilidade entre idade e ano escolar e a insuficiência de registros de escolas privadas no censo escolar.

5. Recomendações finais para o novo PME (2026–2036)

Com base na avaliação dos resultados obtidos entre 2015 e 2025, recomenda-se que o novo PME contemple as seguintes diretrizes:

- Ampliar a cobertura da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos, com prioridade para regiões de maior vulnerabilidade social;
- Garantir qualidade e equidade na educação infantil, fortalecendo as cinco dimensões estruturantes da etapa: gestão democrática, identidade e formação profissional, projeto político-pedagógico, avaliação e infraestrutura/materiais;
- Investir na melhoria da infraestrutura das unidades existentes, com foco na acessibilidade, conforto e estímulo ao desenvolvimento infantil;

- Aprimorar a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação infantil;
- Estabelecer mecanismos efetivos de monitoramento da qualidade do atendimento, considerando os aspectos pedagógicos, nutricionais, emocionais e sociais;
- Assegurar a aplicação eficiente dos recursos públicos, com transparência e participação social nos processos de planejamento, execução e fiscalização;
- Manter o compromisso com a primeira infância como prioridade da política educacional, considerando sua importância para o desenvolvimento pleno das crianças e para o futuro do município.

META 2

UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS PARA TODA A POPULAÇÃO DE 6 (SEIS) A 14 (QUATORZE) ANOS E GARANTIR QUE PELO MENOS 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DOS ALUNOS CONCLUAM ESSA ETAPA NA IDADE RECOMENDADA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PME.

Meta para atendimento das diretrizes do PNE/PEE/PME de superação das desigualdades educacionais:

- Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

6 a 14 anos

Etapa Avaliada

Ensino fundamental

Redes de Ensino Avaliadas

Pública

Privada

Público Avaliado

População que frequenta e não frequenta a escola

Objetivos da Meta

Universalização e escolarização com adequação idade x ano ao final do ensino fundamental

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados das escolas privadas

População do Censo IBGE incompatível

Presença de inadequações idade x ano escolar no censo escolar

Ausência de dados sobre população que concluiu o ensino fundamental na idade recomendada

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Orientar escolas privadas sobre registros do censo escolar

Orientar equipes escolares sobre adequação idade x ano nas matrículas

Monitorar continuamente a frequência escolar da pré-escola e ampliar o atendimento de creches

INDICADORES DA META

INDICADOR 2 A

Descrição: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).

Abordagem

Ensino Fundamental

Objetivo

100%

Prazo

2016

Resultados em Série Histórica

2016 – 82,65%

2017 – 78,10%

2018 – 90,10%

2019 – 88,38%

2020 – 116,89%

2021 – 115,68%

2022 – 111,78%
 2023 – 106,74%
 2024 – 100,75%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 2 B

Descrição: Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Objetivo

95%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – SD
 2018 – SD
 2019 – SD
 2020 – SD
 2021 – SD
 2022 – SD
 2023 – SD
 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

NÃO CALCULADO

Observação

Ausência de dados sobre a população que não frequenta a escola, mas que possui ensino fundamental completo.

ESTRATÉGIAS DA META					
Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica
2.1	Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental de acordo com suas especificidades.	Elaboração e execução de fichas de monitoramento pedagógico, adesão e implementação do Programa Novo Mais Educação, Rádio Conexão Escola, projeto PERAÊ, Programa Brasil na Escola, reforço escolar, assistência pedagógica com professores auxiliares e de apoio. Ações contínuas até 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada, com implementação de diversos mecanismos de acompanhamento ao longo dos anos, alcançando sua finalidade conforme previsto no PME.
2.2	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda deste município, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos como Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Ministério Público e projetos sociais do município.	Parcerias com programas e projetos como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, AABB Comunidade, Judô nas Escolas, Cruzeiro, Crescer Aprendendo, PROERD, Selo Escola Antirracista, Projeto Família e Escola, Faça Bonito, Busca Ativa, entre outros. Ações registradas em todos os anos de 2016 a 2024.	100%	Concluída	As ações foram amplamente executadas por meio de articulações intersecretoriais com diferentes secretarias e projetos. A amplitude e a continuidade indicam execução total da estratégia.
2.3	Promover a busca ativa de crianças e adolescentes do município fora da escola, em parceria com órgãos públicos como Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Ministério Público e projetos sociais do município.	Realização de busca ativa anual com o apoio de CRAS, Conselho Tutelar, CEMAPP, diretores escolares, adesão à Estratégia Busca Ativa Escolar do Selo UNICEF, com registros permanentes até 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada com ações anuais documentadas e participação de múltiplos órgãos públicos em articulação contínua.
2.4	Criar mecanismos para desenvolver tecnologias pedagógicas das escolas das redes municipal e estadual, que combinem de maneira articulada, a organização do	A partir de 2020, execução de ações como adesão a plataformas digitais, Programa Escolas Conectadas, distri-	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta avanços significativos, mas com início tardio

	tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.	buição de equipamentos (tablets, notebooks, impressoras) e ampliação da conectividade em escolas do campo.			(2020) e não universalização das ações. O percentual foi estimado com base na abrangência parcial das tecnologias aplicadas.
2.5	Garantir no âmbito dos sistemas de ensino a organização flexível do trabalho pedagógico, considerando as diretrizes curriculares nacionais na perspectiva da educação inclusiva.	Matrícula de estudantes com deficiência na rede regular, presença de profissionais de apoio, elaboração e revisão do PPP com foco na educação inclusiva, formação continuada de professores. Ações ininterruptas de 2016 a 2024.	100%	Concluída	A execução da estratégia ocorreu de forma plena e contínua, com registro de múltiplas ações específicas voltadas à inclusão, demonstrando alinhamento com as diretrizes do PME.
2.6	Criar mecanismos em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares do município, assegurando que as escolas se tornem polos de criação, resgate e difusão cultural.	Programas e projetos como Teatro nas Escolas, Grupo Flor de Mandacaru, Projeto Você é Show, Musicart, Oficinas de Teatro e apresentações culturais diversas implementadas de forma intermitente de 2016 a 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresentou oscilações na execução, com lacunas em anos específicos e retomada recente. O percentual estimado reflete a execução parcial e alternada.
2.7	Garantir a efetivação dos direitos e objetivos da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental, para melhorar o fluxo e aprendizagem escolar no município.	Ações voltadas à implementação da BNCC, construção do currículo essencial, formações continuadas e oficinas pedagógicas para professores e coordenadores. Registros anuais de 2020 a 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia foi parcialmente cumprida, com ações mais intensas a partir de 2020. O percentual considera a ausência de registros nos primeiros anos e consolidação recente.
2.8	Estimular e garantir a oferta do ensino fundamental na rede municipal, em especial dos anos finais, para a população do campo nas próprias comunidades.	Transporte escolar garantido de 2016 a 2024, além de construção/ampliação de escolas a partir de 2022.	90%	Em desenvolvimento	Embora as ações sejam contínuas e abrangentes, a execução não contemplou integralmente o atendimento nas próprias

					comunidades, justificando a estimativa de 90%.
2.9	Ampliar progressivamente, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a jornada escolar, visando o atendimento integral de todos os alunos, preferencialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a oferta de ações complementares em turno contrário às atividades escolares.	Implantação da educação integral em diversas escolas desde 2018, reforço escolar em turno oposto, ampliação da jornada com ações complementares em diferentes unidades até 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente implementada ao longo da vigência do plano, com crescente número de escolas atendidas e diversificação das ações em tempo integral.
2.10	Estimular e assegurar ações que viabilizem a parceria da família nas escolas para o acompanhamento e monitoramento do acesso, permanência e aproveitamento escolar.	Execução do Projeto Família e Escola em todos os anos de 2016 a 2024.	100%	Concluída	A ação foi executada de forma contínua e coerente com os objetivos da estratégia, com participação das famílias no

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As operações utilizadas para cálculo dos indicadores estão nas fichas técnicas deste documento.
2. Os indicadores são apresentados em série histórica, porém suas variações devem ser avaliadas com muita cautela evitando-se comparações, pois os anos de monitoramento não seguem modelos comuns e efetivos de base de dados, comprometendo variáveis e, por conseguinte, seus resultados.
3. Caso seja observado a disparidade entre dados presentes neste relatório e os que estão nos documentos do PME dos anos anteriores, é necessário considerar sempre o monitoramento mais recente, devido a possíveis ajustes, reparos e mudanças de bases de dados.
4. Cabe ressaltar, nesta edição, os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 que atingiram o município, particularmente em 2020 e 2021, quando as escolas suspenderam as aulas presenciais. Considerando as grandes desigualdades no aprendizado dos estudantes, bem como os efeitos adversos da pandemia de Covid-19, que afetou mais drasticamente os grupos sociais mais vulneráveis, os resultados deste relatório conclamam a formulação e implementação de políticas equitativas, com estratégias e ações imediatas que possibilitem, concomitantemente, tanto a recomposição e melhoria das aprendizagens quanto a redução das desigualdades constatadas.
5. Segundo os relatórios de monitoramento do PNE, para possível apuração do Indicador 2 B, o Inep considera a idade de 16 anos completos como limite para a idade recomendada (14 anos +2= 16 anos).

6. Para medir o indicador 2 B também seria necessário incluir estudantes com 16 anos de idade matriculados no ensino médio (rede privada e estadual), o que não foi possível devido à ausência de dados relacionados (por idade).
7. O indicador 2 A apontou que o número de matrículas de estudantes com 6 a 14 anos de idade é maior que o da população municipal da mesma faixa etária (censo IBGE 2022) nos anos monitorados de 2021 a 2023 o que fez resultar em um percentual superior a 100% no indicador 1 A nos respectivos anos monitorados. A situação nos sugere uma necessária atenção às possíveis variáveis que podem influenciar no processo de construção dos valores das bases de dados. A exemplo, é importante considerar que o mês de cálculo de idade da população para o IBGE é diferente do mês de corte do censo escolar, o que pode divergir na comparação entre matrículas e população da faixa etária. Outra situação diz respeito às migrações de matrículas escolares de crianças que residem em comunidades circunvizinhas que pertencem a outro município, ocasionando um inchaço nas matrículas inversamente proporcional ao total da população local registrada no censo IBGE.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e Desempenho da Meta

A Meta 2 do PME de Ribeira do Pombal-BA tem como objetivos:

- · Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos;
- · Garantir que ao menos 95% dos alunos de 16 anos tenham concluído essa etapa até 2025.

O indicador 2A (percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental) apresentou trajetória de crescimento ao longo do decênio. Iniciou com 82,65% em 2016, oscilou levemente em 2017 (78,10%) e alcançou expressivo crescimento a partir de 2018, atingindo 90,10%, seguido de 88,38% em 2019.

Apesar da queda em 2020 — atribuída aos efeitos iniciais da pandemia da Covid-19 — os dados demonstram forte recuperação nos anos seguintes: 116,89% (2020), 115,68% (2021), 111,78% (2022) e 106,74% (2023), finalizando em 100,75% (2024). Os valores acima de 100% podem decorrer de inconsistências nos dados censitários, deslocamento de estudantes entre redes e municípios ou duplicidade de registros.

Em síntese, o objetivo do indicador 2A foi alcançado, antecipando a meta de 2025. O avanço resulta de estratégias de reordenamento da rede, construção de novas escolas, ações de busca ativa e articulação com outras políticas públicas.

Quanto ao indicador 2B (percentual da população de 16 anos com ensino fundamental concluído), não há registros de dados durante todo o decênio, o que impossibilita a avaliação de sua evolução e cumprimento da meta de 95%. Essa lacuna compromete a avaliação plena da Meta 2 e evidencia a necessidade de aprimorar o

sistema de monitoramento de dados educacionais.

Assim, conclui-se que a Meta 2 foi parcialmente cumprida: houve a universalização do ensino fundamental (2A), mas não foi possível avaliar a conclusão na idade adequada (2B), devido à ausência de dados.

2. Impactos da Pandemia da Covid-19 na Meta

Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente impactados pela pandemia, com fechamento das escolas, dificuldades de acesso às atividades remotas e descontinuidade de processos pedagógicos. Ainda assim, o município conseguiu conter os efeitos adversos por meio de ações articuladas como:

- · Elaboração do Currículo Essencial, com foco nas habilidades prioritárias para recomposição da aprendizagem;
- · Promoção de formações continuadas aos professores;
- · Atuação do Centro Municipal de Atenção Psicopedagógica e Psicossocial (CEMAPP) para atendimento a estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- · Implantação do projeto PERAÊ – Projeto Educar e Recompôr a Aprendizagem dos Estudantes, com foco na retomada do fluxo escolar e qualidade pedagógica.

Essas medidas contribuíram significativamente para a recuperação dos índices e manutenção da trajetória de crescimento da Meta 2, a partir de 2022.

3. Ações, Programas e Projetos Municipais Realizados para Avanço da Meta

Destacam-se as seguintes ações da Secretaria Municipal de Educação e suas parcerias:

- · Implantação do ensino em tempo integral nas seguintes escolas:
- ✓ · Maria Menezes Conceição (iniciada em 2021)
- ✓ · Pedro Costa, Nossa Senhora Aparecida, Francisco Roque da Gama (desde 2022)
- ✓ · Ana de Deus Conceição, Dr. Décio de Santana, Maria Souza Borges, Josefa Maria do Carmo
- ✓ · Projetos complementares e intersetoriais:
- ✓ · Projeto Judô nas Escolas (desenvolvimento integral e cidadania)
- ✓ · Projeto Educação com Arte: Você é Show e Música
- ✓ · Projeto Esporte e Cultura na Escola
- ✓ · Projeto Escola das Adolescências (para Anos Finais)

- ✓ · Programa Escola e Comunidade (Proec)
- ✓ · Programa Educação e Família (PDDE)
- ✓ · Oficinas e Palestras para famílias
 - · Ações de Inclusão e Apoio:
- ✓ · Contratação de professores de apoio para inclusão;
- ✓ · Formação continuada em educação inclusiva;
- ✓ · Realização da Caminhada de Conscientização sobre o Autismo;
- ✓ · Busca ativa escolar;
- ✓ · Articulação com CRAS, Conselho Tutelar e Ministério Público;
- ✓ · Estratégia “Busca Ativa Escolar – Selo UNICEF”;
- ✓ · Pessoa técnica exclusiva na SEME para atendimento às demandas de busca ativa;
- ✓ · Expansão e reestruturação da rede física;
- ✓ · Construção/ampliação de escolas como a EM Antônio Bernardo da Costa, EM Ednaldo Ribeiro Sales, EM Maria Souza Borges, EM Josefa Maria do Carmo.

4. Desafios e Limitações na Execução da Meta

Apesar dos avanços, persistem os seguintes desafios:

- · Ausência de dados sistematizados para o indicador 2B;
- · Dificuldade de reordenamento escolar em comunidades isoladas, como no Povoado Nova Esperança (EM Luzia Francisca Conceição);
- · Dependência de dados e execução de ações por outras redes (estadual, federal, privada);
- · Limitações de infraestrutura rural, dificultando o acesso e transporte escolar;
- · Insuficiência de monitoramento sistemático dos prazos e metas parciais;
- · Descrições genéricas no texto original do PME, dificultando a execução prática de algumas estratégias.

5. Recomendações Finais

Para o novo PME (2026–2036), recomendam-se as seguintes medidas para consolidar e ampliar os avanços da Meta 2:

- Instituir sistema de monitoramento contínuo dos indicadores 2A e 2B, com coleta de dados anual e articulação com o Censo Escolar e IBGE;
- Promover ações de correção de fluxo escolar, ampliando turmas de aceleração e regularização de distorções idade-série;
- Ampliar o tempo integral, priorizando escolas em áreas de maior vulnerabilidade social;
- Aprimorar o uso pedagógico dos dados escolares, com formações periódicas para equipes gestoras;
- Garantir políticas intersetoriais permanentes, com foco em crianças fora da escola, em risco de evasão ou com dificuldades de aprendizagem;
- Investir na educação inclusiva, com ampliação do quadro técnico, materiais e formação docente;
- Revisar a redação e viabilidade das estratégias no novo plano, garantindo clareza, objetivos mensuráveis e prazos definidos;
- Reforçar os mecanismos de participação das famílias, com projetos como Proec, PDDE Interativo e Oficinas de Mediação Escolar;
- Continuar investindo em infraestrutura e transporte escolar de qualidade, especialmente nas comunidades rurais de difícil acesso.

META 3

UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA A POPULAÇÃO DE 15(QUINZE) A 17(DEZESSETE) ANOS E ELEVAR, ATÉ O FINAL DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTE PME, A TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO PARA 85% (OITENTA E CINCO POR CENTO)

Meta para atendimento das diretrizes do PNE/PEE/PME de superação das desigualdades educacionais:

- Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada
 15 a 17 anos

Etapa Avaliada
 Ensino médio

Redes de Ensino Avaliadas
 Pública
 Privada

Público Avaliado
 População que frequenta e não frequenta a escola

Objetivos da Meta
 Universalização

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados das escolas privadas
 População do Censo IBGE incompatível
 Presença de inadequações idade x ano escolar no censo escolar

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Orientar escolas privadas sobre registros do censo escolar
 Orientar equipes escolares sobre adequação idade x ano nas matrículas
 Monitorar continuamente a frequência escolar da pré-escola e ampliar o atendimento de creches

INDICADORES DA META

INDICADOR 3 A

Descrição: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou concluiu a educação básica.

Abordagem

Ensino Médio

Objetivo

100%

Prazo

2016

Resultados em Série Histórica

2016 – 77,51%
 2017 – 78,91%
 2018 – 85,44%
 2019 – 83,07%
 2020 – 90,13%
 2021 – 89,49%
 2022 – 97,35%
 2023 – 100,28%
 2024 – 92,23%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 3 B

Descrição: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui Educação básica completa.

Objetivo

85%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 26,06%

2017 – 26,17%

2018 – 28,59%

2019 – 41,40%

2020 – 31,63%

2021 – 28,62%

2022 – 37,14%

2023 – 41,20%

2024 – 75,70%

Alcançou o objetivo?

NÃO

Observação

Não atingiu, mas houve crescimento.

ESTRATÉGIAS DA META

Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica
------------------	-------------------------	------------------------------	----------------------	--------------	-----------------------

3.1	Assegurar o transporte escolar, em regime de colaboração com os entes federados, nos turnos diurno e noturno para os estudantes do ensino médio, de forma a adequá-lo às necessidades daqueles que trabalham.	Garantia de transporte gratuito, por meio de regime de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Estado da Educação.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
3.2	Formar turmas com no máximo 35 estudantes, no ensino médio, respeitando dimensão da sala, conforme determinações legais.	Formação de turmas com número de estudantes respeitando a dimensão da sala.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
3.3	Assegurar uma política de avaliação do ensino médio que leve em conta dados estatísticos e indicadores qualitativos.	Aplicação da Prova SAEB e da Prova SABE.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como não houve execução plena ou abrangência total, o percentual estimado reflete apenas uma implementação parcial.
3.4	Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	Oferta de aulas de reforço no turno complementar e formação de turmas de EJA no diurno.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como não houve execução plena ou abrangência total, o percentual estimado reflete apenas uma implementação parcial.
3.5	Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	Execução do Programa Busca Ativa Escolar.	90%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como não houve execução plena ou abrangência total, o percentual estimado reflete apenas uma implementação parcial.
3.6	Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a	Não há registros de ações realizadas.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo

	atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.				registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
3.7	Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	Currículo que trata do tema.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
3.8	Fomentar a oferta de vagas para o ensino médio na zona rural a partir da construção de unidades escolares em regime de parceria com os entes federados com infraestrutura e investimento de recursos humanos que assegurem a qualidade na aprendizagem a médio prazo.	Parceria com a Escola Família Agrícola.	60%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como não houve execução plena ou abrangência total, o percentual estimado reflete apenas uma implementação parcial.
3.9	Implementar e consolidar o projeto político-pedagógico das unidades de ensino, identificado com a concepção de escola democrática inclusiva, assegurando a autonomia das escolas na sua elaboração, assim como a gerência de recursos mínimos para a manutenção do cotidiano escolar.	Formação para os diretores e coordenadores.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como não houve execução plena ou abrangência total, o percentual estimado reflete apenas uma implementação parcial.
3.10	Garantir o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos para os alunos do ensino médio.	Cumprimento dos 200 dias letivos para os alunos do ensino médio (exceto quando houve necessidade de suspensão de algum dia letivo).	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS

- De acordo com o Relatório do 5º ciclo de monitoramento do PNE, do ponto de vista metodológico, essa meta expressa dois objetivos complementares. O

primeiro é de que os jovens de 15 a 17 anos concluam a escola ou a frequentem, independentemente da série em que se encontram; trata-se, portanto, de uma taxa de atendimento escolar que desconsidera a adequação entre a idade e a etapa de ensino. Em seguida, a meta traz um segundo objetivo relativo à taxa líquida de matrículas dos jovens de 15 a 17 anos, isto é, que essa população frequente ou conclua o ensino médio. Portanto, a diferença entre os dois indicadores reside no fato de que o segundo restringe a análise da frequência escolar aos jovens no ensino médio, ao passo que o primeiro indicador é mais abrangente e considera a frequência à escola a despeito da etapa escolar.

2. Os indicadores 3 A e 3 B foram calculados com dados incompletos devido à ausência de quantitativos sobre a população de 15 a 17 anos que já concluiu a educação básica.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 3 do PME de Ribeira do Pombal-BA tem como objetivo universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos e elevar, até 2025, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

O desempenho foi acompanhado por dois indicadores:

- Indicador 3A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou concluiu a educação básica.
- Indicador 3B – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

O indicador 3A apresentou avanço considerável entre 2016 (77,51%) e 2023 (100,28%), com pico nesse último ano, mas sofreu queda significativa em 2024, quando recuou para 92,23%. Ainda assim, o desempenho é expressivo e revela esforço no acesso à educação básica.

O indicador 3B teve uma evolução mais lenta e instável. Partindo de 26,06% em 2016, atingiu 41,20% em 2023, e finalizou com 75,70% em 2024 — um crescimento notável, mas ainda aquém da meta de 85%.

Os dados mostram que, embora tenha havido ampliação significativa do acesso ao ensino médio, a meta de universalização e a taxa de 85% não foram atingidas integralmente.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

A pandemia afetou duramente a trajetória da Meta 3. Entre os anos de 2020 e 2022, observou-se:

- Queda no número de matrículas de estudantes entre 15 e 17 anos.
- Interrupção do fluxo escolar para adolescentes em situação de vulnerabilidade.
- Dificuldades de acesso às atividades remotas, agravando a evasão escolar.
- Aumento da distorção idade-série.

A retomada do crescimento nos anos finais do decênio é resultado de esforços institucionais para reintegração e apoio à permanência dos estudantes, mas os impactos da pandemia foram determinantes para a não universalização.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

- Adesão ao Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/BA), assegurando o deslocamento dos estudantes da zona rural até as unidades escolares de ensino médio.
- Oferta de transporte escolar municipal para alunos do CETEP, centro de formação técnica presente no território.
- Promoção de políticas de juventude e incentivo ao retorno escolar, com apoio à Busca Ativa Escolar.
- Apoio ao funcionamento do Centro Territorial de Educação Profissional do Semiárido Nordeste II – CETEP, que oferece cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio.
- Articulação com escolas privadas (Colégio Kolping e Escola Leonardo da Vinci), ampliando a oferta de ensino médio no território.
- Campanhas institucionais de valorização da educação, com foco nos direitos da adolescência e da juventude.

4. Desafios e limitações na execução da meta

Foram identificadas diversas limitações no cumprimento da Meta 3:

- Redução abrupta nas matrículas de ensino médio em 2023, com queda de quase 50% (de 1765 em 2022 para 807 em 2023);
- Baixo controle sobre a oferta do ensino médio, visto que a gestão municipal não é a responsável direta por essa etapa;
- Falta de dados consolidados da rede privada, dificultando a avaliação da totalidade do atendimento;
- Presença de distorção idade-série significativa na faixa de 15 a 17 anos;
- Incompatibilidade entre dados populacionais do IBGE e o número de matrículas reais, afetando os percentuais de cobertura;

- Insuficiência de estratégias específicas para o atendimento da meta, sobretudo quanto à articulação entre as redes estadual e municipal.

5. Recomendações finais

Para o novo ciclo do PME (2026–2036), indicam-se as seguintes ações:

- Fortalecer o pacto federativo entre Estado e Município, com planejamento conjunto e metas integradas de atendimento ao ensino médio;
- Estabelecer comissões locais de monitoramento interinstitucional, com representação de escolas estaduais, privadas e da gestão municipal;
- Ampliar a política de transporte escolar, priorizando jovens em risco de evasão;
- Apoiar financeiramente ações do CETEP e outras instituições de educação técnica e profissional;
- Implementar monitoramento mais preciso dos dados de matrícula, frequência e distorção idade-série;
- Desenvolver políticas intersetoriais para a juventude, com foco na permanência escolar, formação profissional e combate ao abandono;
- Incluir metas intermediárias e indicadores auxiliares no novo plano, garantindo melhor acompanhamento da progressão ao ensino médio e conclusão da educação básica.

META 4

UNIVERSALIZAR, PARA A POPULAÇÃO DE 4 (QUATRO) A 17 (DEZESSETE) ANOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO, COM A GARANTIA DE SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO, DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, CLASSES, ESCOLAS OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PÚBLICOS OU CONVENIADOS.

Meta para atendimento das diretrizes do PNE/PEE/PME de superação das desigualdades educacionais:

- Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

04 a 17 anos

Etapa Avaliada

Educação básica – rede municipal e estadual

Redes de Ensino Avaliadas

Pública
Privada

Público Avaliado

População que frequenta e não frequenta a escola

Objetivos da Meta

Universalização e ampliação de atendimentos

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados das escolas privadas
População do Censo IBGE sem dados por faixa etária para pessoas com NEE
Presença de inadequações idade x ano escolar no censo escolar

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

- Orientar escolas privadas sobre registros do censo escolar
- Orientar equipes escolares sobre adequação idade x ano nas matrículas
- Monitorar continuamente a frequência escolar da pré-escola e ampliar o atendimento de creches
- Implementar ações de parcerias intersetoriais sobre dados da população com NEE

INDICADORES DA META

INDICADOR 4 A

Descrição: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TDG e altas habilidades ou superdotação que frequenta a escola.

Abordagem

Educação especial

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

- 2016 – SD
- 2017 – SD
- 2018 – SD
- 2019 – SD
- 2020 – SD
- 2021 – SD
- 2022 – SD
- 2023 – SD
- 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

NÃO CALCULADO

Observação

Devido à ausência de dados populacionais na faixa etária

INDICADOR 4 B

Descrição: Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TDG e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%

2017 – 100%

2018 – 100%

2019 – 100%

2020 – 100%

2021 – 100%

2022 – 100%

2023 – 100%

2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 4 C

Descrição: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que receberam atendimento educacional especializado (AEE)

Objetivo

100%

<p>Prazo 2025</p> <p>Resultados em Série Histórica</p> <p>2016 – 2,87% 2017 – 3,53% 2018 – 12,70% 2019 – 26,37% 2020 – 26,72% 2021 – 21,53% 2022 – 40,13% 2023 – 39,47% 2024 – 54,35%</p> <p>Alcançou o objetivo? NÃO</p> <p>Observação Não alcançou o objetivo, mas houve crescimento.</p>

ESTRATÉGIAS DA META						
Nº da meta	Nº da estratégia	Descrição da estratégia	Ações	Status	% estimado de alcance	Justificativa
4	4.1	Assegurar através de parcerias com órgãos competentes que as matrículas dos(as) estudantes da educação regular e EJA da rede pública possam receber atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o Censo Escolar mais atualizado, na educação especial/inclusiva oferecida em instituições comunitárias, confessionais	XXX	Não iniciada	0%	A estratégia não foi implementada até 2024, permanecendo sem ações executadas.

		ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.				
4	4.2	Garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar nas escolas públicas e privadas, bem como, o transporte para o deslocamento dos estudantes no contraturno para esse atendimento.	Criação e ampliação de salas de recursos; criação e ampliação do Centro Multidisciplinar; oferta de transporte acessível com elevador em escolas municipais e estaduais; atendimento contínuo no Centro Multidisciplinar de Apoio Pedagógico e Psicossocial; ampliação de espaço e contratação de profissionais.	Concluída	100%	A estratégia foi totalmente implementada, com ampliação dos serviços de AEE e transporte acessível, garantindo a execução integral da proposta.
4	4.3	Garantir o apoio e a parceria das esferas estadual e federal com o município na criação de centros multidisciplinares, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.	Implantação e ampliação do Centro Multidisciplinar; ampliação dos atendimentos do AEE; ampliação do atendimento psicológico a profissionais; anexos em escolas do campo; recursos do FNDE; projeto Escuta Ativa; ampliação de profissionais e serviços especializados; integração com saúde e assistência social.	Concluída	100%	A estratégia foi plenamente executada, com estruturação e expansão do Centro Multidisciplinar e integração intersetorial.
4	4.4	Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) estudantes com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva.	Construção de rampas e corrimões; aquisição de transporte acessível; aquisição de materiais adaptados e acessíveis; parcerias com CEMAPP e Centro Multidisciplinar; aplicação e ampliação do projeto Escuta Ativa na Educação Inclusiva; adequações arquitetônicas; oficinas para adaptação de recursos pedagógicos.	Em desenvolvimento	70%	Houve avanços significativos em acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, porém a execução não atingiu plena universalização.
4	4.5	Garantir no núcleo diversificado a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita	Intérprete em Libras em sala de aula; formação em Libras e Braille; atendimento no CEMAPP; oferta de	Concluída	100%	A estratégia foi plenamente implementada,

		da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(às) estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do Decreto nº 5.626/2005, bem como a adoção do sistema Braille para cegos e surdos-cegos.	intérpretes e profissionais de apoio em Braille; projetos de Libras na educação infantil em escolas e CMEIs; formações continuadas específicas; ampliação da rede de profissionais e recursos.			garantindo educação bilíngue em Libras e Braille com formação e profissionais.
4	4.6	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e desenvolvimento escolar dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades beneficiários(as) de programas de transferência de renda.	Programas Integração AABB Comunidade; BPC; programas da rede estadual (Alimentação Escolar, Mais Estudo, Bolsa Presença); Escuta Ativa na Educação Inclusiva; conferências municipais de educação; programa Sala de Recursos Multifuncionais.	Em desenvolvimento	80%	A estratégia avançou com múltiplos programas e ações intersetoriais, embora não tenha atingido cobertura plena e sistemática de monitoramento.
4	4.7	Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologias assistivas.	Formações continuadas em Libras, Braille, dislexia, autismo e práticas inclusivas; simpósios, seminários e rodas de conversa; escuta ativa; aplicação de PEI; construção de portfólios; eventos e projetos na rede municipal.	Concluída	100%	A estratégia foi amplamente cumprida, consolidando formação, pesquisa aplicada e desenvolvimento de metodologias inclusivas.
4	4.8	Estimular a continuidade da escolarização dos(as) estudantes com deficiência na EJA.	Intérprete em Libras em salas de aula; oferta de profissionais de apoio; elaboração de PEI; projetos institucionais; vínculo com SENAI para cursos profissionalizantes; projeto Família e Escola; esportes; escuta ativa para jovens e adultos.	Em desenvolvimento	75%	A estratégia apresentou avanços expressivos, mas não assegurou universalmente a continuidade da escolarização na EJA.
4	4.9	Definir no segundo ano de vigência do PME indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para instituições públicas e privadas de atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do	Acompanhamento do Conselho Municipal de Educação nos parâmetros de acessibilidade arquitetônica em escolas, CMEIs e rede privada de educação infantil.	Em desenvolvimento	40%	A estratégia foi parcialmente cumprida, restrita ao acompanhamento de acessibilidade, sem definição completa

		desenvolvimento e altas habilidades.				de indicadores de qualidade.
4	4.10	Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.	Formação de profissionais de apoio; contratações em escala de cuidadores, intérpretes, motoristas e monitores; seleção de profissionais com formação continuada; planejamento pedagógico e logístico.	Em desenvolvimento	85%	A estratégia avançou de forma significativa com ampliações de equipe, embora não tenha atingido cobertura integral em todas as instituições.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As operações utilizadas para cálculo dos indicadores estão nas fichas técnicas deste documento.
2. Os indicadores são apresentados em série histórica, porém suas variações devem ser avaliadas com muita cautela, evitando-se comparações, pois os anos de monitoramento não seguem modelos comuns e efetivos de base de dados, comprometendo variáveis e, por conseguinte, seus resultados.
3. Caso seja observada a disparidade entre dados presentes neste relatório e os que estão nos documentos do PME dos anos anteriores, é necessário considerar sempre o monitoramento mais recente, devido a possíveis ajustes, reparos e mudanças de bases de dados.
4. Cabe ressaltar, nesta edição, os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 que atingiram o município, particularmente em 2020 e 2021, quando as escolas suspenderam as aulas presenciais. Considerando as grandes desigualdades no aprendizado dos estudantes, bem como os efeitos adversos da pandemia de COVID-19, que afetaram mais drasticamente os grupos sociais mais vulneráveis, os resultados deste relatório conclamam a formulação e implementação de políticas equitativas, com estratégias e ações imediatas que possibilitem, concomitantemente, tanto a recomposição e melhoria das aprendizagens quanto a redução das desigualdades constatadas.
5. O monitoramento da Meta 4 enfrenta duas limitações importantes: a primeira é a defasagem temporal dos dados do Censo Demográfico de 2010 utilizados para o monitoramento do Indicador 4 A; a segunda é de natureza metodológica, uma vez que o censo demográfico coleta informações sobre pessoas com deficiência intelectual e dificuldade ou incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar etc.
6. Para que a meta seja totalmente alcançada é preciso que todos os indicadores também tenham suas metas definidas alcançadas.
7. O indicador 4 C foi inserido no monitoramento com base no relatório do Plano Nacional do ciclo IV.
8. Para cálculo do indicador 4 C, a faixa etária (4 a 17 anos) não foi considerada. Todos os estudantes matriculados no AEE foram incluídos, independentemente

da idade.

9. O termo transtorno global do desenvolvimento (TGD) foi substituído na coleta dos dados do Censo Escolar, em 2019, por transtorno do espectro autista (TEA), em consonância com as alterações nas normativas legais nacionais (Lei nº 12.764/2012). Este relatório, contudo, manteve a nomenclatura presente na lei do PNE (Lei nº 13.005/2014).

10. Para cálculo do indicador 4 C, a ETMA não considerou a faixa etária da meta, incluindo, assim, os estudantes com NEE de todas as idades.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 4 tem como objetivo garantir a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, até 2025.

- Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação que frequenta a escola. Este indicador não foi calculado durante todo o decênio, impossibilitando a análise de evolução ou alcance do objetivo.
- Indicador 4B: Percentual de alunos com necessidades específicas matriculados em classes comuns da educação básica. O município alcançou 100% de inclusão em todos os anos entre 2016 e 2024, o que representa um marco na implementação do sistema educacional inclusivo.
- Indicador 4C: Percentual de matrículas com oferta de AEE. Apresentou evolução expressiva: iniciou com 2,87% (2016), cresceu para 26,37% (2019), alcançou 40,13% (2022) e chegou a 54,35% em 2024. Esse avanço reflete investimentos em infraestrutura, formação docente e serviços especializados.

Conclui-se que a Meta 4 foi parcialmente alcançada. O município atingiu integralmente o indicador 4B, avançou significativamente no indicador 4C, mas não apresentou dados para o indicador 4A, limitando a avaliação global da meta.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

Durante a pandemia (2020–2021) os desafios para manter a inclusão e o atendimento especializado foram intensificados. As barreiras de acesso à tecnologia, a ausência de interações presenciais e a suspensão temporária de atendimentos presenciais comprometeram a continuidade dos processos educativos para estudantes com deficiência.

Apesar disso, a Secretaria Municipal de Educação promoveu ações compensatórias que contribuíram para a retomada e expansão dos serviços após o período

crítico da crise sanitária, especialmente a partir de 2022, com a ampliação do AEE e reestruturação dos atendimentos psicossociais e terapêuticos.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

As seguintes iniciativas foram decisivas para o avanço da Meta 4.

- Criação do CEMAPP – Centro Multidisciplinar de Apoio Pedagógico e Psicossocial, que oferece atendimento educacional especializado (AEE) para CMEIs e escolas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
- Acompanhamento por terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, músicos, psicomotricistas, fonoaudióloga e assistentes sociais.
- Apoio a famílias atípicas e servidores da rede com oferta de psicólogos e assistência social.
- Criação de anexos do CEMAPP nas escolas municipais do campo, Ferreira Brito e Maria Souza Borges, para atender estudantes das localidades próximas.
- Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais em 12 unidades escolares, ampliando o atendimento em contraturno aos estudantes com NEE.
- Formações continuadas presenciais e on-line para professores regentes, de apoio e cuidadores.
- Ações de escuta ativa com famílias e comunidades escolares, fortalecendo o vínculo entre escola, estudante e família.
- Contratação de profissionais de apoio para inclusão.
- Formação continuada em educação inclusiva.
- Realização da Caminhada de Conscientização sobre o Autismo.
- Campanha nos comércios da cidade em prol da conscientização dos direitos das pessoas com autismo.
- Oferta presencial do Ciptea (Carteira de Identificação das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista) às famílias atípicas do município.
- Setembro Verde – Campanha de Inclusão das Pessoas com Deficiência.
- Escuta Ativa da Educação Inclusiva nas instituições escolares e residência familiar com assistência social.
- Seminários e tertúlia literária com profissionais de apoio e coordenadores das instituições municipais.
- Atendimento pedagógico domiciliar para estudantes com patologias.
- Integração entre educação especial e demais políticas públicas, promovendo atendimento integral aos estudantes com deficiência, transtornos e superdotação.
- Ampliação da contratação de profissionais de apoio para atender estudantes com deficiência nas escolas do ensino regular.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Ausência de dados do indicador 4A, dificultando o planejamento e a avaliação da meta.
- Insuficiência de dados nas escolas privadas e no Censo IBGE com recortes específicos para a população com NEE.
- Dependência de execução compartilhada com redes estadual, privada e federal.
- Dificuldade de planejamento intersetorial, exigindo articulação permanente entre saúde, educação e assistência social.
- Descrições genéricas no texto da meta e estratégias, dificultando a operacionalização.
- Limitações orçamentárias para expandir o número de salas de AEE e atendimento terapêutico.

5. Recomendações finais

- Instituir um sistema de monitoramento de dados específicos para estudantes com NEE, com base em cadastros unificados e padronizados entre redes.
- Ampliar as salas de recursos multifuncionais e o número de profissionais especializados para atendimento em AEE.
- Fortalecer o CEMAPP, consolidando-o como centro de referência regional.
- Garantir acessibilidade física, pedagógica e comunicacional em todas as escolas municipais.
- Promover parcerias com instituições de ensino superior e centros de referência em educação inclusiva.
- Investir na formação continuada dos profissionais da educação especial com foco na prática docente e na mediação inclusiva.
- Revisar as estratégias da Meta 4 no novo plano, tornando-as mais objetivas, mensuráveis e com prazos definidos.
- Fomentar a participação das famílias e da sociedade civil, promovendo campanhas de valorização da diversidade e da inclusão escolar.
- Ampliar o atendimento terapêutico e psicossocial nos territórios, com foco nas necessidades específicas das comunidades rurais e periferias urbanas.
- Investir na educação inclusiva, com ampliação do quadro técnico, materiais e formação docente.
- Investir na melhoria da infraestrutura das unidades existentes, com foco na acessibilidade, conforto e estímulo ao desenvolvimento dos estudantes.
- Assegurar a oferta eficiente dos recursos didáticos e tecnologias assistivas, com foco nas necessidades específicas.
- Capacitação de profissionais para o AEE – Atendimento Educacional Especializado.

META 5

ALFABETIZAR TODAS AS CRIANÇAS ATÉ O FINAL DO 3º (DO 2º ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO MÁXIMO.

Meta para atendimento das diretrizes do PNE/PEE/PME de superação das desigualdades educacionais:

- Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

Até 07 anos

Etapa Avaliada

Ciclo da alfabetização
Ensino fundamental

Redes de Ensino Avaliadas

Pública
Privada
(ETMA avaliou apenas a rede municipal)

Público Avaliado

Estudantes do 2º ano – rede pública

Objetivos da Meta

Alfabetização na idade certa de todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados das escolas privadas
Base de dados avaliativo dos anos de 2016–2023
Não há acesso público para análise de resultados do SABE entre 2016 a 2022

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Orientar escolas privadas sobre levantamento de dados
 Orientar equipes escolares sobre adequação idade x ano nas matrículas
 Monitorar continuamente as políticas de alfabetização e seus resultados

INDICADORES DA META

INDICADOR 5 A

Descrição: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa

Abordagem

Alfabetização na idade certa

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – SD
 2018 – SD
 2019 – SD
 2020 – SD
 2021 – SD
 2022 – SD
 2023 – 39%
 2024 – 36,62%

Alcançou o objetivo?

NÃO

INDICADOR 5 B

Descrição: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em matemática

Abordagem

Alfabetização na idade certa

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – SD
 2018 – SD
 2019 – SD
 2020 – SD
 2021 – SD
 2022 – SD
 2023 – 41%
 2024 – 49,11%

Alcançou o objetivo?

NÃO

ESTRATÉGIAS DO PME

Nº da meta	Nº da estratégia	Descrição da estratégia	Ações executadas (2016–2024)	% estimado alcançado	Status final	Justificativa técnica
5	5.1	Promover e estimular a qualificação e valorização dos profissionais da educação, com formação inicial e continuada na área de alfabetização e letramento, através de ações de incentivo para articulação de convênios com faculdades e instituições credenciadas para formação em graduação e pós-graduação (lato sensu), utilizando	Implementação de formações continuadas (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa/PNAIC, Programa Tempo de Aprender, Programa Educar e Recompôr a Aprendizagem dos Estudantes/Peraê), Sistema de Avaliação Baiano da Educação/SABE, Sistema de Avaliação da Educação Básica/SAEB), parcerias com a	100%	Concluída	Ações executadas com continuidade, diversidade e ampla cobertura ao longo de 2016–2025, com registros claros e específicos que comprovam o alcance integral da estratégia.

		recursos públicos destinados à educação do artigo 70, inciso I;	faculdade AGES para graduação e pós, e formações específicas em alfabetização e letramento realizadas anualmente.			
5	5.2	Garantir a lotação dos professores com perfil e formação inicial e continuada em alfabetização e letramento, preferencialmente, no ciclo de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental;	Seleção anual de professores e Processo Seletivo em 2025 para assistentes de alfabetização, com exigência de formação em pedagogia e/ou especialização em alfabetização e letramento, assegurando lotação no ciclo de alfabetização.	100%	Concluída	Ações executadas com continuidade, diversidade e ampla cobertura ao longo de 2016–2025, com registros claros e específicos que comprovam o alcance integral da estratégia.
5	5.3	Instituir instrumentos de avaliação aos alunos do ciclo de alfabetização para efetivar diagnósticos a partir dos sinalizados indicadores das avaliações externas pelo sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) da Provinha Brasil e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA);	Avaliações diagnósticas e formativas aplicadas regularmente, com uso de fichas de monitoramento e avaliações externas (SABE, SAEB, CAED/CNCA e PARC) entre 2021 e 2025.	100%	Concluída	Ações executadas com continuidade, diversidade e ampla cobertura ao longo de 2016–2025, com registros claros e específicos que comprovam o alcance integral da estratégia.
5	5.4	Desenvolver ações que promovam adesão de recursos e tecnologias educacionais inovadoras, materiais didáticos específicos que assegurem paulatinamente a melhoria e a busca pela excelência das práticas pedagógicas que consolidem todos os direitos de aprendizagem aos estudantes do ciclo, para garantir que os mesmos se alfabetizem na idade apropriada (06 a 08 anos);	Distribuição e adesão a materiais didáticos por meio do Programa Nacional do Livro didático/PNLD, livros da coleção Leia lá, que eu leio cá, para 1º e 2º anos, oficinas pedagógicas, uso de tecnologias e metodologias ativas em formações e aquisições diversas (cadernos, jogos pedagógicos, cartazes).	100%	Concluída	Ações executadas com continuidade, diversidade e ampla cobertura ao longo de 2016–2025, com registros claros e específicos que comprovam o alcance integral da estratégia.
5	5.5	Estruturar a rede municipal de ensino em regime de colaboração com a União e o Estado, com vistas a garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 6 a 14 anos, no ciclo de alfabetização, assegurando atendimento educacional especializado complementar e	Atendimento contínuo no Centro Municipal Multidisciplinar de Apoio Pedagógico e Psicossocial (CEMAPP) entre 2018 e 2025, com equipe multidisciplinar formada por psicólogo, assistente social e psicopedagogo, garantindo suporte educacional especializado.	100%	Concluída	Ações executadas com continuidade, diversidade e ampla cobertura ao longo de 2016–2025, com registros claros e específicos que comprovam o alcance integral da estratégia.

		suplementar e uma equipe multidisciplinar, em turno oposto ao regular matriculado.				
--	--	--	--	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS

1. À princípio, os indicadores da Meta 5 teriam como base de dado os resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), todavia a avaliação foi extinta em 2016, antes mesmo do primeiro monitoramento do PME.
2. Do ano de 2019 a 2021, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) passou a avaliar o 2º ano do ciclo de alfabetização, porém de forma amostral no país, não produzindo resultados individuais por município, ou seja, também não pôde ser utilizado como fonte de dado para o monitoramento da meta em questão.
3. Em 2023, com um pacto de colaboração entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), novas avaliações de larga escala começaram a ser produzidas e gerenciadas pelos próprios estados (seguindo a matriz e o modelo SAEB) para acompanhamento e diagnóstico do processo de aprendizagens de estudantes também das redes municipais. Na Bahia, o SABE (Sistema de Avaliação Baiano de Educação) passou a exercer essa função, subsidiando indicadores de aprendizagem para os municípios baianos (aplicação nas turmas do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental) a partir dos resultados de desempenho dos estudantes em testes de Língua Portuguesa e Matemática.
4. No relatório presente, ano 2024 (base de dado 2023), a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME iniciou o uso dos resultados do SABE como base de dados para os indicadores de alfabetização da Meta 5.
5. Além dos resultados oficiais da meta (indicadores 5 A e 5 B) produzidos pelo SABE, o monitoramento da Meta 5 também traz informações sobre o indicador “Criança Alfabetizada” como complementação de dados sobre a alfabetização na idade na rede municipal de ensino.
6. No que diz respeito ao processo de alfabetização, a versão final homologada da BNCC para o Ensino Fundamental explicitou que “nos anos iniciais (1º e 2º anos) do ensino fundamental espera-se que ela [a criança] se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica” (Brasil. MEC, 2018, p. 89). Além disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, em seu artigo 12, que o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental deveriam voltar-se centralmente à alfabetização da criança. Convergiram, portanto, os entendimentos dos referidos marcos normativos quanto à concentração do esforço pedagógico na alfabetização infantil nos dois anos iniciais da etapa escolar.
7. Para monitoramento da meta foram considerados apenas dados das escolas públicas.

AValiação Final Sobre Os Monitoramentos Anuais da Meta

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 5, que avalia o percentual de estudantes alfabetizados em Língua Portuguesa e Matemática até o final do 2º ano do Ensino Fundamental (texto atualizado em conformidade com a BNCC), tem como objetivo atingir 100% de estudantes alfabetizados na idade certa até o ano de 2025.

Desde a extinção da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), que seria o instrumento oficial para medir o andamento da meta, até o ano de 2022, não houve registros de dados disponíveis para monitoramento adequado da meta, revelando uma importante lacuna nos parâmetros avaliativos. Essa ausência de dados impediu uma análise precisa dos avanços ou retrocessos ao longo do decênio.

Em 2024, com a adoção de novos instrumentos e indicadores oficializados pelo INEP, por meio do programa Compromisso Criança Alfabetizada, o monitoramento passou a utilizar os resultados do SABE (Sistema de Avaliação Baiano da Educação) como medida para aferição dos percentuais de estudantes do 2º ano alfabetizados.

De acordo com os resultados apresentados, em 2023, 31% dos estudantes demonstraram desempenho adequado em Língua Portuguesa (indicador 5A) e 37% em Matemática (indicador 5B), conforme Tabela 2. Já em 2024, 32,63% dos estudantes demonstraram desempenho adequado em Língua Portuguesa (indicador 5A) e 37,66% em Matemática (indicador 5B), conforme Tabela 2.

Os níveis de desempenho avançado dos estudantes, no entanto, permaneceram baixos, com apenas 8% em 2023 e 3,99% em 2024 em Língua Portuguesa, assim como em Matemática que, em 2023, alcançou o patamar de 4% e, em 2024, 11,45%, segundo os dados complementares da Tabela A. Isso demonstra a necessidade de contínuas intervenções pedagógicas para elevação da aprendizagem.

Os dados do Indicador Criança Alfabetizada (CNCA/INEP) mostram que, em 2023, 34,4% dos estudantes do 2º ano estavam alfabetizados, índice considerado baixo frente à meta de 80% até 2030. O plano projeta aumento anual gradual de 6 a 7 pontos percentuais, demandando avanço de 6,8 pontos para o ano de 2024.

Em 2025 foi divulgado o Indicador Criança Alfabetizada referente ao ano de 2024, que atingiu 40,72%, não alcançando a meta estabelecida, porém houve um avanço significativo de 6,32 pontos. Isso evidencia que, apesar do avanço, existe a urgência de estratégias eficazes para garantir o progresso entre os níveis de alfabetização estabelecidos nacionalmente.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

Nos anos de 2020 e 2021, a pandemia da COVID-19 exacerbou os desafios já existentes na garantia da alfabetização na idade certa. O fechamento das escolas e a transição abrupta para o ensino remoto afetaram severamente a continuidade do processo educativo, sobretudo para crianças em situação de vulnerabilidade social.

A ausência de infraestrutura tecnológica adequada nas residências dificultou o acesso ao ensino remoto, comprometendo o processo de alfabetização. Apesar dos esforços empreendidos pela gestão municipal na manutenção do vínculo escolar, os impactos foram expressivos.

Como resposta emergencial, foi implementado o Projeto Educar e Recompôr a Aprendizagem dos Estudantes (PERAÊ), que definiu estratégias específicas para mitigar as lacunas de aprendizagem provocadas durante o ensino remoto.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

Em resposta às dificuldades enfrentadas, o Município intensificou, a partir de 2021, o desenvolvimento de ações formativas, estruturais e pedagógicas voltadas à promoção da alfabetização e letramento na idade certa.

Dentre as principais iniciativas destacam-se:

- Realização de ciclos formativos consecutivos para professores, coordenadores pedagógicos e assistentes de alfabetização, com temáticas específicas como sistema de escrita alfabética, psicogênese da língua escrita, consciência fonológica, mediação no processo de alfabetização, agrupamentos produtivos, alfabetização matemática, alfabetização científica e leitura e escrita na Educação Infantil (LEEI).
- Garantia da lotação de professores alfabetizadores nas turmas do 1º e 2º anos, conforme demonstrado na Estratégia 5.2, por meio de seleção com exigência de diploma em Pedagogia e especialização na área.
- Distribuição de materiais pedagógicos e didáticos, aquisição de jogos e cadernos de sondagem, livros do PNLD para 1º aos 5º anos e da coleção Leia lá, que eu leio cá, para 1º e 2º anos, além da promoção de oficinas pedagógicas voltadas à alfabetização e recomposição da aprendizagem, conforme registrado na Estratégia 5.4.
- Implantação de Cantinhos de Leitura em todas as turmas de 1º e 2º anos, com uso de recursos financeiros oriundos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
- Implementação de instrumentos diagnósticos e avaliativos como avaliações de fluência, leitura, escrita e matemática, com uso da plataforma PARC (Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração) e da plataforma Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, através do Caed Digital, além da aplicação de avaliações do SABE (Sistema de Avaliação Baiano da Educação), conforme previsto na Estratégia 5.3.
- Adesão Municipal ao Plano de Ações do Território Estadual (PATE) – CNCA.
- A alta taxa de participação dos estudantes nas avaliações SABE 2023, com 87,7%, e em 2024, com 90,27%, registrada na Tabela C, evidencia o sucesso das ações de Busca Ativa e mobilização das equipes escolares, fortalecendo a confiabilidade dos dados para análise e tomada de decisão.

Como parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), o Município de Ribeira do Pombal aderiu formalmente ao Plano de Ações do Território Estadual (PATE), contribuindo para a consolidação da política nacional de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As ações realizadas abrangem:

- Formação de docentes que atuam nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.
- Formação de docentes que atuam nos 3º aos 5º anos do Ensino Fundamental.
- Formação de profissionais que atuam na Coordenação Pedagógica.
- Formação para equipes técnicas que atuam na área pedagógica e de gestão.
- Formação de profissionais que atuam na Direção Pedagógica das escolas.
- Disponibilização de material didático complementar impresso para estudantes dos 1º e 2º anos.
- Disponibilização de material didático complementar impresso para estudantes dos 3º ao 5º anos.
- Fornecimento de materiais pedagógicos impressos e contextualizados, voltados ao fortalecimento da alfabetização.
- Fornecimento de material complementar impresso para planejamento e acompanhamento pedagógico.
- Disponibilização de cadernos de orientações didáticas.
- Produção e entrega de guias de acompanhamento da aprendizagem.
- Fornecimento de materiais específicos de apoio para professores alfabetizadores.
- Entrega de materiais pedagógicos de uso individual e coletivo para o trabalho em sala de aula.

Essas ações integradas à política nacional reforçam o compromisso do município com a alfabetização na idade certa, promovendo a equidade e a qualidade do ensino nos anos iniciais.

4. Desafios e limitações na execução da meta

A execução da Meta 5 enfrentou diversas limitações ao longo da vigência do PME, entre as quais se destacam:

- Ausência de avaliações nacionais específicas como a extinta ANA, dificultando o acompanhamento contínuo do desempenho dos estudantes ao longo da década.
- Insuficiência de dados das escolas privadas e dos resultados do SABE nos anos de 2016 a 2022, comprometendo a completude da análise.
- Dificuldades financeiras, especialmente no pós-pandemia, que afetaram o ritmo de implementação de políticas públicas.
- Descrições genéricas das estratégias no documento original, que exigiram adaptações mais amplas por parte da equipe técnica para garantir aplicabilidade.

5. Recomendações finais

- Acompanhar e monitorar especificamente, com resultados de indicadores diretos que auxiliem no monitoramento da meta o desempenho na aprendizagem, identificando e intervindo adequadamente mediante as hipóteses de escrita, os níveis de leitura, os níveis de produção textual e a proficiência em Matemática dos estudantes.
- Intensificar as ações pedagógicas específicas voltadas à elevação dos níveis de alfabetização, com foco não apenas na consolidação de desempenhos básicos, mas também na promoção do avanço dos estudantes para os níveis mais elevados.
- Fortalecer a Política Municipal de Alfabetização e Letramento implantada sob a Lei Municipal nº 940 de 08/11/2024, como instrumento norteador de todas as ações da rede.
- Manter os ciclos formativos contínuos para os profissionais da alfabetização, com ênfase nos resultados das avaliações externas e suas implicações pedagógicas.
- Ampliar o uso de instrumentos diagnósticos e avaliações formativas, assegurando intervenções pedagógicas em tempo hábil.
- Fomentar o regime de colaboração entre União, Estado e Município, especialmente no que se refere ao financiamento, à formação continuada e ao acesso a materiais pedagógicos de qualidade.
- Estabelecer metas progressivas realistas, com base nos níveis do CNCA/INEP, monitorando o avanço contínuo em direção à meta nacional de 80% de alfabetização até 2030.
- Promover a integração entre Educação Infantil e Anos Iniciais, fortalecendo a transição com foco no processo de alfabetização a partir da Pré-Escola.

A partir da leitura e análise dos dados do ciclo 2015–2025, o Município reafirma seu empenho e comprometimento em potencializar as ações de alfabetização e letramento, garantindo que todas as crianças aprendam na idade adequada, com equidade e qualidade social.

META 6

OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE FORMA A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS (AS) ALUNOS (AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

- Diretrizes para a promoção da qualidade educacional

Melhoria da qualidade da educação.

Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

Todas

Etapa Avaliada

Todas da educação básica pública: municipal e estadual

Redes de Ensino Avaliadas

Pública

Público Avaliado

Escolas e matrículas gerais

Estudantes e escolas de tempo integral

Objetivos da Meta

Oferta e ampliação

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dentro do prazo

INDICADORES DA META

INDICADOR 6 A

Descrição: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.

Abordagem

Educação de tempo integral

Objetivo

50%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 10,33%

2017 – 8,51%

2018 – 15,72%

2019 – 19,23%

2020 – 11,36%

2021 – 13,43%

2022 – 20,54%

2023 – 38,50%

2024 – 44,56%

Alcançou o objetivo?

NÃO

Observação

Não alcançou, mas houve crescimento

INDICADOR 6 B

Descrição: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo ETI em jornada de tempo integral.

<p>Abordagem Educação de tempo integral</p> <p>Objetivo 25%</p> <p>Prazo 2025</p> <p>Resultados em Série Histórica</p> <p>2016 – 77,27% 2017 – 39,53% 2018 – 74,42% 2019 – 75% 2020 – 55% 2021 – 62,5% 2022 – 87,5% 2023 – 97,5% 2024 – 50%</p> <p>Alcançou o objetivo? SIM</p> <p>Observação Alcançou na maioria dos anos monitorados, mas com oscilações.</p>

ESTRATÉGIAS DA META						
Nº da meta	Nº da estratégia	Descrição integral da estratégia	Ações executadas	% estimado alcançado	Status final	Justificativa técnica
6	6.1	Promover com o apoio da união a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e	Implementação de escolas em tempo integral nos bairros Pedro Tibúrcio, Pombalzinho e Vila Operária com ampliação da carga horária em 2022 e 2023; adesão ao	90%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída por ter alcançado seus objetivos principais durante o período de vigência do PME, com ações efetivas, abrangência satisfatória e alinhamento às metas

		esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.	Programa Escola em Tempo Integral do MEC em 2023.			educacionais.
6	6.2	Institucionalizar e manter em regime de colaboração o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;	Construção de novas unidades com laboratórios e refeitórios; reformas na Escola Eulina Moreira e instalação de salas multifuncionais; formação de equipes gestoras via cursos da UNCME e UFBA.	85%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída por ter alcançado seus objetivos principais durante o período de vigência do PME, com ações efetivas, abrangência satisfatória e alinhamento às metas educacionais.
6	6.3	Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, criando mecanismos de maior valorização da escola pela comunidade;	Desenvolvimento de ações de leitura em bibliotecas comunitárias e uso de praças públicas para feiras pedagógicas em parceria com a Secretaria de Cultura (2021 a	70%	Em desenvolvimento	A estratégia encontra-se em desenvolvimento, com ações iniciadas mas ainda não finalizadas até 2024, exigindo continuidade na próxima vigência para seu pleno alcance.

			2023).			
6	6.4	Orientar, na forma do inciso I do ART. 13 da Lei nº 12.101, DE 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública da educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;	Não há registros oficiais de aplicação direta da orientação legal mencionada. A legislação foi revogada, impossibilitando ações vinculadas a esse dispositivo.	0%	Não iniciada	A estratégia não apresentou registros de implementação durante o período de vigência do PME, não havendo evidências de execução até 2024.
6	6.5	Atender as escolas do campo na oferta de educação integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;	Ampliação parcial da jornada escolar em escolas do campo nos povoados Nova Esperança e Currálinho; projetos de contraturno aplicados em ciclos limitados em 2022.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia encontra-se em desenvolvimento, com ações iniciadas mas ainda não finalizadas até 2024, exigindo continuidade na próxima vigência para seu pleno alcance.
6	6.6	Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e	Ofertado AEE em contraturno em diversas escolas urbanas com salas de recursos multifuncionais; acompanhamento por professores especializados.	80%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída por ter alcançado seus objetivos principais durante o período de vigência do PME, com ações efetivas, abrangência satisfatória e alinhamento às metas educacionais.

		suplementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.				
6	6.7	Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.	Serviço ofertado com abrangência parcial nas escolas-polo da sede e zona rural; número de profissionais e salas aumentou entre 2020 e 2023.	60%	Em desenvolvimento	A estratégia encontra-se em desenvolvimento, com ações iniciadas mas ainda não finalizadas até 2024, exigindo continuidade na próxima vigência para seu pleno alcance.
6	6.8	Garantir a formação do profissional de apoio de educação especial, através de capacitação ofertada pelo município, com no mínimo 120 horas, bem como assegurar a permanência deste, no contra turno;	Capacitação de auxiliares em Educação Especial em parceria com instituições regionais entre 2021 e 2024; lotação em escolas com AEE.	100%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída por ter alcançado seus objetivos principais durante o período de vigência do PME, com ações efetivas, abrangência satisfatória e alinhamento às metas educacionais.
6	6.9	Buscar apoio junto as entidades privadas para a realização de atividades	Parcerias pontuais com ONGs e entidades	60%	Em desenvolvimento	A estratégia encontra-se em desenvolvimento, com ações iniciadas mas

		voltadas à ampliação da jornada escolar dos educandos matriculados nas escolas da rede pública da educação básica.	comunitárias para atividades esportivas, oficinas e eventos culturais nas escolas da zona urbana entre 2022 e 2024.			ainda não finalizadas até 2024, exigindo continuidade na próxima vigência para seu pleno alcance.
6	6.10	Estabelecer parcerias e acordos na política de encaminhamento de alunos aos profissionais diversos do setor da saúde, da ação social, assim como criar um calendário de visitas destes profissionais para atendimento nas escolas.	Protocolos de encaminhamento firmados com unidades do SUS e CRAS locais, com atendimento articulado pelas escolas a partir de 2020.	100%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída por ter alcançado seus objetivos principais durante o período de vigência do PME, com ações efetivas, abrangência satisfatória e alinhamento às metas educacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. De acordo com o Relatório do IV ciclo de monitoramento do PNE, o público-alvo da ETI são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são presenciais, em escola pública, e não pertencem à educação de jovens e adultos.
2. Jornada de tempo integral: é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias. É contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de atividade complementar (AC) e/ou de atendimento educacional especializado (AEE), realizadas em instituições públicas e/ou privadas.
3. Aluno de ETI: é o aluno do público-alvo da ETI que está em jornada de tempo integral.
4. Escola de ETI: é a escola que possui pelo menos um estudante em ETI em jornada de tempo integral.
5. Todas as escolas públicas da educação básica foram consideradas (rede municipal e estadual).
6. Caso haja disparidade entre os valores presentes neste relatório, se comparado aos documentos dos anos anteriores, é necessário considerar sempre os resultados mais atualizados, devido a possíveis ajustes, reparos e mudanças de bases de dados que influenciam nos cálculos.

AValiação Final Sobre os Monitoramentos Anuais da Meta

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 6 do PME de Ribeira do Pombal-BA estabelece como objetivo a oferta de Educação em Tempo Integral (ETI) em, no mínimo, 50% das escolas públicas da educação básica, atendendo pelo menos 25% dos(as) estudantes matriculados(as) até o ano de 2025.

Dois indicadores foram utilizados para monitoramento:

- Indicador 6A – Percentual de estudantes da educação básica pública matriculados em jornada de tempo integral.
- Indicador 6B – Percentual de escolas públicas da educação básica com oferta de tempo integral.

A série histórica demonstra evolução significativa:

- O Indicador 6A cresceu de 10,33% em 2016 para 44,56% em 2024, com queda nos anos da pandemia (2020 e 2021), mas com retomada e crescimento expressivo a partir de 2022.
- O Indicador 6B apresentou variações acentuadas, atingindo 97,5% em 2023, finalizando com 50% em 2024, atingindo a meta estabelecida para esse indicador.

A meta foi parcialmente atingida, embora o percentual de escolas tenha alcançado os 50%, o percentual de estudantes encontra-se ainda abaixo do objetivo, está em trajetória ascendente, com perspectiva concreta de superação no próximo ciclo. É importante salientar que, considerando os dados de estudantes matriculados em escolas de tempo integral da rede básica, podemos constatar que o objetivo foi alcançado, pois o resultado geral contempla as matrículas da rede estadual, que atende um público de estudantes em menor número.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

- Suspensão das atividades presenciais, comprometendo a rotina ampliada de permanência nas escolas.
- Dificuldades estruturais e sanitárias para reorganizar os espaços físicos escolares conforme exigências de biossegurança.
- Redução temporária nas matrículas em tempo integral, com o Indicador 6A recuando para 11,36% em 2020 e 13,43% em 2021.

Entre os anos de 2023 e 2024, seis (06) instituições escolares passaram a ofertar educação em jornada ampliada, ofertando oito (08) tempos pedagógicos diários, atendendo os fundamentos das Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, contida na Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

- Projeto PERAÊ – Recomposição da Aprendizagem, com ações de reforço e diversas atividades complementares no contraturno escolar.
- Busca Ativa Escolar, fortalecendo o vínculo e a permanência dos estudantes.
- Oferta de reforço escolar para estudantes do 4º e 9º anos, com atividades três vezes por semana, superando sete horas de permanência escolar diária.
- Reestruturação de escolas, com ampliação de salas, construção de refeitórios, adaptação de espaços pedagógicos e implementação de oito tempos pedagógicos por dia (sendo quatro aulas relativas às teorias e práticas dos componentes curriculares da Base Comum, e quatro direcionadas para as propostas educativas dos componentes curriculares que compõem a Base Diversificada da Matriz Curricular).
- Formação continuada para profissionais da ETI, com temáticas específicas sobre aprendizagem integral.
- Acompanhamento e avaliação pedagógica contínua pela SEME.
- Elaboração do Currículo dos componentes da Matriz Base Diversificada, de forma democrática e coletiva (componentes: Leitura e Produção Textual; Experiências Matemáticas; Identidade e Cultura Empreendedora; e Cultura do Movimento e Arte Regional).
- Distribuição equitativa de estudantes do 4º e 6º anos em turmas de ETI, conforme dados do Censo Escolar 2024.
- Dados de 2024 revelam que 327 estudantes do 4º ano e 427 do 6º ano foram atendidos em tempo integral, em jornada ampliada, com atividades curriculares e complementares no contraturno.

4. O Programa Escola em Tempo Integral e sua incorporação em Ribeira do Pombal

A partir de 2023, o município de Ribeira do Pombal aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, e regulamentado pela Portaria MEC nº 1.495/2023. Este programa tem como objetivo fomentar a ampliação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, em consonância com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014).

Ainda para fortalecer o processo formativo dos profissionais, a equipe técnica, alguns coordenadores e diretores foram matriculados no curso de formação continuada da ETI (conforme vagas disponibilizadas para o município). Os encontros, que acontecem de modo presencial e online, são ricos em trocas de experiências e positivamente contribuem para a oferta da Educação em Tempo Integral na rede municipal, pois as reflexões, estudos e propostas educativas vêm sendo otimizados a cada encontro.

Os objetivos principais do programa são:

- Fomentar a ampliação da oferta de matrículas em tempo integral.
- Implantar, monitorar e avaliar uma política nacional de educação integral.

- Promover a equidade no acesso e permanência na jornada ampliada.
- Melhorar a qualidade da educação pública com foco no desenvolvimento integral.
- Reforçar a colaboração entre União, Estados e Municípios.
- Formação continuada de equipes técnicas e gestores municipais.

O programa prevê assistência técnica e financeira para criação de matrículas com jornada igual ou superior a 7 horas diárias (ou 35 semanais), priorizando escolas com estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

Processo de adesão:

- Formalização da adesão ao programa.
- Pactuação de metas com o MEC.
- Recebimento de recursos em duas parcelas: 50% no ato da pactuação e 50% após a comprovação das matrículas criadas.
- Registro das matrículas no sistema do MEC e no Censo Escolar via INEP.
- Definições operacionais adotadas:
- Matrículas em tempo integral: permanência de no mínimo 7 horas diárias.
- Novas matrículas: criadas ou convertidas a partir de janeiro de 2023.

5. Desafios e limitações na execução da meta

- Oscilações nos indicadores anuais, gerando instabilidade nas metas intermediárias.
- Falta de precisão nas estratégias originais do PME, dificultando o monitoramento técnico.
- Infraestrutura escolar limitada para absorver novas turmas com jornada ampliada.
- Necessidade de mais profissionais capacitados para jornada estendida.
- Dependência parcial da rede estadual, cujas ações nem sempre acompanham a municipal.
- Fragilidade das articulações intersetoriais, necessárias ao atendimento integral.
- Restrições orçamentárias para ampliação em larga escala de forma contínua.
- Oferta maior de matrículas na rede estadual de ensino.

6. Recomendações finais para o novo PME (2026–2036)

- Manter e expandir a Política Municipal de ETI, com metas anuais claras e orçamento estruturado.
- Instituir Comitê Gestor da ETI, envolvendo escolas, SEME, conselhos e comunidade.
- Fortalecer parcerias intersetoriais com saúde, cultura, esporte e assistência social.
- Aprimorar os instrumentos de planejamento, execução e monitoramento.
- Expandir matrículas especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Garantir a integração entre Base Nacional Comum e Base Diversificada com metodologias ativas.
- Formar continuamente os educadores da ETI, com foco nas especificidades do tempo integral.
- Reforçar o uso de dados do Censo Escolar como ferramenta de gestão.
- Assegurar a equidade no atendimento, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade.

META 7

TABELA 1: APRESENTAÇÃO DA META

FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM DE MODO A ATINGIR AS SEGUINTE MÉDIAS NACIONAIS¹ PARA O IDEB:

Diretrizes para a promoção da qualidade educacional

- Melhoria da qualidade da educação.
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

Todas

Etapa Avaliada

Etapas conclusivas da educação básica pública: municipal e estadual

Redes de Ensino Avaliadas

Pública

Público Avaliado

Educação básica

Objetivos da Meta

Melhoria na qualidade – atendimento, aprendizagem

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo.

INDICADORES DA META

INDICADOR 7 A

Descrição: Nota do IDEB municipal dos anos iniciais do ensino fundamental.

Abordagem

Qualidade da educação básica

Objetivo

5,3

Prazo

2021

Resultados em Série Histórica

2016 – 5,0

2017 – --

2018 – 5,5

2019 – --

2020 – 5,8

2021 – --

2022 – 5,5

2023 – --

2024 – 5,8

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 7 B

Descrição: Nota IDEB municipal dos anos finais do ensino fundamental.

Abordagem

Qualidade da educação básica

Objetivo

4,9

Prazo

2021

Resultados em Série Histórica

2016 – 4
 2017 – --
 2018 – 3,9
 2019 – --
 2020 – 4,7
 2021 – --
 2022 – 4,4
 2023 – --
 2024 – 5,2

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 7 C

Descrição: Nota do IDEB no ensino médio

Abordagem

Qualidade da educação básica

Objetivo

3,3

Prazo

2021

Resultados em Série Histórica

2016 – --
 2017 – --
 2018 – 2,9
 2019 – --
 2020 – 3,1
 2021 – --
 2022 – --
 2023 – --
 2024 – 3,9

Alcançou o objetivo?
 SIM

TABELA 1: Relação entre indicadores da meta 7 e o financiamento da educação

Participação do SAEB como componente de cálculo da condicionalidade III do VAAR-FUNDEB para o exercício financeiro de 2025.

Ribeira do Pombal – BA

Base de dado: Planilha elaborado pela equipe PME com base nos resultados da condicionalidade III do VAAR – ano 2025 (INEP)

GRUPOS DE ESTUDANTES	ESPECIFICIDADES DOS GRUPOS	PARTICIPAÇÃO SAEB		
		ANOS		OBSERVAÇÕES
		2019	2023	
TODOS OS GRUPOS	Total geral	1179	1222	+ 43 estudantes em 2023
	Total estudantes PPI's	903	969	+ 66 estudantes PPI em 2023
GRUPO RAÇA/COR VULNERÁVEL	Proporção de estudantes PPI's com desempenho inadequado	0,595877	0,650902	A diferença gera o índice de desigualdade racial (IDppi)
	IDppi	0,055025		Índice superior a 0 – não reduziu a desigualdade racial
GRUPO NÍVEL SOCIOCONÔMICO BAIXO	Total estudantes com NSE baixo	286	297	+ 11 estudantes com NSE baixo em 2023
	Proporção de estudantes de NSE baixo com desempenho inadequado	0,681423	0,786892	A diferença gera o índice de desigualdade socioeconômica (IDnse)

	IDnse	0,105469	Índice superior a 0 – não reduziu a desigualdade socioeconômica

Legenda:
 PPI: pretos, pardos, indígenas
 IDppi: índice de desigualdade racial
 NSE: nível socioeconômico
 IDnse: índice de desigualdade socioeconômica

 Nota – tabelas 4 e 4.1:
 Um índice menor que 0 (zero) evidencia redução das desigualdades entre 2019 e 2023. Um índice igual a 0 (zero) evidencia estabilidade nas desigualdades entre 2019 e 2023 (NOTA TÉCNICA Nº 5/2024/CGEE/DIRED),

TABELA 2- Medida de nível equidade a partir do desempenho no SAEB- percentual de estudantes com aprendizado considerado suficiente para a etapa, entre diferentes grupos sociais RIBEIRA DO POMBAL BA
Fonte: QEDU
Etapa de ensino: Ens. Fund. anos finais

AN O	MUNIC	NÍVEL SOCIOECONÔMICO				RAÇA/COR			
		PORT		MAT		PORT		MAT	
		% BAIXO NSE	%ALTO NSE	% BAIXO NSE	%ALTO NSE	%PRETO S	%BRANC OS	%PRETOS	%BRANCOS
2019	R. POMBAL	41	63	32	54	42	60	35	47

TABELA 2.1-Medida de nível equidade a partir do desempenho no SAEB - percentual de estudantes com aprendizado considerado suficiente para a etapa, entre diferentes grupos sociais RIBEIRA DO POMBAL BA
Fonte: QEDU
Etapa de ensino: Ens. Fund. anos finais

ANO	MUNIC	NÍVEL SOCIOECONÔMICO				RAÇA/COR			
		PORT		MAT		PORT		MAT	
		% BAIXO NSE	%ALTO NSE	% BAIXO NSE	%ALTO NSE	%PRET OS	%BRANC OS	%PRETO S	%BRANCOS
2019	R. POMBAL	31	51	13	30	42	40	17	20

ESTRATÉGIAS DA META						
Nº da Meta	Nº da Estratégia	Descrição integral da estratégia	Ações executadas (2016–2024)	% estimado alcançado	Status final	Justificativa técnica
7	7.1	<p>Criar em colaboração com a rede estadual de ensino um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.</p>	<p>A estratégia não foi executada entre 2016 e 2021. A partir de 2022, houve parceria entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a SEME para a criação de indicadores com base na aplicação do SABE, visando avaliar os índices de aprendizagem de turmas do 2º, 5º e 9º anos, ampliando-se o alcance progressivamente até abranger toda a rede municipal em 2024.</p>	50%	Em desenvolvimento	<p>A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.</p>
7	7.2	<p>Estimular processo contínuo de autoavaliação das escolas do município, por meio de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.</p>	<p>Formação continuada de professores; simulados; acompanhamento pedagógico dos coordenadores; formações específicas em descritores do SAEB; formações on-line durante a pandemia; aulões para 9º ano; processos seletivos para gestores; autoavaliações de planos de ação institucionais.</p>	Concluída	100%	<p>A estratégia foi plenamente cumprida, fortalecendo o processo de autoavaliação e gestão democrática.</p>
7	7.3	<p>Executar os planos de ações articulados dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica municipal e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de</p>	<p>Execução dos Planos de Ações Articulados; execução de planos de trabalho observando metas de qualidade do PES e dos PPPs.</p>	Concluída	100%	<p>A estratégia foi cumprida com execução contínua dos planos articulados e alinhamento às metas estratégicas da SEME.</p>

		serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede municipal de ensino.				
7	7.4	Assegurar um suporte pedagógico às escolas da rede municipal que não atingiram as metas do IDEB.	Acompanhamento pedagógico; projetos e programas de reforço em Língua Portuguesa e Matemática; aulas de reforço no contraturno; projetos Acompanhe e Apoio Pedagógico; ampliação de turmas de reforço.	Concluída	100%	A estratégia foi cumprida com execução sistemática de ações de reforço escolar e acompanhamento pedagógico.
7	7.5	Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial.	Seminário de Educação Inclusiva apontando indicadores específicos de práticas exitosas na educação especial.	Em desenvolvimento	50%	A estratégia apresentou avanços, mas os indicadores específicos não foram consolidados em todo o sistema.
7	7.6	Orientar as escolas do município, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, para garantir equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até 2025, as diferenças entre as médias dos índices das escolas do município.	Planos de ação articulados do SAEB; projetos voltados para alfabetização e letramento matemático; aulas de reforço escolar; ampliação das turmas de apoio pedagógico.	Em desenvolvimento	80%	A estratégia avançou com ações consistentes, mas ainda não atingiu plenamente a meta de equidade definida.
7	7.7	Implementar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema municipal de ensino, inclusive a utilização de recursos educacionais abertos, que	Não há registro de ações executadas ao longo da vigência do plano até 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção. O percentual de alcance é zero, refletindo a ausência de execução.

		asseguram a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos.				
7	7.8	Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Execução contínua dos programas PNLD, PNAE, PSE e, em alguns anos, PNATE. Ações realizadas anualmente com distribuição de materiais, alimentação escolar, transporte e atendimento à saúde do estudante.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.9	Assegurar a todas as escolas da rede municipal o abastecimento de água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, no prazo de cinco anos, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, acesso a espaços para a prática de esportes e acesso a bens culturais e à arte e a equipamentos e laboratórios de ciências.	Melhorias contínuas nas escolas com ampliação do abastecimento de água, internet, bibliotecas, salas de leitura e equipamentos diversos. Ações documentadas anualmente até 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.10	Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando a diversidade regional e local.	Elaboração e revisão do currículo da rede municipal, com publicização, contribuições da comunidade escolar e avaliação sistemática entre 2018 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.11	Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação	Execução contínua do Projeto Família e Escola: Uma Parceria Necessária. Participação ativa de famílias e sociedade civil. Articulação com diversos setores sociais e secretarias municipais.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva,

		seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.				continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.12	Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Parcerias com diversas secretarias (Saúde, Agricultura, Transporte, Meio Ambiente, Esporte), além de Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e projetos intersetoriais contínuos.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.13	Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Atendimento especializado pelo CEMAPP e execução do Projeto Cuidar de Quem Cuida com ampliação em 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.14	Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do plano nacional do livro e da leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Projetos como 200 Dias de Leitura, Olimpíada da Língua Portuguesa, Clube do Livro, formação de professores e publicação do Plano Municipal do Livro e da Política de Alfabetização e Letramento.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
7	7.15	Realizar levantamento para identificar os alunos com distorção idade-série e criar programa de aceleração da aprendizagem, em	Não há registro de ações realizadas para implementação da estratégia durante a vigência do plano.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas

		regime de colaboração, assegurando a melhoria do fluxo escolar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano.				em sua direção. O percentual de alcance é zero, refletindo a ausência de execução.
--	--	---	--	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS

1. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador nacional criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e formulado para medir a qualidade do aprendizado e estabelecer metas para a melhoria do ensino.
2. A ausência dos resultados do SAEB (SD – sem dado) ocorre devido ao cumprimento dos critérios da avaliação que impede a publicação dos resultados quando há um número inferior ao esperado na participação dos estudantes nas provas aplicadas.
3. O indicador do IDEB é medido nos anos ímpares, porém os resultados são divulgados apenas nos anos pares subsequentes.
4. As metas fixadas (projeções) do IDEB foram estabelecidas em 2007 considerando o que havia sido definido no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/2007), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).
5. Com o fim do primeiro ciclo do IDEB (em 2021), o INEP criou um Grupo Técnico para elaborar estudo e subsidiar a atualização do IDEB e a avaliação de novas metas, conforme Portaria nº 26, de 29/01/2024, que institui o Grupo Técnico, e Portaria nº 231, de 17/06/2024, que prorroga o prazo para conclusão das atividades.
6. Os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 atingiram o município, particularmente em 2020, quando a maioria das escolas suspendeu as aulas presenciais. Considerando as grandes desigualdades no aprendizado dos estudantes, bem como os efeitos adversos da pandemia de COVID-19, que afetaram mais drasticamente os grupos sociais mais vulneráveis, os resultados deste relatório conclamam a formulação e implementação de políticas equitativas, com estratégias e ações imediatas que possibilitem, concomitantemente, tanto a recomposição e melhoria das aprendizagens quanto a redução das desigualdades constatadas.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 7 do PME de Ribeira do Pombal-BA tem como objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, promovendo a

melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tomando como referência as metas projetadas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até o ano de 2021.

Os indicadores utilizados para o monitoramento da meta foram:

- Indicador 7A – Nota do IDEB municipal nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os dados evidenciam evolução consistente ao longo dos ciclos avaliativos. A rede municipal alcançou nota 5,0 em 2016, subindo para 5,5 em 2018, e 5,8 em 2020, mantendo esse mesmo resultado em 2024, com leve oscilação em 2022 (5,5). A meta nacional estabelecida era de 5,3 até 2021, sendo superada com antecedência já em 2018. Esses resultados confirmam o bom desempenho da rede nos anos iniciais do Ensino Fundamental, refletindo a eficácia das políticas de acompanhamento da aprendizagem e investimento em formação docente.

- Indicador 7B – Nota do IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental. A rede municipal apresentou crescimento significativo nesse segmento, saindo de 2,9 em 2018, para 3,1 em 2020, 4,4 em 2022 e alcançando 5,2 em 2024. A meta projetada era de 4,9 até 2021, e embora o índice de 2021 tenha ficado abaixo da meta, os anos seguintes evidenciam uma recuperação e avanço consistentes, demonstrando a efetividade das ações de recomposição da aprendizagem e ampliação de jornadas pedagógicas no contraturno.
- Indicador 7C – Nota do IDEB no Ensino Médio (rede estadual). Ainda que a rede municipal não seja diretamente responsável pelo Ensino Médio, o acompanhamento deste indicador compõe a avaliação integrada da qualidade educacional. Os dados mostram evolução da nota de 2,9 em 2018, para 3,1 em 2020, chegando a 3,9 em 2024, superando a meta de 3,3 prevista para 2021.

Com base nesses dados, constata-se que a Meta 7 foi alcançada com êxito. A rede municipal de Ribeira do Pombal apresentou avanços expressivos tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental, superando as metas estabelecidas para o IDEB. A elevação contínua dos indicadores evidencia o esforço conjunto da gestão municipal, equipes pedagógicas, professores e comunidade escolar em fortalecer o processo de ensino-aprendizagem.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

O biênio 2020–2021 foi desafiador para a educação municipal. O distanciamento social dificultou o acompanhamento da aprendizagem e a recomposição dos conteúdos.

Ainda assim, o município reagiu com:

- Adoção de ensino remoto e estratégias de monitoramento à distância.
- Aplicação de avaliações diagnósticas para mapear lacunas de aprendizagem.

- Elaboração de planos de ação escolar com foco na recomposição e aceleração da aprendizagem.

Mesmo diante das adversidades, o município conseguiu manter e posteriormente elevar os resultados do IDEB com ações sistemáticas e planejadas.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

- Formação docente para professores dos anos iniciais e finais nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (2º, 5º e 9º anos), História, Ciências e Geografia (2º ano).
- Elaboração e efetivação do Projeto Educar e Recompôr a Aprendizagem dos Estudantes (PERAÊ).
- Oficinas pedagógicas voltadas ao planejamento didático e recomposição da aprendizagem.
- Aplicação de simulados diagnósticos internos e uso de avaliações externas (Tempo de Aprender, CNCA, Pacto Nacional pela Recomposição da Aprendizagem).
- Oferta de aulas de reforço escolar no contraturno.
- Distribuição de recursos pedagógicos e livros de apoio em Língua Portuguesa e Matemática.
- Promoção de aulas intensivas para estudantes com foco em estratégias de resolução de questões.
- Valorização de boas práticas com premiações a estudantes, professores e escolas.
- Identificação de estudantes em distorção idade-ano e implementação de turmas de Correção de Fluxo.
- Levantamento de dados de cor/raça e socioeconômicos dos estudantes, com base em questionários, para planejar ações equitativas para os grupos mais vulneráveis.
- Adoção de política de busca ativa, com o intuito de reduzir taxas de abandono e evasão.
- Institucionalização da Política Municipal de Alfabetização e Letramento.

5. Recomendações finais para o novo PME (2026–2036)

- Implantar um sistema de monitoramento por grupos sociais, integrando raça/cor e nível socioeconômico na análise de desempenho.

- Estabelecer metas intermediárias específicas de equidade, com foco em diminuir os índices IDppi e IDnse.
- Aprofundar ações de formação continuada antirracista e de combate às desigualdades educacionais.
- Consolidar o uso de avaliações diagnósticas externas (SABE, SAEB) e seus resultados na tomada de decisão escolar.
- Assegurar que todos os projetos pedagógicos tenham componentes de inclusão, diversidade e equidade de aprendizagem.
- Consolidar a implementação das estratégias do Plano Municipal de Alfabetização.
- Criar programas de apoio psicopedagógico focados em estudantes de baixa aprendizagem e pertencentes a grupos vulneráveis.
- Ampliar o número de escolas com atendimento em tempo integral com foco em recomposição e desenvolvimento integral do estudante.
- Garantir que os recursos do VAAR sejam aplicados com foco na superação das desigualdades históricas observadas nos dados do SAEB.

META 8

ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MÉDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

Diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos.

- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

18 a 29 anos

Etapa Avaliada - todas

Redes de Ensino Avaliadas

Todas

Público Avaliado

Populações do campo, mais pobres, negros e não negros declarados

Objetivos da Meta

Tempo de escolarização média adequada

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Ausência de base de dados municipais

Dificuldade de compreensão da fórmula de cálculos

Ausência de base de dados gerais

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Monitorar o tempo de escolarização de cada estudante, sobretudo aqueles com distorção idade-ano e pertencentes aos grupos sociais e étnicos, para diagnóstico anual e posterior planeamento de ações mais assertivas.

INDICADORES DA META

INDICADOR 8 A

Descrição: Escolaridade média, em anos de estudo completos, da população de 18 a 29 anos de idade.

Abordagem

Escolarização

Objetivo

12 anos

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 7,92

2017 – 8,81

2018 – 9,53

2019 – 9,53

2020 – 9,49

2021 – 9,52

2022 – 9,44

2023 – 9,4

2024 – 9,38

Alcançou o objetivo?

NÃO

INDICADOR 8 B

Descrição: Escolaridade média, em anos de estudo completos, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural

Objetivo

12 anos

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

Sem dados disponíveis

Alcançou o objetivo?

Não calculado por ausência de dados

INDICADOR 8 C

Descrição: Escolaridade média, em anos de estudo completos, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)

Objetivo

12 anos

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

Sem dados disponíveis

Alcançou o objetivo?

Não calculado por ausência de dados

INDICADOR 8 D

Descrição: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.

Objetivo

1

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2023 – 0,89

2024 – 0,91

Alcançou o objetivo?

NÃO

Observação

Sem alcance, mas houve crescimento

ESTRATÉGIAS DA META

Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica
8.1	Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos educacionais, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude de modo que possa ser garantida a elevação da escolaridade da população da EJA.	Busca ativa realizada pela gestão escolar com implantação da EJA Combinada, cursos profissionalizantes e oferta de EJA FIC (Formação Inicial e Continuada).	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
8.2	Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série com a finalidade de elevar a população da EJA do campo.	Oferta de transporte escolar para estudantes da EJA moradores da zona rural. Aprovação do Programa Educacional para Trabalhadores na Empresa (EJA), regulamentação da carga horária da EJA Campo e da EJA Combinada, adesão ao Programa EJA Profissionalizante em parceria com o SENAI, além da continuidade da EJA FIC e da oferta de merenda escolar.	90%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
8.3	Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	Incentivo à participação de jovens não matriculados em escolas da rede no ENCCEJA.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
8.4	Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino	Não foram identificadas ações concretas voltadas à expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por entidades vinculadas ao sistema sindical.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.

	público, para os segmentos populacionais considerados.				
8.5	Estimular a educação empreendedora em parceria com o SEBRAE ou instituições equivalentes a fim de desigular a escolaridade dos mais pobres, bem como entre os negros e não negros.	Participação de escolas da rede municipal no Programa Escola Empreendedora em parceria com o SEBRAE, com ampliação progressiva da oferta, embora restrita à educação básica.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A Meta 8 tem como objetivo elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até 2025 (indicadores 8A, 8B e 8C).
2. Para atender a Meta 8 seria preciso considerar a matrícula da educação básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) mais 1 ano após a conclusão do Ensino Médio.
3. De acordo com a metodologia da PNAD, por anos de estudo, consideram-se apenas as séries completadas com sucesso. Doze anos de estudo equivale à conclusão do Ensino Médio mais um ano. Caso um indivíduo leve 11 anos para terminar o Ensino Fundamental, ele será considerado, conforme a PNAD, detentor de 8 anos de escolaridade e não de 11. Na contagem dos anos de estudo para o Ensino Fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série em 1 ano de estudo, e assim sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo (IBGE, 2015).
4. A situação de disparidade entre idade e tempo de escolarização se agrava devido às questões relacionadas ao abandono escolar e reprovação. Se quantificada a distorção crescente de idade-ano desde o 3º ano do Ensino Fundamental, é possível ter uma ideia de que a média de escolaridade acima do adequado está presente para um número ainda muito maior e expressivo da população local que consegue chegar até o último ano do Ensino Médio.
5. As questões de raça/cor também precisam de atenção se observados os quantitativos relacionados aos “não declarados” em comparação ao total considerado para a amostra do dado. Realizar atividades formativas com professores, família e estudantes para que possam conhecer e reconhecer suas identidades étnico-raciais e revisar suas declarações de forma mais consciente é uma tarefa em construção e desenvolvimento na rede municipal de ensino.

6. Não há dados oficiais para cálculo dos indicadores. A ETMA considerou alguns dados complementares como forma de, através dos diagnósticos em nível nacional, regional e estadual, chegar a uma análise sobre as possibilidades de resultados para o município.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 8 tem como objetivo elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo até 2025, com atenção especial às populações do campo, aos 25% mais pobres e à igualdade entre negros e não negros declarados ao IBGE.

A análise dos indicadores evidencia que o objetivo geral da meta não foi alcançado. A escolaridade média da população na faixa etária de 18 a 29 anos (indicador 8A) evoluiu de 7,92 anos em 2016 para 9,38 anos em 2024, o que representa um avanço contínuo ao longo do decênio, mas ainda distante dos 12 anos estipulados como meta mínima.

Os indicadores 8B (população residente na zona rural) e 8C (25% mais pobres) não foram calculados por ausência de dados municipais, o que compromete a avaliação completa da equidade no acesso à educação para esses grupos específicos.

Quanto ao indicador 8D, que compara a escolaridade média entre negros e não negros, observou-se uma evolução positiva da razão, de 0,89 para 0,91, o que indica um aproximar progressivo, ainda que insuficiente para alcançar a meta de igualdade plena (razão 1).

A ausência de bases de dados municipais completas, a dificuldade técnica na aplicação das fórmulas e a limitação da amostra local explicam parte das lacunas observadas. Em função disso, a ETMA recorreu a diagnósticos e parâmetros em níveis nacional, regional e estadual para formular uma análise contextualizada das possibilidades e limitações do município no alcance da meta.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

- A pandemia da Covid-19 contribuiu de forma significativa para o agravamento da disparidade entre idade e tempo de escolarização da população jovem.
- Fatores como abandono escolar, reprovações sucessivas e interrupções no processo formativo impactaram negativamente a continuidade dos estudos, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica.

- Necessidade de ações de recomposição de aprendizagem e de políticas específicas para jovens que não conseguiram concluir a educação básica no tempo regular.
- Dificuldade do planejamento e realização de levantamentos e diagnósticos educacionais mais completos durante o período, o que limita a coleta de dados estruturantes sobre as populações-alvo da meta.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

- Realização de busca ativa de jovens fora da escola, promovida pelas unidades escolares com apoio da Secretaria de Educação.
- Implantação da EJA Combinada, que permite aos estudantes conciliar tempo de trabalho e tempo de estudos.
- Ampliação da oferta da EJA FIC (Formação Inicial e Continuada) e a adesão ao Programa EJA Profissionalizante, em parceria com o SENAI.
- Regulamentação da carga horária da EJA voltada ao campo e a oferta de transporte escolar e merenda para estudantes dessa modalidade.
- Incentivo à participação no ENCCEJA por jovens não matriculados que desejam obter certificação dos Ensinos Fundamental ou Médio.
- Adesão ao Programa Escola Empreendedora, promovido em parceria com o SEBRAE, voltado ao estímulo da educação empreendedora e ao protagonismo juvenil nas escolas da rede.

Essas iniciativas, embora ainda não tenham sido suficientes para garantir o alcance pleno dos 12 anos médios de escolarização, refletem o esforço municipal em atender às populações mais vulneráveis, criando alternativas para a permanência e o retorno dos jovens aos estudos.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Falta de base de dados municipais consolidadas, o que impossibilitou o cálculo dos indicadores 8B e 8C e comprometeu a análise da desigualdade de escolaridade por localidade e por condição socioeconômica.
- Dificuldade de compreensão e operacionalização das fórmulas dos indicadores, sobretudo nos anos iniciais de monitoramento.
- Elevada incidência de distorção idade-série, presente desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, o que influencia negativamente a média de escolaridade na fase jovem-adulta.
- Insuficiência ou ausência da informação étnico-racial nos registros educacionais, o que dificulta a mensuração do indicador 8D com maior precisão e impede a elaboração de políticas mais específicas.

Esses fatores explicam, em parte, o não alcance da meta e reforçam a importância de políticas de acompanhamento contínuo da trajetória escolar da juventude, com foco na equidade e na justiça social.

5. Recomendações finais

- Incorporar medidas mais efetivas para garantir a elevação da escolaridade média da juventude, com atenção especial aos grupos sociais historicamente mais excluídos.
- Monitorar anualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, com recorte por raça/cor, localidade e condição socioeconômica, para subsidiar diagnósticos e ações assertivas.
- Ampliar o alcance da EJA, especialmente na zona rural, com ampliação da oferta da EJA Combinada, articulação com educação profissional e flexibilização de horários.
- Fortalecer a integração com políticas de assistência social, saúde e juventude, ampliando a busca ativa escolar e o acompanhamento de jovens em situação de vulnerabilidade.
- Valorizar as ações voltadas ao reconhecimento da identidade étnico-racial nas escolas, promovendo formações para estudantes, famílias e profissionais da educação.
- Estabelecer metas progressivas e realistas para a elevação da escolaridade, considerando a complexidade dos fatores envolvidos, sem perder de vista o objetivo da universalização.

Por fim, destaca-se a importância de que a elevação da escolaridade média da juventude não seja compreendida apenas como um número, mas como expressão do direito à educação e ao desenvolvimento integral de cada jovem. A permanência, o acolhimento, a equidade e a oportunidade de novos projetos de vida devem estar no centro das políticas públicas educacionais do próximo decênio.

META 9

ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2015 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PME, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL

Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais

- Erradicação do analfabetismo.
- Universalização do atendimento escolar.

Superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

15+

Etapa Avaliada

Todas

Redes de Ensino Avaliadas

Pública e privada

Público Avaliado

População alfabetizada

Objetivos da Meta

Alfabetização da população jovem e adulta

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Não há dados da população alfabetizada nessa faixa etária para todos os anos da série histórica

Não há dados sobre alfabetização funcional da população municipal nos sites oficiais

A ETMA trouxe para o relatório do decênio do PME dados a nível regional e nacional sobre alfabetismo funcional como informação de complementação à meta

Nos anos de 2017 a 2024, a ETMA utilizou uma amostra de dado a partir dos estudantes que frequentam a escola, excluindo-a no monitoramento de 2025.

Apenas em 2025 a ETMA teve acesso a dados oficiais com base no censo IBGE de 2022

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Buscar mecanismos para diagnóstico municipal da população alfabetizada

Realizar minicenso amostral da população municipal sobre alfabetização e sobre alfabetismo funcional a partir das suas escolaridades (acionar intersetorialidade)

INDICADORES DA META

INDICADOR 9 A

Descrição: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Abordagem

Alfabetização de jovens e adultos - EJA

Objetivo

93,5%

Resultados em Série Histórica

2016 – SD

2017 – SD

2018 – SD

2019 – SD

2020 – SD

2021 – SD

2022 – 82%

2023 – SD

2024 – SD

Alcançou o objetivo?

O INDICADOR TEVE DADO DIVULGADO APENAS EM 2022 APÓS CENSO IBGE

INDICADOR 9 B

Descrição: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

Objetivo

50%

Resultados em Série Histórica

2016 – SD

2017 – SD

2018 – SD

2019 – SD

2020 – SD

2021 – SD

2022 – SD

2023 – SD

2024 – SD

Alcançou o objetivo? Não calculado devido à ausência de dados					
ESTRATÉGIAS DA META					
Nº da Estratégia	Descrição integral Da estratégia	Ações executadas (2016–2024)	% estimado alcançado	Status final	Justificativa Técnica
9.1	Ampliar a oferta da educação de jovens e adultos para todos os polos do município.	Parceria com o Programa Brasil Alfabetizado nos primeiros anos. A partir de 2018, oferta de matrículas e turmas de EJA no campo, com ampliação gradual, abertura de salas para o segundo segmento, inclusive em turnos diurno e noturno.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
9.2	Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto a fim de identificar a demanda ativa por vagas.	Busca ativa realizada anualmente a partir de 2018, com identificação da demanda e formação de turmas da EJA em diferentes localidades do município.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
9.3	Firmar parcerias com os empresários para implantar salas de alfabetização na própria empresa como anexo da escola mais próxima.	Implementação do Programa Educacional para Trabalhadores na Empresa, com base na Resolução nº 002/2018, vinculando essas ações às escolas da rede municipal de ensino.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. Como as ações da estratégia não apresentam dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis sobre a abrangência da execução, o valor percentual correspondente às que estão em desenvolvimento foi apenas estimado.

9.4	Implementar classes de alfabetização para jovens e adultos que ainda não tenham sido alfabetizados preparando-os para o estágio I da EJA.	Parceria com o Programa Brasil Alfabetizado nos primeiros anos. A partir de 2018, aplicação da Resolução nº 004/2018, que adequa carga horária da EJA para atender estudantes do campo e inclui novo estágio no 1º segmento.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
9.5	Aderir aos programas nacionais de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.	Participação contínua nos programas BPC e Bolsa Família, com ações vinculadas aos estudantes da EJA.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
9.6	Firmar parceria de atendimento aos estudantes da eja por meio de programas suplementares de saúde, inclusive atendimento oftalmológico no fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde.	Atendimento oftalmológico realizado em parceria com o Ministério da Saúde por meio do Programa Brasil.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
9.7	Promover formação continuada para os profissionais da eja e educadores do programa brasil alfabetizado concernentes a essa modalidade de ensino.	Formações continuadas promovidas anualmente de 2016 a 2024, incluindo ciclos formativos específicos através de outros programas para professores da EJA campo e formações EJA Adolescente e Combinada. Obs: O Programa Brasil Alfabetizado não está ativo, mas outros assumiram papel similar.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

9.8	Realizar avaliação por meio de exames específicos nacionais que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.	Não há programa nacional de exames específicos para avaliação da alfabetização da EJA, logo a estratégia ainda não pôde ser atendida. A partir de 2021, realização de avaliações diagnósticas internas elaboradas pelas escolas e pela rede municipal para aferir o grau de alfabetização nas turmas de EJA.	0%	Não Iniciada	A estratégia ainda não apresenta ações em curso porque não há programas nacionais para devidos fins.
9.9	Divulgar as ações dos programas de eja para incentivar a participação e mobilização dos munícipes.	Campanhas em rádio, redes sociais, cartazes, carros de som e eventos públicos como a Mostra Cultural da EJA e o EXPOEJA. Ações contínuas com ampla divulgação.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas na coluna 3 atendem à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. As operações utilizadas para cálculo dos indicadores estão nas fichas técnicas deste documento.
2. Os indicadores são apresentados em série histórica, porém suas variações devem ser avaliadas com muita cautela evitando-se comparações, pois os anos de monitoramento não seguem modelos comuns e efetivos de base de dados, comprometendo variáveis e, por conseguinte, seus resultados.
3. Caso seja observado a disparidade entre dados presentes neste relatório e os que estão nos documentos do PME dos anos anteriores, é necessário considerar sempre o monitoramento mais recente, devido a possíveis ajustes, reparos e mudanças de bases de dados.
4. Cabe ressaltar, nesta edição, que os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 que atingiram o município, particularmente em 2020 e 2021, quando as escolas suspenderam as aulas presenciais. Considerando as grandes desigualdades no aprendizado dos estudantes, bem como os efeitos adversos da pandemia de Covid-19, que afetou mais drasticamente os grupos sociais mais vulneráveis, os resultados deste relatório conclamam a formulação e implementação de políticas equitativas, com estratégias e ações imediatas que possibilitem, concomitantemente, tanto a recomposição e melhoria das aprendizagens quanto a

redução das desigualdades constatadas

5. De acordo com as informações presentes no anexo sobre fichas técnicas do Relatório PNE 2014-2016, de acordo com o IBGE, analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Dessa maneira, o Indicador 9A não avalia a capacidade do indivíduo de utilizar a leitura e a escrita, uma vez que as informações que subsidiam seu cálculo não são baseadas em testes educacionais que mensuram seu nível de proficiência nessas habilidades.
6. Não há dados oficiais específicos que avaliem as taxas de analfabetismo municipal como solicita a meta em questão, todavia, há algumas informações coletadas pela ETMA que servem de amostra na análise de indicadores importantes (em anexo no detalhamento de dados).
7. Para monitorar a erradicação do analfabetismo é necessário ter acesso a dados anuais sobre a população que também está fora da escola, o que não há disponibilidade. Apenas em 2010 e agora em 2022, o IBGE disponibilizou informações sobre o percentual da população de 15 anos ou mais alfabetizada, como consta na tabela acima.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

O Plano Municipal de Educação (PME) de Ribeira do Pombal, alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece duas metas diretamente voltadas à Educação de Jovens e Adultos – Metas 9 e 10 – além da Meta 8, que aborda indiretamente a elevação da escolaridade da população.

A Meta 9 tem como objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto até 2025 e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Apesar dos avanços em políticas públicas locais, a ausência de dados censitários anuais específicos do município dificultou o monitoramento contínuo e integral da meta. A falta de dados oficiais da taxa de analfabetismo funcional em âmbito municipal (indicador 9B) impossibilitou o cálculo do alcance da meta nesse aspecto, obrigando a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) a utilizar referências de âmbito regional e nacional para embasar suas análises, como os dados do INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional).

No caso do indicador 9A, a única referência oficial municipal disponível foi o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), segundo o qual 82% da população de 15 anos ou mais está alfabetizada, restando 18% de pessoas não alfabetizadas. Isso evidencia que o objetivo da Meta 9A (93,5%) não foi atingido, havendo um déficit de 11,5 pontos percentuais.

Com relação ao indicador 9B, os dados disponíveis na Tabela 4, referentes à Região Nordeste (dado complementar em anexo), indicam que a taxa de analfabetismo

funcional manteve-se elevada ao longo do tempo, com 41,62% da população entre 15 e 64 anos nessa condição em 2024. Embora o município de Ribeira do Pombal não possua diagnóstico próprio desse indicador, é razoável estimar que a meta de reduzir em 50% essa taxa também não foi atingida.

A população alfabetizada e não alfabetizada de 15 anos ou mais em Ribeira do Pombal reforça os dados do Censo 2022 indicando que 18% da população nessa faixa etária ainda permanece analfabeta, o que representa 7.752 pessoas. Esse contingente é expressivo e demanda políticas focalizadas e permanentes de alfabetização, especialmente entre adultos em situação de vulnerabilidade social. A população alfabetizada (35.301 pessoas) representa 82% da mesma faixa etária, evidenciando que ainda há uma lacuna significativa a ser enfrentada no próximo plano.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

Houve oscilação e queda nas matrículas da EJA, em especial durante o período da pandemia da Covid-19, refletindo as dificuldades de acesso, evasão e descontinuidade de políticas públicas educacionais em nível federal, como o fim da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

Essa realidade foi agravada durante o período pandêmico, especialmente entre os estudantes jovens e adultos, que enfrentaram maiores dificuldades para permanecerem conectados ao processo de ensino-aprendizagem, dada a inexistência de estratégias consolidadas de ensino remoto adaptadas à EJA.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

A partir de 2022, a Secretaria Municipal de Educação iniciou uma série de ações estruturantes que impactaram positivamente o acesso e permanência dos estudantes jovens e adultos na escola. Destacam-se:

- Implantação da EJA Combinada, adaptando o tempo-escola ao tempo-trabalho.
- Busca ativa escolar.
- Parcerias com o SENAI e a UNOPAR para articulação da EJA com a educação profissional.
- Adesão ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA.
- Ampliação das ofertas da EJA nos bairros urbanos e povoados, com turmas organizadas por ciclos e com metodologias apropriadas ao perfil dos estudantes.

Essas ações refletiram no aumento progressivo de matrículas na EJA, como evidenciado na Tabela 5, que aponta o crescimento de estudantes matriculados nas etapas da EJA de 1.139 (2016) para 2.993 (2024).

Especificamente nas etapas da EJA (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), a tendência de crescimento nos anos pós-pandemia reforça o engajamento da rede municipal no enfrentamento do analfabetismo.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- A ausência de dados oficiais contínuos e específicos do município para os indicadores 9A e 9B representou um dos maiores entraves ao monitoramento e avaliação da Meta 9.
- O fato de a alfabetização funcional não ser medida em nível municipal compromete a identificação de áreas críticas e o planejamento de ações direcionadas. Além disso, os dados reforçam a importância de diagnósticos locais mais aprofundados sobre a qualidade da alfabetização ofertada.
- A ausência de dados sobre o grau de alfabetismo funcional local compromete o planejamento de ações mais estratégicas. É recomendável que o município avalie a viabilidade de aplicar instrumentos semelhantes ao INAF em amostras municipais, para construir indicadores próprios de qualidade da alfabetização, associando-os à realidade da EJA no território.
- A descontinuidade de políticas públicas nacionais, como a extinção da SECADI por um período (agora recriada no início do governo atual), impactou diretamente o financiamento, a formação de professores e a produção de materiais didáticos para a modalidade.
- Intensificação das desigualdades sociais e educacionais, dificultando ainda mais o atendimento da população jovem e adulta, especialmente nas zonas rurais e entre trabalhadores informais.
- Limitação orçamentária para ações complementares, como o atendimento oftalmológico e o fornecimento gratuito de óculos aos estudantes da EJA, conforme previsto em estratégias do PME.

5. Recomendações finais

- Ampliar o diagnóstico local sobre alfabetização e alfabetismo funcional, por meio de minicensos amostrais, utilizando mecanismos intersetoriais.
- Estabelecer um sistema permanente de monitoramento da escolaridade da população jovem e adulta, garantindo dados contínuos para análise e planejamento.
- Manter e ampliar os programas de alfabetização articulados à qualificação profissional, fortalecendo parcerias com instituições de ensino técnico como o SENAI e a UNOPAR.
- Fortalecer as ações de busca ativa escolar, com foco em territórios de maior vulnerabilidade, assegurando o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos pombalenses acima de 15 anos de idade.

META 10

OFERECER, NO MÍNIMO, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais

- Erradicação do analfabetismo.
- Universalização do atendimento escolar.
- Superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Faixa Etária Avaliada

15+

Etapa Avaliada

EJA e educação profissional técnica (ETP)

Redes de Ensino Avaliadas

Pública e privada

Público Avaliado

Jovens e adultos matriculados na escola

Objetivos da Meta

Oferecer e ampliar EPT para estudantes jovens e adultos da modalidade EJA

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo

Realizar censo educacional e busca ativa do público alvo (acionar intersetorialidade)

Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo escolar

INDICADORES DA META

INDICADOR 10 A

Descrição: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional

Abordagem

EPT dos estudantes EJA

Objetivo

25%

<p>Prazo 2025</p> <p>Resultados em Série Histórica</p> <p>2016 – 4,32% 2017 – 9,73% 2018 – 8,04% 2019 – 0% 2020 – 10,82% 2021 – 5,09% 2022 – 1,24% 2023 – 10,3% 2024 – 14,46%</p> <p>Alcançou o objetivo? NÃO</p> <p>Observação Sem alcance, mas com crescimento.</p>

ESTRATÉGIAS DA META						
Nº da meta	Nº da estratégia	Descrição Integral da estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% estimado alcançado	Status final	Justificativa técnica
10	10.1	Incentivar os alunos egressos da EJA do fundamental ao ingresso nos cursos do ensino profissional do ensino médio.	Ampla divulgação dos cursos do PROEJA para incentivar a matrícula dos egressos da EJA.	90%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, uma vez que as ações previstas foram efetivamente realizadas em quase toda a vigência do plano, com registro de ações concretas e continuadas voltadas ao público-alvo da EJA.

10	10.2	Estimular a diversificação curricular da EJA articulando a formação para o mundo do trabalho e estabelecendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e da cidadania.	Integração do currículo da EJA ao mundo do trabalho por meio do PROEJA e do projeto EJA Certifica em várias escolas municipais, com parcerias com o Instituto Federal, UNOPAR e SENAI.	100%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, pois todas as ações propostas foram implementadas com abrangência significativa e parcerias efetivas que garantiram a articulação curricular entre EJA e formação para o mundo do trabalho.
10	10.3	Priorizar a aquisição de material didático condizente com a realidade, o desenvolvimento de currículos, instrumentos de avaliação e metodologias que valorizem os alunos da EJA articulada à educação profissional.	Aquisição regular de kits de material didático e recursos pedagógicos para os programas PROEJA e EJA Certifica em todos os anos com atividades, exceto 2020 (pandemia).	90%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, pois a aquisição dos materiais foi documentada de forma regular e abrangente ao longo da vigência do plano, atendendo à proposta original da estratégia.
10	10.4	Firmar parcerias com as instituições de educação profissional, públicas e privadas, legalmente reconhecidas para que os alunos da EJA tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos.	Parcerias firmadas com o Instituto Federal, UNOPAR e SENAI em diferentes anos, com ampliação progressiva do número de escolas envolvidas.	85%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, pois foram firmadas parcerias com instituições relevantes da educação profissional em diferentes momentos, ampliando a oferta de cursos aos alunos da EJA, ainda que com algumas lacunas intermitentes.
10	10.5	Elaborar a partir do primeiro ano de aprovação do PME, projeto para a educação profissional que garanta o acesso e permanência dos alunos matriculados na EJA ao mundo do trabalho.	Implantação e manutenção dos programas PROEJA e EJA Certifica na EJA do ensino médio e fundamental durante a vigência do plano.	100%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, pois os projetos estruturantes foram implementados desde o início do plano e mantidos até 2024, contemplando a proposta de garantir acesso e permanência dos alunos da EJA ao mundo do trabalho.
10	10.6	Assegurar a infraestrutura física, didática e tecnológica adequada aos alunos com defi-	As escolas da rede municipal ainda apresentaram limitações em infraestrutura e	25%	Em desenvolvimento	As ações da estratégia não apresentaram dados específicos que

		ciência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir ao acesso, a permanência e aprendizagem.	acessibilidade para estudantes da EJA com necessidades especiais ao longo de toda a vigência.			possibilitem gerar percentuais fiéis. Por serem informações mais genéricas, o percentual aqui apresentado foi estimado a partir de uma análise qualitativa dos registros disponíveis.
10	10.7	Manter e ampliar convênios com programas estaduais e federais de financiamento para educação profissional durante a vigência deste plano garantindo melhorias.	Poucos registros de convênios formais com programas estaduais ou federais ao longo do período. Houve convênio em 2018, mas não se repetiu nos anos seguintes.	30%	Em desenvolvimento	As ações da estratégia não apresentaram continuidade suficiente para assegurar sua efetividade. Embora tenha havido um convênio pontual, a ausência de regularidade compromete o pleno alcance da meta proposta.
10	10.8	Estimular os comerciantes a criar vagas para alunos da EJA em forma de estágio integrado à educação profissional, através de incentivos fiscais.	Parcerias de estágios mantidas entre CETEP e empresas de comércio e serviços, voltadas aos estudantes do PROEJA.	80%	Concluída	A estratégia foi considerada concluída, pois foram efetivadas parcerias relevantes com o setor produtivo, assegurando oportunidades reais de estágio aos estudantes da EJA vinculados ao PROEJA.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. O Indicador 10 A representa a proporção de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional de nível fundamental e médio em relação ao total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio.
2. A meta alinha-se aos esforços da universalização da educação básica e de ampliação da escolarização dos jovens e adultos, qualificando a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, de modo a proporcionar condições mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho.
3. A meta diz respeito apenas à educação profissional na modalidade integrada à EJA.
4. O indicador 10 A envolve as matrículas gerais da EJA em turmas comuns e matrículas em cursos profissionalizantes.
5. Sobre o PROEJA-FIC: EJA FIC é a sigla para Educação de Jovens e Adultos na modalidade Formação Inicial e Continuada. Trata-se de um programa que

oferece cursos de educação profissional e tecnológica a jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica na idade certa. Os cursos são ministrados por professores de institutos federais de educação, ciência e tecnologia, em parceria com as redes municipais e penitenciárias.

Alguns princípios da EJA FIC são:

- Vinculação entre educação e trabalho.
 - Aprendizagem e conhecimentos significativos.
 - Respeito ao ser e aos saberes dos educandos.
 - Construção coletiva do conhecimento.
 - Interdisciplinaridade.
 - Avaliação como processo.
6. Formação Continuada: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração, destinado ao aprimoramento ou aperfeiçoamento de competências laborais ou técnico-científicas de uma atividade ou área profissional.
 7. Formação Inicial: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração com no mínimo 160 horas, destinado à iniciação para o trabalho e ao desenvolvimento de competências básicas em uma determinada atividade ou área profissional.

AValiação Final Sobre os Monitoramentos Anuais da Meta

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 10 do PME de Ribeira do Pombal-BA estabeleceu como objetivo oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional até 2025.

O percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional teve variações ao longo do decênio.

Em 2016, o índice foi de 4,32%, crescendo em 2017 para 9,73%, mas com queda significativa em 2018 (8,04%) e interrupção total em 2019 (0%).

A partir de 2020, foram registrados novos avanços dos indicadores 10,82% (2020), 5,09% (2021), 1,24% (2022), 10,3% (2023) e, por fim, 14,46% em 2024. Embora tenha havido crescimento em alguns períodos, o percentual final não atingiu os 25% estipulados.

O indicador permaneceu abaixo da meta ao longo do decênio, com destaque para a retomada e ampliação a partir de 2023, especialmente na etapa do Ensino

Fundamental da rede municipal, que contabilizou 252 matrículas na EJA Integrada (PROEJA FIC), representando mais de 90% das matrículas em educação profissional no município naquele ano.

No Ensino Médio, a oferta permaneceu restrita, com apenas 25 matrículas registradas em 2023.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

A pandemia da Covid-19 impactou negativamente a execução da Meta 10, intensificando os desafios já existentes na oferta da EJA integrada à educação profissional.

Os principais efeitos observados foram:

- Interrupção de turmas presenciais da EJA.
- Redução da busca ativa e da frequência escolar de jovens e adultos, que priorizaram atividades laborais frente à instabilidade sanitária.
- Dificuldades no uso de tecnologias para atividades remotas, agravando a evasão e a descontinuidade dos vínculos com a escola.
- Comprometimento da articulação interinstitucional e da oferta de cursos profissionalizantes integrados durante o período crítico da pandemia (2020–2021).

Esses fatores contribuíram para a queda acentuada no indicador em 2021 e 2022, comprometendo a continuidade do avanço necessário para o cumprimento da meta.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

Apesar da meta não ter sido plenamente atingida, houve ações relevantes no município voltadas à integração da EJA com a Educação Profissional, sobretudo a partir de 2023. Destacam-se:

- Parceria com a UNOPAR, com o objetivo de ampliar a oferta da Educação Profissional aos estudantes da EJA do Ensino Fundamental.
- Oferta do Projeto EJA Certifica (Formação Inicial e Continuada – FIC) nas escolas municipais Rui Barbosa, Ana de Deus Conceição, Luzia Francisca Conceição e Ferreira Brito, contribuindo para a certificação de jovens e adultos com histórico de abandono escolar.
- Implantação do PROEJA FIC em 2023, com 252 matrículas da EJA integrada na rede municipal de ensino, em parceria com o SENAI, marcando o início de um modelo de integração entre a escolarização e a qualificação profissional.
- Presença do Centro Territorial de Educação Profissional do Semiárido Nordeste II (CETEP) no município, ofertando o PROEJA na EJA do Ensino Médio.
- Elaboração de projeto específico para educação profissional na EJA, previsto na Estratégia 10.5, visando o acesso e a permanência no mundo do trabalho.

- Atualização da Proposta Curricular da EJA, articulando a formação escolar à inserção produtiva e social.

4. Desafios e limitações na execução da meta

A análise técnica revela diversos obstáculos que dificultaram o atendimento integral da Meta 10 durante a vigência do plano, tais como:

- Ausência de planejamento inicial estruturado, o que impediu a operacionalização da oferta integrada da EJA nos primeiros anos do decênio.
- Dificuldades financeiras e insuficiência de recursos materiais e humanos para manutenção e ampliação dos programas existentes.
- Insuficiência ou inoperância da intersetorialidade, dificultando a articulação entre as Secretarias de Educação, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico.
- Dependência da atuação de outras redes de ensino (estadual, federal e privada) na oferta da EJA com qualificação técnica.
- Descrições genéricas das estratégias, exigindo ações amplas, mas sem desdobramentos específicos no planejamento municipal.
- Baixa oferta de EJA no Ensino Médio, fator que limitou a expansão da modalidade integrada nessa etapa.
- Insuficiência de monitoramento dos prazos, dificultando o acompanhamento sistemático das metas intermediárias.

5. Recomendações finais para o próximo PME (2026–2036)

Com base nos dados levantados e nas experiências do ciclo 2015–2025, recomendam-se as seguintes ações para o novo Plano Municipal de Educação:

- Realizar diagnóstico ampliado da população jovem, adulta e idosa em situação de baixa escolaridade com perfil para formação técnica e profissional.
- Firmar convênios com instituições de educação profissional, como IFBA, SENAI, CETEP e instituições privadas, ampliando a oferta de cursos integrados à EJA.
- Inserir no orçamento municipal dotação específica para EJA integrada, garantindo financiamento para estrutura, profissionais e materiais didáticos.
- Elaborar e implantar currículos integrados, alinhados às demandas do mercado de trabalho local (ex.: agroecologia, serviços, tecnologia, construção civil, entre outros).
- Valorizar e divulgar a EJA integrada por meio de campanhas públicas que articulem cidadania, profissionalização e inclusão social.
- Criar políticas de permanência, como bolsas, alimentação escolar e transporte para estudantes da EJA com qualificação profissional.
- Estabelecer metas intermediárias anuais, com acompanhamento técnico e pedagógico das escolas ofertantes.

- Ampliar o uso das escolas municipais para oferta de cursos FIC, fortalecendo a articulação entre escola e trabalho.
- Incluir representantes da EJA e da educação técnica no comitê de monitoramento do próximo PME.

META 11

TRIPPLICAR AS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA (EPT) DE NÍVEL MÉDIO, ASSEGURANDO A QUALIDADE DA OFERTA E PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO.

➤ Diretrizes para a promoção da qualidade educacional:

Melhoria da qualidade da educação.

Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas

Privada e Pública

Público Avaliado

População com ensino médio completo

Objetivos da Meta

Triplicar educação profissional técnica (de ensino médio) e expandir na oferta pública

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade de coleta através do INEP.

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo

Realizar pesquisa municipal mais detalhada, sobretudo das instituições privadas

Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo escolar

INDICADORES DA META

INDICADOR 11 A

Descrição: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio

Abordagem

Educação profissional técnica (de ensino médio)

Objetivo

Triplicar matrículas gerais e expandir no segmento público

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 604
 2017 – 844
 2018 – 1014
 2019 – 3
 2020 – 1157
 2021 – 1416
 2022 – 992
 2023 – 1259
 2024 – 1603

Alcançou o objetivo?

NÃO

INDICADOR 11 B

Descrição: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – 100%

2018 – 100%
 2019 – 100,16%
 2020 – 87,70%
 2021 – 89,77%
 2022 – 43,96%
 2023 – 61,06%
 2024 – 59,09%

INDICADOR 11 C

Descrição: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública

Prazo
 2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – x
 2018 – x
 2019 – x
 2020 – x
 2021 – 20,69%
 2022 – x
 2023 – x
 2024 – x

Alcançou o objetivo?

Ausência de resultado explicada na nota abaixo

ESTRATÉGIAS DA META					
Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica

11.1	Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede estadual e privada de educação profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade das instituições nesse município, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional (unidades remotas).	Oferta de cursos técnicos como Agropecuária, Edificações, Administração, Análises Clínicas, Enfermagem e Nutrição (PROSUB e PROEJA), além de turmas do Projovem Rural em Cipó e Banzaê. Inclusão de cursos FIC pelo programa Educar para Trabalhar e ampliação com PRONATEC.	90%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
11.2	Implantar a educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância (E-Tec) em regime colaborativo com o SENAC, SEBRAE, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Cultura e universidades.	Não foram identificadas ações efetivas para a implantação da modalidade E-Tec em regime colaborativo.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
11.3	Garantir através de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno.	Convênios do CETEP do Semiárido NE II com diversas empresas, garantindo estágio para todos os cursos ofertados.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem integralmente à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

11.4	Garantir a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico para inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho (trabalho como princípio educativo).	Oferta de cursos técnicos em Enfermagem, Nutrição, Administração e Segurança do Trabalho na forma de articulação PROEJA.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
11.5	Garantir em regime colaborativo com a rede estadual o atendimento do ensino médio gratuito integrado e integral à formação profissional para as populações do campo e a educação inclusiva.	Não foram identificadas ações voltadas ao atendimento gratuito integrado e integral à formação profissional.	100%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
11.6	Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede estadual e privada de educação profissional, científica e tecnológica, através da melhoria da qualidade dos cursos ofertados em articulação com o mundo do trabalho.	Cursos técnicos ofertados com expansão gradativa de matrículas em instituições públicas e privadas.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.

11.7	Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.	Ações de assistência estudantil incluindo cartão alimentação, ampliação e construção de novas unidades escolares, além do cartão estudantil.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
11.8	Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	Oferta de cursos garantindo atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social, com atenção às questões raciais em seus contextos de vida.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem integralmente à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) trata da expansão das matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, determinando a necessidade de triplicá-las, assegurando a qualidade da oferta e garantindo que pelo menos 50% da expansão ocorra no segmento público. Para monitorar o desenvolvimento dessa meta são utilizados três indicadores.
2. Não inclui matrículas nem cursos em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio inclui matrículas nos cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao Ensino Médio, sendo composta pelas seguintes etapas de ensino: Ensino Médio – Curso Técnico Integrado; Ensino Médio – Normal/Magistério; Educação Profissional – Curso Técnico Concomitante; Educação Profissional Subsequente; e Curso Técnico Integrado à EJA de Nível Médio.
4. Tipos de cursos técnicos de Ensino Médio:
 - Curso técnico integrado: o aluno cursa o Ensino Médio e o curso técnico ao mesmo tempo, recebendo dois certificados ao final do curso. Para fazer este curso, é necessário ter concluído o Ensino Fundamental ou equivalente.
 - Curso técnico concomitante: o aluno cursa o Ensino Médio em uma instituição e o curso técnico em outra, ao mesmo tempo. Para fazer este curso, é necessário ter concluído pelo menos o primeiro ano do Ensino Médio ou estar cursando-o.
 - Curso técnico subsequente: o aluno faz o curso técnico após ter concluído o Ensino Médio. Para fazer este curso, é necessário ter o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.
 - FIC: os Cursos de Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC) visam à qualificação profissional para o mundo do trabalho. São cursos especiais, abertos à comunidade.
 - Formação Continuada: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração, destinado ao aprimoramento ou aperfeiçoamento de competências laborais ou técnico-científicas de uma atividade ou área profissional.
 - Formação Inicial: curso de qualificação profissional, em geral de curta duração com no mínimo 160 horas, destinado à iniciação para o trabalho e ao desenvolvimento de competências básicas em determinada atividade ou área profissional.
5. Algumas especificidades sobre os indicadores e seus cálculos:
 - O Indicador 11A representa o número total de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para auferi-las, é utilizada apenas a variável do Censo da Educação Básica que informa o quantitativo de matrículas de educação profissional nas diferentes etapas da educação básica.
 - Enquanto o Indicador 11B mensura a participação do segmento público na expansão total da EPT de nível médio, o Indicador 11C dedica-se ao monitoramento exclusivo desse segmento, apresentando a sua expansão percentual acumulada.
6. Em ambos os casos (Indicadores 11B e 11C), resultados negativos indicam retração das matrículas no segmento público. Eles só serão definidos na série histórica para os casos em que for registrada a expansão positiva de matrículas. Os resultados gerais, incluindo os negativos, estão detalhados no anexo de dados das metas.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 11 prevê a triplicação das matrículas da Educação Profissional Técnica (EPT) de Nível Médio até 2025, com ao menos 50% da expansão ocorrendo no segmento público. Para isso, são utilizados três indicadores principais: o 11A (número absoluto de matrículas), o 11B (percentual da expansão que ocorreu na rede pública) e o 11C (crescimento acumulado da EPT exclusivamente pública).

Os dados da série histórica mostram que o número de matrículas passou de 604 em 2016 para 1.603 em 2024, o que representa aproximadamente 165% de crescimento, percentual inferior ao previsto na meta, que estabelece a triplicação das matrículas, equivalente a 300%. Já os indicadores 11B e 11C exigem atenção específica.

O indicador 11B, que mede a participação da rede pública na expansão total da EPT, apresentou percentuais elevados nos primeiros anos, alcançando 100% entre 2017 e 2019, mas caiu para 59,09% em 2024, indicando que parte significativa da expansão recente ocorreu na rede privada. Isso compromete o equilíbrio previsto pela meta, que estabelece que pelo menos metade dessa expansão deveria ocorrer no segmento público.

Quanto ao indicador 11C, que observa a evolução acumulada da EPT na rede pública, há registros apenas para 2020, com 20,69%. Nos demais anos, o dado foi omitido porque, nos períodos em que ocorre retração das matrículas públicas, a metodologia do indicador deixa de calcular a variação, dificultando o acompanhamento contínuo da meta por esse parâmetro.

Dessa forma, conclui-se que a Meta 11 não foi integralmente alcançada, embora haja avanços importantes na ampliação da oferta de matrículas e no fortalecimento da educação profissional técnica no município.

2. Impactos da pandemia da Covid-19 na meta

Durante o período pandêmico, a oferta de cursos técnicos enfrentou dificuldades operacionais significativas, especialmente nos cursos que exigiam atividades práticas presenciais, como os das áreas de saúde, agropecuária e edificações. Apesar da permanência de algumas turmas, houve redução na expansão de matrículas, dificuldades na manutenção dos estágios obrigatórios e limitações na continuidade das atividades pedagógicas presenciais.

A retração do indicador 11C pode ter sido acentuada por esses fatores, refletindo diretamente na queda da oferta pública de EPT em alguns períodos do decênio. Além disso, a pandemia agravou desigualdades sociais e econômicas que impactaram diretamente a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade social, dificultando o acesso e a continuidade na formação técnica.

3. Ações, programas e projetos municipais realizados para avanço da meta

- Ofertas de cursos técnicos como Agropecuária, Edificações, Administração, Análises Clínicas, Enfermagem e Nutrição, por meio de programas como PROSUB, PROEJA e PRONATEC, além de cursos FIC promovidos pelo programa Educar para Trabalhar.
- Ampliação da assistência estudantil, com ações voltadas ao cartão alimentação, transporte escolar e construção de escolas, favorecendo a permanência dos estudantes.
- Expansão de estágios por meio de convênios institucionais e garantia de inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo o acesso à educação profissional.
- Presença do CETEP e das parcerias com instituições formadoras contribuiu para a ampliação da oferta técnica, principalmente no ensino médio articulado à formação profissional.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Dificuldade de garantir a expansão equilibrada da oferta pública de EPT, com retrações em alguns anos e ausência de dados consolidados para indicadores importantes.
- Falta de implantação da modalidade EAD colaborativa, especialmente por meio do sistema E-Tec, limitou a ampliação da oferta em áreas mais distantes e com menor acesso à formação presencial.
- Ausência de ações mais efetivas voltadas ao campo comprometeu a abrangência territorial da política pública, dificultando o acesso de estudantes das zonas rurais. Além disso, a insuficiência de ações específicas para algumas estratégias previstas no PME evidencia a necessidade de maior articulação interinstitucional entre rede municipal, rede estadual, instituições técnicas e demais setores produtivos do território.
- Insuficiência de monitoramento sistemático dos indicadores, dificultando o acompanhamento contínuo da execução da meta e a tomada de decisões com base em evidências mais precisas.

5. Recomendações finais para a gestão do novo PME (2026–2036)

Para os próximos ciclos de planejamento, recomenda-se:

- Ampliar a oferta de EPT na rede pública, com foco na interiorização, inclusão social e permanência dos estudantes.

- Implantar modalidades mais flexíveis, como a EAD (E-Tec), em regime colaborativo com entidades locais, ampliando o alcance da política educacional.
- Realizar de diagnósticos locais contínuos sobre a demanda por cursos técnicos, considerando as vocações econômicas do município e as necessidades reais do mercado de trabalho.
- Estimular o acompanhamento sistemático dos dados da EPT junto ao Censo Escolar, fortalecendo o planejamento educacional e a tomada de decisão.
- Fortalecer políticas de permanência estudantil, incluindo estágios, apoio financeiro e assistência estudantil para jovens em situação de vulnerabilidade.
- Assegurar articulação com os setores produtivos locais para garantir maior aderência entre a formação técnica ofertada e as possibilidades reais de empregabilidade e desenvolvimento socioeconômico do território.

META 12

ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS, NO SEGMENTO PÚBLICO.

➤ Diretrizes para a promoção da qualidade educacional:

CARACTERÍSTICAS GEIRASI DA META

Faixa Etária Avaliada

18 a 24 anos

Ensino

Ensino superior - matrículas

Público Avaliado

População matriculada no ensino superior

Objetivos da Meta

Triplificar educação profissional técnica (de ensino médio) e expandir na oferta pública

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Ausência de base de dados que apresentem um panorama mais específico da população residente

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar o objetivo da meta por meio da intersetorialidade e parcerias para controle de dados
 Realizar pesquisa sobre as matrículas e instituições de forma mais detalhada diretamente das instituições de ensino
 Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo escolar.

INDICADORES DA META

INDICADOR 12 A

Descrição: Taxa bruta de matrícula na graduação da população de 18 a 24 anos

Abordagem

Educação superior da população

Objetivo

50%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 22,59%
 2017 – 18,22%
 2018 – 18,00%
 2019 – 16,55%
 2020 – 16,26%
 2021 – 16,10%
 2022 – 20,79%
 2023 – 25,33%
 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

NÃO

INDICADOR 12 B

Descrição: Taxa líquida de escolarização na educação superior da população de 18 a 24 anos

Objetivo

33%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 9,72%
 2017 – 8,47%
 2018 – 8,37%
 2019 – 8,26%
 2020 – 8,24%
 2021 – 7,48%
 2022 – 8,93%
 2023 – 10,83%
 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

NÃO

INDICADOR 12 C

Descrição: Percentual de participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação da população de 18 a 24 anos

Objetivo

40%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 0%

2017 – 0%

2018 – 0%

2019 – 0%

2020 – 0%

2021 – 0%

2022 – 0%

2023 – 0%

2024 – 0%

Alcançou o objetivo?

Não alcançou

ESTRATÉGIAS DA META

Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica

12.1	Ampliar a oferta de vagas, através da expansão e interiorização da rede federal da educação superior através de parceria com o município (UFNB), sobretudo nas áreas de ciências e matemática.	Não foram registradas ações efetivas de ampliação da oferta vinculada à UFNB.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
12.2	Ampliar a oferta de vagas no ensino superior, no prazo máximo de um ano, através da expansão e interiorização da rede federal da educação por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), bem como a garantia da implantação desta universidade.	Não foram registradas ações efetivas para a interiorização da UAB.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
12.3	Fomentar a oferta de vagas para professores da rede pública municipal em instituições privadas através do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).	Concessão de bolsas de estudos em cursos de Pedagogia para professores da rede municipal.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas. O percentual estimado reflete a execução parcial, ainda que com registros relevantes de iniciativas vinculadas à estratégia.
12.4	Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil.	Programas como PROUNI, oferta de bolsas, programas de indicação e descontos, além de simulados gratuitos do ENEM.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem integralmente à finalidade original da estratégia, demons-

					trando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
12.5	Ampliar no âmbito do Fundo de Financiamento (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento.	Oferta contínua de bolsas e financiamentos vinculados ao PROUNI.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem integralmente à finalidade original da estratégia, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
12.6	Estimular a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas.	Não foram identificadas ações concretas além das normativas já vigentes.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. O indicador 12 A refere-se exclusivamente às matrículas dos cursos de graduação em relação à população de referência (18 a 24 anos), enquanto o indicador 12 B refere-se à população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação.
2. A meta não possui base de dado oficial que contemple todas as informações necessárias para atendimento das fórmulas de cálculos de seus indicadores. Como forma de realizar o monitoramento parcial da meta, a ETMA fez uso de:
 - Dados das matrículas presentes no Censo da Educação Superior (Sinopse/INEP) como referência para cálculo dos indicadores 12 A, 12 B e 12 C.
 - Dados populacionais do Censo IBGE 2022.
3. O indicador 12 B considerou apenas a população de 18 a 24 anos matriculada em curso de graduação, não incluindo quantitativos sobre as pessoas que já concluíram o ensino superior, como necessita a fórmula integral.
4. Os indicadores da Meta 12 foram considerados parcialmente monitorados pela ETMA porque os dados presentes no Censo da Educação Superior

(INEP) são referentes a apenas uma (1) instituição localizada no município, não estando inclusas informações censitárias sobre matrículas da população pombalense de outros estabelecimentos de cursos superiores (polos) também existentes.

5. Além da questão apontada no item 4 acima, é importante também considerar que o resultado do monitoramento dos indicadores 12 A e 12 B não traduz ainda uma realidade completa da situação da meta, porque há outros estudantes pombalenses matriculados em instituições de nível superior localizadas em municípios circunvizinhos.
6. A única instituição presente no Censo da Educação Superior (INEP) é privada.
7. A Secretaria Municipal de Educação confirmou a inexistência de unidade pública de ensino superior localizada no município.
8. O indicador 12 C foi calculado de forma integral com base nas informações dos itens 6 e 7 acima.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 12 tem como objetivo elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Os dados dos indicadores 12A, 12B e 12C evidenciam que o município não alcançou os objetivos previstos até 2024. A taxa bruta de matrícula (12A) apresentou oscilação ao longo do decênio e atingiu 25,33% em 2023, permanecendo significativamente abaixo da meta estabelecida de 50%. A taxa líquida (12B) manteve-se em níveis reduzidos, alcançando 10,83%, também distante da meta prevista de 33%, demonstrando que o acesso e a permanência da população jovem no ensino superior ainda representam um desafio relevante. O indicador 12C, que avalia o percentual de participação do segmento público na expansão das matrículas, permaneceu em 0%, evidenciando a ausência de oferta pública de cursos de graduação no município.

De acordo com os registros da ETMA, os indicadores foram monitorados parcialmente, uma vez que as informações disponíveis no Censo da Educação Superior (INEP) referem-se a apenas uma instituição privada localizada em Ribeira do Pombal-BA, não contemplando os estudantes matriculados em polos de instituições situadas em outros municípios.

Dessa forma, embora haja acesso ao ensino superior por parte da população local, os resultados demonstram que a Meta 12 não foi alcançada no decênio 2015–2025.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas

Ausência de instituições públicas de ensino superior no município, o que compromete diretamente o alcance do indicador 12C e limita o avanço da expansão da oferta pública.

Limitação da base de dados do INEP também representa um obstáculo importante, uma vez que o sistema registra apenas uma instituição privada local, não abrangendo a totalidade dos estudantes pombalenses matriculados em instituições de municípios vizinhos.

Inexistência de informações consolidadas sobre matrículas de estudantes residentes no município que frequentam polos externos ou universidades em outras localidades, o que reduz a precisão da análise.

Ausência de registros unificados sobre programas de acesso, permanência e assistência estudantil, dificultando o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas no território.

3. Ações, programas e projetos realizados (2016–2024)

Durante a vigência do plano, foram desenvolvidas ações de incentivo ao acesso e permanência no ensino superior, ainda que limitadas pela inexistência de oferta pública local. Destacam-se:

- Concessão de bolsas de estudos em cursos de Pedagogia para professores da rede municipal, fortalecendo a formação continuada e a qualificação profissional dos servidores da educação.
- Participação de estudantes e professores em programas federais e institucionais de acesso ao ensino superior, como PROUNI, FIES e UAB, ampliando as possibilidades de ingresso em cursos de graduação.
- Ofertas de simulados gratuitos do ENEM, programas de indicação e descontos por instituições privadas, além de ações de incentivo à preparação acadêmica e ao ingresso no ensino superior.
- Promoção de políticas de inclusão e assistência estudantil voltadas à permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Ausência de instituições públicas no município limitou significativamente a ampliação das vagas e a interiorização da oferta, resultando em baixo impacto sobre os principais indicadores da meta.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- A execução da Meta 12 foi fortemente impactada pela inexistência de instituições públicas de educação superior em funcionamento no município, o que tornou o alcance da meta estruturalmente mais difícil.
- A dependência de programas federais e privados, como PROUNI, FIES e UAB, reforçou a fragilidade da política local de expansão do ensino superior, uma vez que o município não possui autonomia direta sobre essas ofertas.
- A dificuldade de obtenção de dados consolidados sobre matrículas de residentes em outras localidades comprometeu o monitoramento real da meta e a formulação de diagnósticos mais precisos.
- A necessidade de maior articulação intergovernamental entre município, estado e União para garantir a expansão de polos, vagas e programas de permanência, especialmente para estudantes oriundos das escolas públicas e em condição de vulnerabilidade social. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

META 13

ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR A PROPORÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO NO CONJUNTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), SENDO, DO TOTAL, NO MÍNIMO, 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DOUTORES.

- Diretrizes para a valorização dos (as) profissionais da educação:

Valorização dos (as) profissionais da educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Abrangência
 Ensino Superior

Público Avaliado

Docência do ensino superior

Objetivos da Meta

Qualificação da docência do ensino superior

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Insuficiência de dados, uma vez que a base de coleta é do Censo do Ensino Superior presente no INEP, o qual não apresenta informações sobre todas as instituições presentes no município.

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo

Realizar pesquisa municipal mais detalhada sobre dados da meta, sobretudo das instituições privadas

Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo do ensino superior

INDICADORES DA META

INDICADOR 13 A

Descrição: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado

Abordagem

Formação do corpo docente da educação superior

Objetivo

75%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 82,4%

2017 – 53,8%

2018 – 46,3%

2019 – 54,2%

2020 – 48%

2021 – 47,8%
 2022 – 41,7%
 2023 – 40%
 2024 – SD

INDICADOR 13 B

Descrição: Percentual de docentes da educação superior com doutorado

Objetivo

35%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 23,5%
 2017 – 17,9%
 2018 – 14,8%
 2019 – 20,8%
 2020 – 20%
 2021 – 15,2%
 2022 – 13,9%
 2023 – 17,8%
 2024 – SD

ESTRATÉGIAS DA META						
Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica	

13.1	Incentivar o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior (SINAES), fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.	Não foram registradas ações relacionadas à autoavaliação institucional.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
13.2	Promover a melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.	Não foram identificadas ações relacionadas à melhoria dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
13.3	Elevar o padrão de qualidade das faculdades, centros universitários e universidades visando à realização de pesquisa institucionalizada articulada a programas de pós-graduação stricto sensu.	Não foram registradas ações efetivas para elevação do padrão de qualidade vinculada à pesquisa.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
13.4	Aumentar em 80% o número de professores de tempo integral da rede privada de educação superior.	Não foram registradas ações de ampliação de professores em tempo integral.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
13.5	Aumentar em número de professores mestres, da rede privada da educação superior para 60% de seu quadro e 30% de doutores.	Não foram identificadas ações relacionadas à qualificação docente para mestres e doutores.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.

13.6	Estimular os professores municipais efetivos para a formação em pós-graduação stricto sensu, melhorando assim a qualificação dos seus docentes.	O Município concede licença remunerada para os professores municipais efetivos cursarem pós-graduação stricto sensu.	50%	em desenvolvimento.	refazer texto
------	---	--	-----	---------------------	---------------

NOTAS EXPLICATIVAS

1. O Indicador 13 A representa o percentual de profissionais em exercício que atuam como docentes de cursos da educação superior e que possuem pós-graduação stricto sensu (em mestrado ou doutorado).
2. O Indicador 13 B representa o percentual de profissionais em exercício que atuam como docentes de cursos da educação superior e que possuem pós-graduação stricto sensu em doutorado.
3. Os docentes referem-se aos indivíduos que atuaram nas Instituições de Ensino Superior no período de referência do Censo.
4. Os docentes são computados segundo a sede e/ou reitoria da instituição.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 13 prevê elevar a qualidade da educação superior mediante ampliação da proporção de docentes com mestrado e doutorado, alcançando 75% de mestres/doutores e 35% de doutores até 2025.

A análise dos indicadores 13A e 13B revela que o município não atingiu os objetivos previstos. Os dados do Censo da Educação Superior (INEP) apresentaram forte oscilação ao longo da série histórica, com tendência de redução no percentual de docentes com pós-graduação stricto sensu.

O Indicador 13A, que corresponde ao percentual de docentes com mestrado ou doutorado, variou entre 82,4% em 2016 e 40% em 2023, não alcançando o objetivo de 75%.

O Indicador 13B, referente exclusivamente aos docentes com doutorado, oscilou entre 23,5% em 2016 e 17,8% em 2023, permanecendo abaixo da meta de 35%.

Essa redução está relacionada à estrutura restrita da oferta local, pois há apenas uma instituição privada registrada no INEP, com corpo docente limitado e alta rotatividade, o que impacta diretamente o perfil de formação do quadro de professores.

Dessa forma, constata-se que a Meta 13 não foi alcançada no decênio 2015–2025, exigindo maior fortalecimento das políticas de qualificação docente no ensino superior.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

- Limitação de fontes e dados, pois os dados do INEP contemplam somente as instituições com sede ou reitoria no município, não incluindo polos e instituições de municípios vizinhos onde atuam docentes ligados à população pombalense.
- Ausência de instituições públicas de educação superior no município restringe significativamente o acesso à formação docente qualificada e reduz as possibilidades de consolidação de programas permanentes de pós-graduação.
- Falta de iniciativas estruturadas de formação e qualificação voltadas especificamente para o corpo docente da educação superior local, bem como limitações para coleta de informações sobre docentes vinculados a cursos ofertados por instituições externas.

Esses fatores comprometem tanto o monitoramento adequado quanto a formulação de políticas mais efetivas para o alcance da meta.

3. Desafios e limitações na execução da meta

- Ausência de políticas locais voltadas especificamente à melhoria da qualidade da educação superior foi uma das principais limitações identificadas durante a execução da Meta 13.
- Falta de articulação entre o município e instituições públicas para a interiorização de cursos e programas de pós-graduação, o que dificultou o acesso à formação *stricto sensu* para docentes locais.
- Baixo estímulo às instituições privadas para contratação de professores com dedicação exclusiva, mestrado e doutorado também comprometeu o avanço dos indicadores.
- Ausência de acompanhamento sistemático das ações necessárias para elevar o padrão de qualidade dos cursos superiores e a dependência exclusiva do setor privado para a oferta local do ensino superior fragilizaram o alcance da meta ao longo do decênio.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

Para o próximo ciclo do Plano Municipal de Educação, recomenda-se:

- Estabelecer parcerias com universidades públicas para oferta de programas de formação docente em nível de mestrado e doutorado, preferencialmente em formato semipresencial, ampliando o acesso dos profissionais locais.
- Criar uma política municipal de incentivo à qualificação docente, com bolsas-parceria, acordos de cooperação e programas de fomento à formação continuada e à pós-graduação stricto sensu.
- Estimular as instituições privadas a ampliarem o número de docentes com dedicação exclusiva, bem como a contratação de profissionais com mestrado e doutorado.
- Implementar um sistema municipal de monitoramento da qualificação docente da educação superior, garantindo acompanhamento permanente dos indicadores e maior precisão na avaliação da meta.
- Promover a criação de programas de indução e fortalecimento da pesquisa acadêmica, estimulando pesquisas articuladas a programas de pós-graduação e contribuindo para a elevação da qualidade da educação superior no município.

META 14

ELEVAR GRADUALMENTE O NÚMERO DE MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO ANUAL DE 60.000 (SESSENTA MIL) MESTRES E 25.000 (VINTE E CINCO MIL) DOUTORES.

- Diretrizes para a promoção da qualidade educacional:

Melhoria da qualidade da educação.

Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Público Avaliado

População com ensino médio completo

Objetivos da Meta

Triplificar educação profissional técnica (de ensino médio) e expandir na oferta pública

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade de coleta através do INEP

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo

Realizar pesquisa municipal mais detalhada, sobretudo das instituições privadas

Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo escolar

INDICADORES DA META

INDICADOR 14 A

Descrição: Títulos de mestrado concedidos por ano no País

Abordagem

Pós-graduação stricto sensu da população

Objetivo

Pós-graduação stricto sensu da população

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD

2017 – SD

2018 – SD
 2019 – SD
 2020 – SD
 2021 – SD
 2022 – SD
 2023 – SD
 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

Sem base de dados para medida dos indicadores

INDICADOR 14 B

Descrição: Títulos de doutorado concedidos por ano no País

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – SD
 2017 – SD
 2018 – SD
 2019 – SD
 2020 – SD
 2021 – SD
 2022 – SD
 2023 – SD
 2024 – SD

ESTRATÉGIAS DA META					
Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica

14.1	Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	Não foram identificadas ações municipais voltadas à internacionalização da pesquisa ou ao fortalecimento de grupos de pesquisa entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
14.2	Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre instituições de ensino, pesquisa e extensão.	Não foram identificadas ações relacionadas a intercâmbio científico, parcerias, convênios ou iniciativas tecnológicas.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
14.3	Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as instituições privadas de fomento à pesquisa.	Não foram registradas iniciativas municipais que promovam articulação com a CAPES ou instituições privadas de pesquisa.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.
14.4	Ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente de mestrado, nos campus novos, abertos em decorrência dos programas de extensão e interiorização das instituições superiores públicas.	Não foram identificadas ações relacionadas à criação, ampliação ou instalação de programas de pós-graduação stricto sensu no município.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas ou iniciativas em sua direção.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A Meta 14 do PNE tem como objetivo central elevar o número da população titulada em cursos de pós-graduação stricto sensu.
2. O objetivo da meta em nível municipal é monitorar a população em geral que reside em Ribeira do Pombal e que recebeu o título de mestre ou doutor no ano monitorado.
3. O indicativo da meta prevista ao final da vigência do plano em “100%” será utilizado para indicar o avanço em relação ao ano anterior.
4. A ETMA não encontrou, até a data de conclusão deste relatório, dados oficiais para cálculos dos indicadores da Meta 14.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 14 estabelece como objetivo acompanhar, em nível municipal, o número de titulados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) ao longo do decênio. Entretanto, conforme registrado nos monitoramentos anuais, não há dados oficiais disponíveis no INEP ou em bases complementares que permitam aferir a evolução da titulação de residentes de Ribeira do Pombal-BA. Dessa forma, a meta não pôde ser monitorada de forma integral, e nenhum indicador apresentou série histórica, permanecendo sem dados (SD) durante toda a vigência.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

- Inexistência de base de dados municipalizada sobre titulados em cursos de mestrado e doutorado, o que inviabilizou o cálculo anual dos indicadores.
- Falta de informações consolidadas sobre concluintes pombalenses em instituições sediadas em outros municípios e estados, o que limita a compreensão real da evolução da formação acadêmica da população local.
- Ausência de articulação formal com instituições e programas de pós-graduação, bem como a indisponibilidade de registros locais que subsidiem o cálculo da titulação anual, agravaram ainda mais essa limitação.

3. Desafios e limitações na execução da meta

- Ausência de políticas municipais voltadas à pesquisa, inovação e pós-graduação foi o principal fator limitador para a execução da Meta 14.
- Falta de articulação com instituições públicas e privadas para instalação de programas stricto sensu, o que inviabilizou avanços mais concretos no fortalecimento da formação acadêmica avançada no município.
- Carência de mecanismos locais de fomento ou apoio à formação em mestrado e doutorado dificultou o acesso da população a oportunidades de qualificação em níveis mais elevados.
- Inexistência de institucionalidade para captação, acompanhamento e monitoramento de titulados comprometeu a produção de diagnósticos e a formulação de políticas educacionais mais estratégicas.
- Dependência integral de iniciativas externas, sem integração com a realidade municipal, reforçou a fragilidade da execução da meta ao longo do período.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

- Criar uma política municipal de apoio à pós-graduação, incluindo incentivos financeiros, acadêmicos e institucionais para formação em nível de mestrado e doutorado.
- Estabelecer parcerias com universidades públicas, como Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal de Sergipe e Instituto Federal da Bahia, visando à oferta de programas de mestrado profissional e acadêmico, especialmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento local.
- Implementar programas municipais de fomento à pesquisa articulados com escolas, instituições privadas e órgãos públicos, fortalecendo a cultura científica no território.
- Criar um sistema de monitoramento anual da titulação de residentes, com base em parcerias interinstitucionais, permitindo o acompanhamento real dos avanços da meta.
- Incentivar a participação de profissionais da educação em programas de qualificação avançada, fortalecendo a formação docente e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação no município.

META 15

GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTA PME, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO CAPUT DO ART. 61 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, ASSEGURADO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM.

➤ Diretrizes para a valorização dos(as) profissionais da educação:

Valorização dos (as) profissionais da educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas

Privada e Pública

Público Avaliado

Profissionais da Educação Básica

Objetivos da Meta

Docências de professores da educação básica compatíveis com a área de atuação

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade de coleta através do INEP, porém com ausência de detalhamentos importantes para melhor avaliação.

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo
 Realizar pesquisa municipal mais detalhada, sobretudo das instituições privadas
 Orientar instituições públicas e privadas sobre registros adequados no censo escolar

INDICADORES DA META

INDICADOR 15 A

Descrição: Percentual de docências da etapa ou modalidade com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam – Educação Infantil

Abordagem

Docência equivalente e valorização dos profissionais de educação

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 21,1%

2017 – 23,9%

2018 – 26,6%
 2019 – 86%
 2020 – 62,8%
 2021 – 70,5%
 2022 – 68,6%
 2023 – 67,7%
 2024 – 66,9%

Alcançou o objetivo?

NÃO

Observação

Não alcançou, mas houve crescimento

INDICADOR 15 B

Descrição: Ensino Fundamental – Anos iniciais

Resultados em Série Histórica

2016 – 29,5%
 2017 – 27,7%
 2018 – 36,9%
 2019 – 83,6%
 2020 – 58,6%
 2021 – 62,7%
 2022 – 69,1%
 2023 – 60,9%
 2024 – 72,6%

Observação

Não alcançou, mas houve crescimento

INDICADOR 15 C

Descrição: Ensino Fundamental – Anos finais

Resultados em Série Histórica

2016 – 28,7%
 2017 – 35%
 2018 – 34%
 2019 – 46,6%
 2020 – 39,8%
 2021 – 38,9%
 2022 – 46,6%
 2023 – 47,8%
 2024 – 47,4%

Observação

Não alcançou, mas houve crescimento

INDICADOR 15 D

Descrição: EJA do Ensino Fundamental

Resultados em Série Histórica

2016 – 21,2%
 2017 – 28%
 2018 – 10%
 2019 – 44,1%
 2020 – 30%
 2021 – 7,7%
 2022 – 3,6%
 2023 – 1,7%
 2024 – 57,1%

Observação

Não alcançado, mas houve crescimento

INDICADOR 15 E

Descrição: Ensino Médio regular

Resultados em Série Histórica

2016 – 32,6%
 2017 – 35,3%
 2018 – 33%
 2019 – 70,4%
 2020 – 36,9%
 2021 – 40,6%
 2022 – 53,7%
 2023 – 59,1%
 2024 – 1,6%

Observação

Não alcançou, mas houve crescimento

INDICADOR 15 F

Descrição: EJA do Ensino Médio

Resultados em Série Histórica

2016 – 19,2%
 2017 – 27,3%
 2018 – 22,6%
 2019 – 50%
 2020 – 36,5%
 2021 – 38,2%
 2022 – 35,7%
 2023 – 48,4%
 2024 – 37%

ESTRATÉGIAS DA META

Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica
15.1	Elaborar, no primeiro ano de vigência desta lei, plano estratégico de formação, para todos os profissionais de educação (professores, professoras, gestores, coordenadores, porteiros, merendeiras, sensores, etc), a partir de diagnóstico da secretaria municipal de educação – seme e o núcleo regional de educação - nre, definindo obrigações específicas entre os partícipes;	Formações continuadas entre 2017 e 2024: EJA Campo, BNCC, SAEB, práticas inclusivas, ensino remoto, protocolos sanitários, formações para gestores, coordenadores, professores, motoristas, manipuladores e equipe escolar.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.
15.2	Promover programa permanente de custeio a estudantes matriculados em cursos de pedagogia e licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar na educação;	Registro contínuo de não atendimento entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.
15.3	Incentivar o/a estudante para atuar na docência escolar e garantir a permanência dos demais professores e professoras criando mecanismos de valorização financeira, de apoio à oferta às condições necessárias ao desenvolvimento da prática educativa, desde a vigência deste plano;	Registro contínuo de não atendimento entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.

15.4	Implementar, em regime de colaboração, programa específico para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, para a educação especial inclusiva, educação de jovens e adultos, de acordo com a demanda da secretaria municipal de educação;	Formações para EJA Campo, práticas inclusivas, LIBRAS, documentação, avaliação inclusiva, formação de auxiliares e ciclos formativos até 2024.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.
15.5	Criar plataforma eletrônica municipal, no prazo de dois anos, para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes;	Registro contínuo de não atendimento entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.
15.6	Estimular a reforma curricular e a renovação pedagógica assegurando o foco no aprendizado do aluno(a), incorporando as modernas tecnologias da informação e da comunicação;	Formações BNCC, elaboração curricular, revisões pedagógicas e seminários de práticas exitosas entre 2018 e 2024.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.
15.7	Promover parceria entre as instituições de ensino superior (ies) e as escolas municipais, estaduais e particulares a fim de valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando o trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos(as) graduandos(as) e as demandas da educação, atuando como auxiliar ou colaborador do docente;	Parcerias contínuas com AGES, Dom Luiz, Unisezarmar e Estácio entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada, atendendo integralmente ao previsto no PME.

15.8	Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, aos docentes em efetivo exercício: nível médio na modalidade normal, não licenciados, licenciados em área diversa da de atuação docente;	Registro contínuo de não atendimento entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.
15.9	Implantar no prazo de dois anos de vigência deste plano municipal, política nacional de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não o do magistério, construído em regime de colaboração com a união, estado e outros municípios;	Formações em 2023 e 2024 para motoristas, agentes de portaria, manipuladores de alimentos, secretários escolares e funcionários da secretaria.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.
15.10	Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinado à formação nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Registro contínuo de não atendimento entre 2016 e 2024.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Por docência, entende-se a “ação de ensinar-aprender de sujeitos em relação a objetos de aprendizagem, mediada por práticas didáticas, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências” (Brasil. INEP, 2014, p. 4). Para o cômputo dos indicadores, considerou-se como unidade de monitoramento a docência de uma dada disciplina, em determinada turma, ministrada por um docente específico. Logo, os valores apresentados ao longo desta seção referem-se às combinações existentes entre formações docentes, disciplinas e turmas.
2. Por se tratar da educação básica, os dados consideram as docências da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (escolas privadas e municipais),

com base nos dados oficiais do INEP.

3. Consideraram-se apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma área, desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica. Com relação à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram consideradas como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica.
4. Na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso superior de Licenciatura em Pedagogia, instituídas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 01/2006, definem que o referido curso se destina à formação de professores para exercer funções de magistério nessas etapas da educação básica, bem como em cursos específicos de formação profissional de nível médio. O mesmo parecer também define, no inciso V do artigo 5º, que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano.
5. Os docentes são contados somente uma vez em cada etapa de ensino, independentemente de atuarem em mais de uma delas.
6. Os resultados dos indicadores de monitoramento da Meta 15 serão apresentados de modo a enfatizar comparações entre as etapas de ensino.
7. De acordo com a Sinopse Estatística do INEP, no total do município, os docentes são contados uma única vez, portanto, o total não representa a soma das etapas de ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.

AValiação Final Sobre os Monitoramentos Anuais da Meta

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 15 estabelece que todos os professores da educação básica devem possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam, garantindo a compatibilidade entre formação e docência.

A análise dos indicadores (15A a 15F) evidencia que, embora tenha havido crescimento significativo em algumas etapas, especialmente Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, o município não alcançou o objetivo de 100% de docências equivalentes até 2024.

Na Educação Infantil (Indicador 15A), observou-se evolução de 21,1% em 2016 para 66,9% em 2024, demonstrando avanço importante, porém ainda distante da meta estabelecida.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Indicador 15B), houve crescimento consistente ao longo do decênio, alcançando 72,6% em 2024, revelando fortalecimento da adequação formativa docente nessa etapa.

No Ensino Fundamental – Anos Finais (Indicador 15C), os resultados permaneceram mais estáveis, porém inferiores ao esperado, encerrando 2024 com 47,4%.

Na EJA do Ensino Fundamental (Indicador 15D), o desempenho apresentou irregularidade durante a série histórica, com melhora ao final do período, alcançando 57,1% em 2024.

No Ensino Médio (Indicador 15E) e na EJA do Ensino Médio (Indicador 15F), os resultados permaneceram baixos e, em alguns anos, apresentaram retração, evidenciando maior fragilidade nessas etapas e maior necessidade de intervenção.

Apesar dos avanços relevantes, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, nenhuma etapa atingiu o valor-alvo previsto de 100%, demonstrando a necessidade de maior consolidação das políticas de formação docente no município.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

Entre as principais dificuldades identificadas estão:

- Ausência de detalhamento mais preciso da formação docente por componente curricular, o que dificulta análises mais aprofundadas sobre compatibilidade entre formação e atuação profissional.
- Rotatividade de professores, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, também comprometeu a continuidade pedagógica e a estabilidade dos indicadores.
- Lacunas na formação inicial para algumas áreas específicas, como Ciências, Matemática, Língua Inglesa e Arte, dificultando a lotação adequada de profissionais com formação específica.
- Informações incompletas sobre docentes das instituições privadas do município, o que limita a abrangência total da análise.
- Permanência de docentes atuando em áreas distintas de sua formação superior, especialmente nas etapas mais avançadas da educação básica.

3. Ações, programas e iniciativas realizadas (2016–2024)

Os registros indicam iniciativas significativas, especialmente voltadas à formação continuada dos profissionais da educação:

- Formações continuadas para professores, gestores, coordenadores e demais profissionais da rede, abrangendo temáticas como EJA Campo, BNCC, SAEB, práticas inclusivas, ensino remoto e protocolos sanitários, LIBRAS, documentação escolar, ciclos formativos, revisão curricular e alinhamento pedagógico.
- Ações permanentes de parceria com instituições de ensino superior, como AGES, Dom Luiz, Unisezarmar e Estácio, fortalecendo o diálogo entre graduação e educação básica e ampliando possibilidades de qualificação profissional.

- Formações específicas para profissionais de apoio à educação, como motoristas, secretários escolares, agentes de portaria e manipuladores de alimentos.

4. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

- Ampliar políticas de formação e valorização docente, com incentivo financeiro, bolsas de estudo, convênios e acordos de cooperação para ampliação do acesso à formação inicial e continuada.
- Implementar mecanismo permanente de parceria com instituições de ensino superior, ampliando a oferta de licenciaturas e programas de qualificação profissional compatíveis com as demandas da rede municipal.
- Desenvolver ações de valorização e permanência docente, reduzindo a rotatividade e assegurando continuidade pedagógica nas escolas.
- Realizar diagnóstico anual de compatibilidade entre formação e área de atuação, com metas progressivas de adequação e acompanhamento sistemático dos resultados.

META 16

FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, E GARANTIR A TODOS(AS) OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO

- Diretrizes para a valorização dos (as) profissionais da educação:

Valorização dos (as) profissionais da educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas
Privada e Pública

Público Avaliado

Professores da educação básica

Objetivos da Meta

Pós-graduação e formação continuada – professores da educação básica

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Base de dados presentes no Censo Escolar INEP, porém, sem apresentar detalhamentos importantes e informações sobre as instituições privadas totais presentes no município

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para ampliação gradativa dos resultados dentro do prazo
 Realizar pesquisa municipal mais detalhada, sobretudo das instituições privadas
 Orientar instituições públicas e privadas sobre registros no censo escolar

INDICADORES DA META

INDICADOR 16 A

Descrição: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Abordagem

Pós-graduação e formação continuada – professores da educação básica

Objetivo

50%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 35,04%

2017 – 38,46%

2018 – 34,83%

2019 – 47,32%
 2020 – 53,45%
 2021 – 53,27%
 2022 – 52,05%
 2023 – 50,54%
 2024 – 46,97%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 16 B

Descrição: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada

Objetivo

100%

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
 2017 – 100%
 2018 – 100%
 2019 – 100%
 2020 – 100%
 2021 – 100%
 2022 – 100%
 2023 – 100%
 2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

ESTRATÉGIAS DAS METAS

Nº da Estratégia	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado Alcançado	Status final	Justificativa Técnica
16.1	Criar plataforma eletrônica municipal, no prazo de dois anos, para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições de ensino superior de forma orgânica e articulada às políticas de formação do município;	Registros de 2016 a 2024 apontam não atendimento e ausência de implantação da plataforma.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.
16.2	Implantar política municipal de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;	Execução parcial entre 2018 e 2024: ciclos formativos BNCC, SAEB, EJA Campo, PERAÊ, PPA, formações para gestores, professores e apoio escolar.	70%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.

16.3	Ampliar programa de composição de acervo das obras didáticas, paradidáticas e de literatura, dicionários a serem disponibilizados para professores e professoras da rede pública, através do regime colaborativo, parcerias e recursos próprios;	Aquisição contínua de acervos via PNLD e recursos próprios municipais de 2016 a 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada, atendendo integralmente ao previsto no PME.
16.4	Instituir programa específico de acesso a bens culturais, disponibilizando cartão vale cultura para os profissionais da educação básica até o final do segundo ano de vigência do plano;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME, não havendo registro de ações concretas.
16.5	Implantar portal eletrônico para subsidiar a atuação docente da educação básica, disponibilizando materiais didáticos e pedagógicos suplementares, até o final do segundo ano de vigência do plano;	Ações de 2021 a 2024 indicam funcionamento parcial via 'Educa Pombal' e melhorias no sistema conectado.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.

16.6	Oferecer e ampliar a oferta de bolsas de estudo para graduação e pós-graduação dos professores e demais funcionários da educação básica;	Parceria com Faculdade Dom Luiz até 2020; ausência de atendimento de 2021 a 2024.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.
16.7	Construir um plano de formação continuada no município fortalecendo a prática dos profissionais do magistério da educação básica no prazo vigente de um ano;	Grande volume de formações contínuas de 2017 a 2024, incluindo BNCC, práticas inclusivas, EJA, alfabetização, ensino remoto, currículo, socioemocional, educação infantil e outras.	90%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações em curso e parcialmente implementadas.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Para o indicador 16 A foram considerados todos os professores da educação básica pública e privada, a partir dos dados do INEP (sinopse estatística) e compreendem a série histórica 2016-2023.
2. Para o indicador 16 B foram contabilizados apenas os professores da rede municipal com base nas informações disponibilizadas pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.
3. Seguindo a Lei 173 de 27 de maio de 2020, o Município deixou (temporariamente) de conceder a qualquer título vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remuneração no ano de publicação da Lei devido às questões educacionais no período crítico da PANDEMIA da COVID 19.
4. Segunda A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 61:

5. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos:

I - Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III - Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV - Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 16 prevê que até o final da vigência do PME/PNE 50% dos professores da educação básica possuam pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) e que 100% dos profissionais da educação básica recebam formação continuada em sua área de atuação.

Os resultados demonstram avanço significativo no município:

- Indicador 16A atingiu 53,45% em 2020, mantendo índices próximos de 50% em diversos anos. Apesar da queda registrada em 2024 (46,97%), o município ultrapassou o objetivo de 50% em parte do decênio, sendo considerado alinhado à meta.

- Indicador 16B – atingiu 100% durante todo o período analisado, demonstrando forte investimento municipal em formação continuada.

Os indicadores mostram que a Meta 16 obteve os melhores resultados entre todas as metas da dimensão de valorização profissional, especialmente no que se refere à política de capacitação permanente.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas

- Dados do INEP não detalham todos os perfis de formação por instituição privada, o que limita a precisão do monitoramento.
- Necessidade de integração mais consistente entre formação inicial, continuada e prática pedagógica.
- Impactos temporários da Lei Complementar 173/2020, que limitou avanços salariais e benefícios durante a pandemia, afetando políticas de formação apoiadas pela prefeitura.
- Falta de informação consolidada sobre profissionais que atuam em mais de uma etapa de ensino.

3. Desafios e limitações na execução da meta

- Consolidar política municipal de formação continuada com estrutura digital mais robusta.
- Ampliar a oferta de pós-graduação, reduzindo a dependência de instituições externas.
- Assegurar que os profissionais de apoio também participem de formações de forma sistemática.
- Reestruturar o apoio financeiro e institucional para formação acadêmica após a suspensão provocada pela pandemia.
- Garantir melhor integração entre treinamento pedagógico e necessidades reais das escolas.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

- Criar plataforma única municipal de formação, integrando inscrições, certificações e materiais pedagógicos.
- Estabelecer parcerias permanentes com universidades públicas (UNEB, IFBA, UFBA, UFS) para oferta local de pós-graduação.
- Retomar e ampliar programas de bolsas e incentivos para pós-graduação dos docentes.
- Desenvolver programa de formação continuada alinhado às avaliações externas, com foco em alfabetização e anos finais.
- Criar política própria de fomento à pesquisa pedagógica no município.
- Instituir sistema municipal de progressão por formação, articulando carreira e qualificação.

META 17

VALORIZAR OS(AS) PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE FORMA A EQUIPARAR SEU RENDIMENTO MÉDIO DOS(AS) DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, ATÉ O FINAL DO SEXTO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE

➤ Diretrizes para a valorização dos (as) profissionais da educação:

Valorização dos (as) profissionais da educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas

Privada e Pública

Público Avaliado

Professores da educação básica

Objetivos da Meta

Valorização do professor (equiparação de rendimento entre professores e não professores)

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Ausência de base de dados segura

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta

Realizar pesquisa municipal mais detalhada

Buscar fontes municipais próprias de coleta de dados

INDICADORES DA META

INDICADOR 17 A

Descrição: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade

Abordagem

Valorização do professor (equiparação de rendimento entre professores e não professores)

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

- 2016 – SD
- 2017 – SD
- 2018 – SD
- 2019 – SD
- 2020 – SD
- 2021 – SD
- 2022 – SD
- 2023 – SD
- 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

Sem base de dado adequada para devida medida

Nº	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Es- timado	Status Final	Justificativa Téc- nica
17.1	Garantir no prazo de 1 (um) ano o cumprimento da Lei nº 11.738/2008, possibilitando a todos os profissionais o terço de sua carga horária para planejamento;	Registro contínuo do Plano de Carreira (Lei Complementar 049/2016) entre 2016 e 2024.	40%	Em de- senvolvi- mento	A estratégia apre- senta ações parciais registradas ao longo da vigência.
17.2	Valorizar os demais trabalhadores da educação através de uma política salarial que garanta piso profissional a partir da sua qualificação, experiência e titulação;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não ini- ciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.
17.3	Identificar o número de profissionais do magistério sem gradu- ação plena, ampliando o número de vagas para habilitação em 100% desses profissionais;	Registros anuais entre 2016 e 2024 com redução contínua do número de profissio- nais sem graduação.	90%	Em de- senvolvi- mento	A estratégia apre- senta ações parciais

					registradas ao longo da vigência.
17.4	Realizar levantamento para promover concurso público para preenchimento de vagas nas áreas do magistério e suporte técnico-administrativo;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.
17.5	Garantir que 70% dos profissionais de educação em cargos de direção, coordenação e supervisão sejam do quadro efetivo;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.
17.6	Promover aos profissionais do magistério a progressão do nível profissional, bem como sua permanência em áreas específicas do conhecimento;	Registros de 2016 a 2024 indicam ausência de ações específicas.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.
17.7	Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas visando ampliar oferta de especialização, mestrado, doutorado e pesquisa;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.
17.8	Assegurar aos trabalhadores da educação cursos de aperfeiçoamento nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, educação ambiental e educação especial, voltados para a qualidade do trabalho na sua área de atuação.	Formações entre 2017 e 2024: práticas inclusivas, LIBRAS, ensino remoto, metodologias ativas, socioemocional, autismo e educação inclusiva.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. A Meta 17 do PME tem como objetivo central a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o ano de 2021.
2. Um valor de 100% expressaria que a média salarial de professores e não professores é equivalente.
3. O indicador não foi calculado devido à incompatibilidade de algumas variáveis importantes para o cálculo do valor percentual.

AValiação FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 17 determina que, até o final do sexto ano de vigência do PME/PNE, o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica seja equiparado ao rendimento dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

O indicador 17A, que deveria medir essa relação percentual, permaneceu sem dados (SD) durante todo o decênio (2016–2024). A ausência de bases confiáveis, tanto no âmbito municipal quanto nas bases nacionais com recorte local, impossibilitou o cálculo.

Assim, não foi possível avaliar o cumprimento da meta, já que não houve condições técnicas para mensurar a equiparação salarial entre professores e demais profissionais.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

- Inexistência de base de dados municipal sobre rendimentos médios de profissionais por nível de escolaridade.
- Falta de integração entre dados das redes municipal, estadual e federal.
- Ausência de instrumentos de coleta sistemática sobre rendimentos dos profissionais não docentes no município.
- Variáveis essenciais à fórmula do indicador não estão disponíveis no nível local.
- Dependência de dados amostrais do IBGE, que não fornecem informações com granularidade municipal e anual para essa finalidade.

3. Ações, programas e iniciativas realizadas (2016–2024)

A análise das estratégias evidencia avanços pontuais, mas também grandes lacunas, especialmente no que diz respeito à política salarial e mecanismos formais de valorização. Seguem os principais destaques:

- Cumprimento da Lei 11.738/2008:
- Registros contínuos do Plano de Carreira (Lei Complementar nº 049/2016), garantindo progressões e organização da jornada docente, com destaque para ações relacionadas ao terço de hora-atividade.
- Monitoramento anual aponta redução progressiva de professores sem graduação ao longo do período, resultado de adequações da rede e incentivo à conclusão da formação.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Necessidade de concursos públicos para suprir carências e reduzir contratos temporários.
- Baixa institucionalização das parcerias com instituições de ensino superior.
- Insuficiência de mecanismos de incentivo para continuidade e permanência docente em áreas específicas.
- Limitações na coleta de dados, impedindo análise adequada do indicador principal.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

- Retomar e fortalecer parcerias com universidades públicas visando à qualificação docente.
- Realizar concurso público para suprimento de vagas e fortalecimento do quadro efetivo.
- Desenvolver programa permanente de formação e desenvolvimento de carreira, integrando formação inicial, continuada e incentivo acadêmico.
- Ampliar políticas de apoio à saúde mental, condições de trabalho e permanência docente.

META 18

ASSEGURAR, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS (AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA DE TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO E, PARA O PLANO DE CARREIRA DOS (AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, TOMAR COMO REFERÊNCIA O PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL, DEFINIDO EM LEI FEDERAL, NOS TERMOS DO INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- Diretrizes para a valorização dos (as) profissionais da educação:

Valorização dos (as) profissionais da educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas

Privada e Pública

Público Avaliado

População com ensino médio completo

Objetivos da Meta

Valorização dos profissionais da educação – Plano de carreira

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldade de coleta através do INEP

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta

INDICADORES DA META

INDICADOR 18 A

Descrição: Os profissionais (professores) que atuam nos sistemas de ensino da educação básica (pública) presentes no município possuem PCR?

Abordagem

Valorização dos profissionais da educação – Plano de carreira

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%

2017 – 100%

2018 – 100%

2019 – 100%

2020 – 100%

2021 – 100%

2022 – 100%

2023 – 100%

2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 18 B

Descrição: O Município prevê o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%

2017 – 100%

2018 – 100%

2019 – 100%

2020 – 100%

2021 – 100%

2022 – 100%

2023 – 100%
2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 18 C

Descrição: O Município atende ao piso salarial nacional profissional (PSNP) do magistério?

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
2017 – 100%
2018 – 100%
2019 – 100%
2020 – 100%
2021 – 100%
2022 – 100%
2023 – 100%
2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 18 D

Descrição: O Município possui plano de carreira e remuneração (PCR) dos profissionais da educação não docentes?

Resultados em Série Histórica

2016 – 0%
2017 – 0%
2018 – 0%
2019 – 0%
2020 – 0%
2021 – 0%

<p>2022 – 0%</p> <p>2023 – 0%</p> <p>2024 – 0%</p> <p>Alcançou o objetivo? NÃO</p>

ESTRATÉGIAS DA META					
Nº	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Estimado	Status Final	Justificativa Técnica
18.1	Garantir a realização por parte da administração municipal de três plenárias para apresentação e discussão do Plano de Carreira dos profissionais de educação, até dezembro de 2015;	Lei Complementar nº 049/2016 instituiu o Plano de Carreira.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
18.2	Garantir a apresentação de um plano único de carreira e remuneração dos trabalhadores em educação do município de Ribeira do Pombal no primeiro ano de vigência do PME;	Registros de 2016 a 2024 indicam tramitação parcial, sem consolidação final.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
18.3	Criar comissões de estudos, formadas por profissionais da educação, para subsidiar órgãos competentes em possíveis reestruturações dos planos de carreira profissional a cada dois anos;	Comissão criada em 2016; ausência de continuidade nos anos seguintes.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
18.4	Promover licenças remuneradas para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu, modalidade presencial e área específica de atuação;	Licenças concedidas continuamente de 2016 a 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
18.5	Garantir ao magistério valorização e remuneração adequada, com piso próprio, promoção funcional por mérito e formação continuada;	Reajustes anuais, incentivo à formação e parcerias com instituições de ensino.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
18.6	Estruturar a rede pública de educação para que a promoção de cargos ocorra por concurso público local, Prova Nacional ou comprovação curricular;	Registros de 2016 a 2024 indicam não atendimento.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Como consta no relatório de monitoramento do PNE ciclo 4, a Meta 18 trata de planos de carreira e piso salarial para os profissionais da educação pública. O monitoramento da Meta 18 envolve a verificação: I) da existência de plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação; II) do cumprimento

da Lei nº 11.738/2008, que estabelece a aplicação do piso salarial nacional profissional (PSNP) como valor mínimo proporcional do vencimento básico e o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos pelos profissionais do magistério. Apresenta ainda informações sobre o percentual de profissionais do magistério ocupantes de cargos de provimento efetivo nas redes estadual e municipal.

2. Como metodologia para aferir os indicadores foi considerado o valor percentual de 100% para representar a afirmação esperada pela meta: sim.
3. A Lei nº 11.738/2008, que define o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica como vencimento básico e a composição da jornada de trabalho com no máximo 2/3 em sala de aula, e o mínimo de 1/3 em atividades de planejamento, coordenação e avaliação do trabalho didático, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF a declarou constitucional.
4. Conforme preceitua a Lei nº 11.494/2007, Lei do FUNDEB, em seu art. 15, o Poder Executivo da União deve publicar o VAA, definido nacionalmente, para cálculo do índice de atualização do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica pública.
5. A Lei do PNE definiu uma nova abrangência para os profissionais que devem ter suas carreiras regulamentadas, tendo em vista que, além dos que desenvolvem funções de docência e de suporte à docência, foram acrescentados os trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, conforme se encontra no artigo 61 da LDB (Lei nº 9.394/1996), alterado pela Lei nº 12.014/2009.
6. No município de Ribeira do Pombal não há plano de carreira para os demais profissionais da educação que não são professores.
7. A referência para o vencimento inicial da carreira é o piso salarial profissional nacional.
8. A educação básica do município é atendida dentro de dois sistemas de ensino: municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e estadual (Ensino Médio).
9. A Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020, alterou parâmetros operacionais do FUNDEB para o exercício de 2020.
10. A Meta 18 foi parcialmente atendida: os indicadores 18 A e 18 D demonstram que os professores possuem PCR e este toma como referência o piso salarial nacional profissional, enquanto o indicador 18 B resultou em 0%, o que representa a ideia de que os demais profissionais da educação não possuem planos de carreira. O indicador 18 C não foi medido por ausência de dados.

AValiação FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 18 estabelece que todos os sistemas de ensino assegurem, no prazo de dois anos, planos de carreira para profissionais da educação básica e superior, tomando como referência o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e a composição da carga horária prevista na Lei nº 11.738/2008.

O Indicador 18A, referente à existência de Plano de Carreira para professores da educação básica, apresentou 100% em todos os anos de 2016 a 2024. O Plano de Carreira instituído pela Lei Complementar nº 049/2016 assegura critérios de progressão, promoção e vencimento.

O Indicador 18B, relacionado ao cumprimento dos 2/3 da carga horária para interação com educandos, também manteve 100% durante toda a série histórica, demonstrando que o município atende ao disposto na Lei do Piso (Lei nº 11.738/2008).

O Indicador 18C, que trata do atendimento ao Piso Salarial Profissional Nacional, apresentou 100% nos registros oficiais, indicando que o vencimento básico segue o valor atualizado segundo os parâmetros do FUNDEB. Entretanto, o Indicador 18D, referente à existência de plano de carreira para profissionais da educação não docentes, permaneceu em 0% durante todo o decênio, evidenciando a inexistência de regulamentação específica para estes profissionais.

Dessa forma, a Meta 18 é considerada parcialmente atendida, com forte desempenho para o magistério, mas ausência total de regulamentação da carreira dos demais trabalhadores da educação.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas

- Ausência de plano de carreira para os profissionais não docentes da educação, como secretários escolares, porteiros, merendeiras, auxiliares e demais trabalhadores da rede.
- Necessidade de revisão periódica das carreiras e da estrutura remuneratória, visando atualização e valorização profissional contínua
- Limitações no monitoramento por ausência de dados oficiais mais detalhados sobre a carreira dos trabalhadores não docentes, dificultando análises mais precisas.
- Descontinuidade das comissões internas de estudo e revisão das carreiras profissionais, o que comprometeu o avanço de algumas estratégias. Além disso, não houve consolidação definitiva do plano único de carreira previsto na Estratégia 18.2, permanecendo em desenvolvimento parcial.

4. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

- Instituir Plano de Carreira e Remuneração para os trabalhadores não docentes, conforme determina o artigo 61 da LDB.
- Criar uma Comissão Permanente de Carreira, com calendário regular de revisão, acompanhamento e atualização das políticas remuneratórias.
- Aperfeiçoar mecanismos de avaliação, progressão funcional e reconhecimento de mérito, promovendo maior valorização institucional.
- Ampliar a política de licenças remuneradas para formação e qualificação profissional.

- Integrar critérios de carreira às políticas de melhoria do clima organizacional, saúde ocupacional e valorização profissional, fortalecendo a permanência e o compromisso dos trabalhadores com a educação pública municipal.

META 19
<p>TABELA 1: APRESENTAÇÃO DA META</p> <p style="text-align: center;">ASSEGURAR CONDIÇÕES, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, ASSOCIADA A CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E À CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS, PREVENDO RECURSOS E APOIO TÉCNICO DA UNIÃO PARA TANTO.</p>
<p>➤ Diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos:</p> <p>Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.</p> <p>-----</p> <p style="text-align: center;">CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META</p> <p>Redes de Ensino Avaliadas Pública</p> <p>Público Avaliado Escolas públicas</p> <p>Objetivos da Meta Gestão Democrática</p> <p>Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos Sem dificuldade de coleta através do INEP</p> <p>Recomendações da ETMA para o Próximo PME Acompanhar continuamente o objetivo da meta</p>

INDICADORES DA META

INDICADOR 19 A

Descrição: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado ou eleição com participação da comunidade escolar

Abordagem

Gestão democrática

Objetivo

100%

Prazo

2017

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%

2017 – 100%

2018 – 100%

2019 – 100%

2020 – 100%

2021 – 100%

2022 – 100%

2023 – 100%

2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 19 B

Descrição: Percentual de escolas públicas que recebem recursos financeiros dos entes federados

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
 2017 – 100%
 2018 – 100%
 2019 – 100%
 2020 – 100%
 2021 – 100%
 2022 – 100%
 2023 – 100%
 2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 19 C

Descrição: Percentual de escolas públicas com projetos político-pedagógicos de construção participativa

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
 2017 – 100%
 2018 – 100%
 2019 – 100%
 2020 – 100%
 2021 – 100%
 2022 – 100%
 2023 – 100%
 2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 19 D

Descrição: As redes de ensino presentes no município possuem (estabelecidos por Lei) os seus próprios Sistemas de Ensino: Rede municipal – Sistema Municipal de Ensino, Rede estadual (ensino médio) – Sistema Estadual de Ensino?

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
 2017 – 100%
 2018 – 100%
 2019 – 100%
 2020 – 100%
 2021 – 100%
 2022 – 100%
 2023 – 100%
 2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

INDICADOR 19 E

Descrição: O município possui instituído os conselhos educacionais: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho do FUNDEB e Conselho da Alimentação Escolar (CAE)?

Resultados em Série Histórica

2016 – 100%
 2017 – 100%
 2018 – 100%
 2019 – 100%
 2020 – 100%
 2021 – 100%
 2022 – 100%
 2023 – 100%
 2024 – 100%

Alcançou o objetivo?

SIM

ESTRATÉGIAS DA META					
Nº	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Es-ti-mado	Status Final	Justificativa Técnica
19.1	Aplicar provas específicas a fim de observar e definir critérios e habilidades para o provimento dos cargos de diretores escolares;	Decreto nº 047/2022 definindo critérios de mérito; aplicação de prova específica em 2023; ação concluída em 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.2	Propor a criação de lei que regulamente as eleições diretas dos dirigentes das escolas municipais fixando-lhes regras claras, considerando mérito e desempenho, para eleição, reeleição e destituição do cargo no caso de baixo desempenho;	Discussões e regulamentação via Decreto nº 047/2022; implementação parcial em 2023 e 2024.	60%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
19.3	Incentivar a criação de grêmios livres estudantis nas unidades escolares, para assegurar condições para seu funcionamento e o fortalecimento da participação dos estudantes, a partir do primeiro ano de vigência do plano;	Movimentações internas registradas entre 2016 e 2024, com fortalecimento parcial da participação estudantil.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
19.4	Assegurar o caráter de transparência e publicidade para as eleições diretas da direção escolar na rede pública de ensino;	Regulamentação por meio do Decreto nº 047/2022; ações concluídas em 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.5	Viabilizar a divulgação das prestações de conta dos recursos destinados à educação em linguagem acessível para a população, a partir da aprovação do PME;	Apresentações semestrais na Câmara Legislativa entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.6	Fomentar e apoiar os conselhos escolares, fortalecendo a autonomia, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações;	Reativação dos conselhos escolares em 2022, formações em 2023 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.7	Garanti no primeiro ano de vigência do PME a realização de audiências públicas para a discussão das ações do CME;	Audiências e discussões contínuas entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.8	Garantir ampla divulgação do calendário de reuniões, ações e resoluções do Conselho Municipal de Educação e dos conselhos escolares nas unidades de ensino, para a sociedade civil organizada e meios de comunicação;	Divulgação contínua anual entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.

19.9	Instituir meio de promover a avaliação institucional nas unidades escolares e nos órgãos gestores do sistema de ensino;	Aplicação de questionários avaliativos em todas as escolas em 2022, 2023 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.10	Assegurar planejamento de ações intersetoriais com secretarias diversas na execução de programas e projetos da educação;	Programas: Saúde na Escola, Faça Bônito, Lei Menino Bernardo, Setembro Amarelo, Semana do Meio Ambiente, Horta Escolar, Educa Trânsito, Campeonatos Esportivos.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.11	Acompanhar e avaliar, permanentemente, com participação da comunidade e CME, as políticas públicas da educação;	Prestação de contas periódica em sessões extraordinárias do CME entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.12	Implementar políticas de formação para os funcionários responsáveis pela merenda escolar;	Formações anuais entre 2021 e 2024 para manipuladores de alimentos.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.13	Garantir a publicização do Plano de Ações Articuladas na comunidade escolar a partir do primeiro ano de vigência deste plano;	Elaboração e apresentação anual dos planos de ação das escolas entre 2016 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.14	Ampliar programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos municipais, garantindo recursos, estrutura e transporte;	Encontros mensais do CACS-FUNDEB, CAE e CME; reativação dos conselhos escolares; formações em 2023 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
19.15	Constituir fóruns permanentes de educação para coordenar conferências municipais e acompanhar o PNE;	Fórum constituído, porém sem regularidade nas conferências anuais.	40%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
19.16	Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;	Orientação contínua, porém não atingindo 100% das escolas.	60%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
19.17	Desenvolver em regime de colaboração com o estado programa de formação de diretores e gestores escolares;	Ciclos formativos via IAT (2020–2023); mentoria para diretores em 2023.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
19.18	Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;	Orientação contínua, porém não atingindo 100% das escolas (mesma ação da 19.16).	60%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas

					ao longo da vigência.
19.19	Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares e aplicar prova específica para subsidiar definição de critérios objetivos;	Decreto nº 047/2022; prova específica aplicada em 2023; ação concluída em 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Gestão democrática da educação é uma expressão polissêmica aberta a diferentes significados construídos no decorrer da história da educação brasileira. Ressalta-se que a complexidade que envolve o conceito não pode ser suficientemente definida apenas pelas formulações deste relatório.
2. Como metodologia para aferir os indicadores foi considerado o valor percentual de 100% para representar a afirmação “SIM” esperada pela meta.
3. Os Indicadores de 19 A – 19 E são calculados considerando a razão entre o total de instituições de ensino em funcionamento e o total que atende positivamente ao esperado.
4. O Fórum Municipal de Educação, os Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e os Conselhos de Alimentação Escolar são espaços de participação da sociedade para a formulação e acompanhamento, e em alguns casos de controle, da política educacional municipal, colaborando assim com os objetivos da gestão democrática.
5. O PPP das escolas e a garantia do Sistema de Ensino próprio também colaboram para a efetivação do processo democrático e transparente da educação municipal.
6. Os indicadores desta meta foram definidos pela ETMA a partir das atualizações observadas nos relatórios anuais do PNE e das considerações sobre organizações educacionais que alinhem, contribuam e garantam a gestão democrática participativa e transparente.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 19 estabelece a garantia de condições para a efetivação da gestão democrática da educação, articulando critérios técnicos de mérito e desempenho com a consulta pública à comunidade escolar e assegurando apoio técnico e financeiro dos entes federados.

Os indicadores 19A a 19E apontam que, ao longo de todo o decênio (2016–2024), o município manteve 100% de atendimento em todos os parâmetros definidos.

O Indicador 19A demonstra que todas as escolas públicas realizam a seleção de diretores por meio de processo seletivo qualificado e/ou eleição com participação da comunidade escolar.

O Indicador 19B confirma que 100% das escolas públicas recebem recursos financeiros provenientes dos entes federados.

O Indicador 19C evidencia que todas as escolas públicas possuem Projetos Político-Pedagógicos (PPP) elaborados de forma participativa.

O Indicador 19D mostra que as redes presentes no município, municipal e estadual, possuem sistemas de ensino próprios institucionalizados por lei.

O Indicador 19E comprova que o município conta com Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) instituídos e em funcionamento.

Dessa forma, a Meta 19 pode ser considerada alcançada, com forte evidência de práticas de gestão democrática institucionalizadas no sistema municipal de ensino.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

Embora os indicadores apresentem resultado de 100% em todos os anos, alguns desafios qualitativos foram observados:

- Necessidade de ampliar e fortalecer a participação estudantil, sobretudo por meio de grêmios estudantis, ainda em processo de consolidação.
- Descompasso entre a existência formal de espaços de participação, como conselhos, fóruns e PPP, e o nível real de engajamento da comunidade escolar em todos os territórios.
- Garantia de regularidade plena das conferências de educação no âmbito do Fórum Municipal de Educação.
- Persistência de limites na autonomia efetiva de todas as unidades escolares, especialmente quanto à gestão administrativa e financeira, que ainda não atinge 100% das escolas.

3. Ações, programas e iniciativas realizadas (2016–2024)

As estratégias da Meta 19 demonstram um conjunto robusto de ações, muitas delas concluídas:

- Regulamentação do provimento de cargos de direção com base em critérios técnicos de mérito e desempenho, por meio do Decreto nº 047/2022, incluindo aplicação de prova específica em 2023 e conclusão do processo em 2024.
- Transparência e publicidade nas eleições de diretores escolares, bem como a divulgação periódica das prestações de contas dos recursos da educação, incluindo apresentações semestrais na Câmara.

- Reativação e fortalecimento dos conselhos escolares, com formações e apoio técnico, além da realização de audiências públicas para discussão das ações do CME ao longo do decênio.
- Divulgação contínua de calendários, resoluções e ações do CME e dos conselhos escolares, assim como a implementação de avaliação institucional nas escolas e nos órgãos gestores por meio de questionários aplicados em 2022, 2023 e 2024.
- Articulação intersetorial com outras secretarias em programas como Saúde na Escola, Faça Bonito, Lei Menino Bernardo, Setembro Amarelo, Semana do Meio Ambiente, Horta Escolar, Educa Trânsito e campeonatos esportivos.
- Formações anuais para manipuladores de alimentos responsáveis pela merenda escolar, publicização anual dos Planos de Ação das escolas e do Plano de Ações Articuladas (PAR), além da ampliação do apoio e formação aos conselhos CACS-FUNDEB, CAE e CME.
- Regulamentação das eleições diretas de dirigentes escolares, o fortalecimento dos grêmios estudantis, a constituição do Fórum Permanente de Educação, a ampliação da autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas e os programas de formação de diretores e gestores escolares.

Essas ações evidenciam um cenário de forte institucionalização da gestão democrática, ao mesmo tempo em que revelam aspectos que ainda demandam consolidação.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Consolidar a participação estudantil organizada por meio da implantação e fortalecimento de grêmios estudantis em todas as escolas. Também é necessário ampliar a autonomia pedagógica, financeira e administrativa das unidades escolares, garantindo condições para uma gestão mais compartilhada com a comunidade.
- Reforçar a regularidade das conferências municipais de educação, coordenadas pelo Fórum Municipal, assegurando continuidade e participação efetiva.
- Qualificar contínua dos processos de eleição e seleção de diretores, especialmente no equilíbrio entre critérios técnicos e participação comunitária. Assegurar que conselhos e fóruns sejam espaços efetivos de debate, deliberação e controle social, e não apenas instâncias formais de representação.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

Para o próximo ciclo do Plano Municipal de Educação, recomenda-se:

- Fortalecer e universalizar a criação e o funcionamento de grêmios estudantis nas escolas, com apoio formativo e normativo.

- Consolidar processos de autonomia escolar, com ampliação da gestão financeira descentralizada e formação específica para gestores e conselhos.
- Estabelecer calendário fixo e participativo de conferências municipais de educação, articuladas ao PNE e ao novo PME.
- Manter e aperfeiçoar os processos de seleção e eleição de dirigentes, integrando avaliação de desempenho, formação em gestão e participação da comunidade escolar.
- Ampliar a transparência ativa, com linguagem acessível e canais públicos de divulgação das ações, decisões e recursos da educação.
- Intensificar o apoio à formação de conselheiros e lideranças escolares, garantindo que compreendam plenamente seu papel no fortalecimento da gestão democrática.

META 20

AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FORMA A ATINGIR, NO MÍNIMO, O PATAMAR DE 7% (SETE POR CENTO) DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB DO PAÍS NO 5º (QUINTO) ANO DE VIGÊNCIA DESTA LEI E, NO MÍNIMO, O EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO PIB AO FINAL DO DECÊNIO.

➤ Diretrizes para o financiamento da educação:

Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Redes de Ensino Avaliadas

Pública

Objetivos da Meta

Financiamento da educação

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Texto da meta com necessidade de adequação para avaliação adequada

Dificuldade da ETMA sobre o monitoramento de metas que tratam de financiamento

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta

INDICADORES DA META

INDICADOR 20 A

Descrição: Gasto público em educação pública em proporção ao PIB

Abordagem

Financiamento da educação

Objetivo

7%

Prazo

2020

Resultados em Série Histórica

- 2016 – SD
- 2017 – SD
- 2018 – SD
- 2019 – SD
- 2020 – SD
- 2021 – SD
- 2022 – SD
- 2023 – SD
- 2024 – SD

Alcançou o objetivo?

Indicador não medido a partir da descrição da meta, a qual foi monitorada com base na receita do MDE – fonte 01 (25%)

ESTRATÉGIAS DA META

Nº	Descrição da Estratégia (Texto Integral)	Ações Executadas (2016–2024)	% Es-ti-mado	Status Final	Justificativa Técnica
20.1	Assegurar recursos na Lei Orçamentária Anual – LOA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para a implantação do PME nos planos plurianuais do Município e do Estado;	O Município previu recursos específicos no PPA, LDO e LOA garantindo a viabilidade financeira para ações, programas e metas do PME.	100%	Conclu-ída	A estratégia foi plenamente execu-tada.

20.2	Acompanhar e monitorar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, as ações previstas e as aplicações dos recursos financeiros da Educação Municipal previstos em Lei;	Acompanhamento contínuo pelos setores administrativo e contábil, com participação do CACS-FUNDEB e CAE.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
20.3	Construir e/ou ampliar prédios escolares, garantindo padrões adequados de infraestrutura e acessibilidade, de acordo com a modalidade educacional ofertada, dotando espaços adequados para práticas esportivas, biblioteca, salas de vídeo e laboratórios;	Construção e ampliação de prédios escolares em parceria com Governo Federal, Estadual e recursos próprios.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
20.4	Destinar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, recursos para compra de insumos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, ilustrativos, bibliográficos e aquisição de mobiliários e equipamentos;	Aquisição de livros, kits de ciências, computadores, tablets, softwares, materiais audiovisuais, mobiliário e equipamentos de laboratório.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
20.5	Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com União e Estado, para solucionar problemas de transporte escolar urbano e rural;	Recursos recebidos via PNATE e PAR (Emenda Parlamentar) para manutenção e pagamento de despesas do transporte escolar.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
20.6	Garantir a partir do primeiro ano, transporte escolar para alunos residentes prioritariamente na zona rural, dentro dos padrões básicos de segurança;	Transporte garantido via PNATE, Caminho da Escola e PETE Bahia; formações para motoristas e vistorias periódicas.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
20.7	Ampliar e garantir oferta de transporte escolar adaptado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;	Quatro ônibus adaptados; transporte adaptado na sede; necessidade de ampliar para zona rural.	60%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.
20.8	Garantir a partir do primeiro ano de vigência do plano, meios de ingresso dos profissionais de educação em IES e universidades, via convênios, em cursos de licenciatura e formação continuada;	Registros indicam ausência de ações consolidadas para convênios e ingresso institucionalizado.	0%	Não iniciada	A estratégia não foi implementada até o final da vigência do PME.

20.9	Prever, a partir do primeiro ano deste plano, verba orçamentária para formação permanente dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;	Recursos garantidos em PPA, LDO e LOA para formação permanente.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
20.10	Assegurar o cumprimento dos Artigos 70 e 71 da LDB, que definem os gastos admitidos com manutenção e desenvolvimento do ensino;	Cumprimento dos artigos através do uso de recursos do FUNDEB e aplicação mínima de 25% da receita de impostos.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada.
20.11	Aplicar recursos financeiros permanentes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e modalidades da educação, observando políticas de colaboração entre Estado e Município, especialmente FUNDEB;	Investimentos permanentes conforme condicionalidades do FUNDEB.	80%	Em desenvolvimento	A estratégia apresenta ações parciais registradas ao longo da vigência.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Antes de avaliar a Meta 20 dentro do Plano Municipal de Educação, é importante compreender as dificuldades dos caminhos percorridos no monitoramento do PNE para a elaboração de seus próprios indicadores.
2. A Meta 20 do Plano Municipal de Educação (PME) é acompanhar o investimento em educação pública, de forma a atingir os percentuais previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), porém não foi criado nenhum indicador específico para esse acompanhamento nos primeiros relatórios do Plano Nacional.
3. No Relatório do ciclo V do monitoramento do PNE foram apresentadas interpretações acerca da elaboração de indicadores para atendimento da meta, chegando à análise sobre indicativos que apresentassem gastos na educação em geral e na educação pública através das seguintes medidas:
 - Indicador 20 A – “Gasto público em educação pública em proporção ao PIB”: as despesas pagas e restos a pagar pagos do governo federal, dos governos estaduais e do Distrito Federal e dos governos municipais durante o respectivo exercício na realização de atividades educacionais em instituições públicas de ensino e pesquisa educacional em proporção ao PIB.
 - Indicador 20 B – “Gasto público em educação em proporção ao PIB”: além dos recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios

concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do artigo 213 da Constituição Federal em proporção ao PIB.

4. As principais fontes de dados utilizadas ainda não conseguem disponibilizar informações suficientes sobre os gastos financeiros de todos os municípios para cálculo do indicador do PNE, a exemplo do SIOPE.
5. Fontes utilizadas pelo monitoramento do PNE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI/Tesouro Gerencial), para os gastos do governo federal em aplicações diretas e transferências, e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE/FNDE), para a aferição dos gastos de estados, Distrito Federal e municípios.
6. Para avaliar a Meta 20 dentro do Plano Municipal de Educação não há indicativos diretos em proporção ao PIB. Caberia aqui alteração da Lei.
7. Não há indicador da meta que atenda às possibilidades de medida para o monitoramento municipal.
8. Como forma de monitorar os gastos educacionais municipais, sem relação com o PIB, a ETMA passará a utilizar dados complementares a partir deste relatório.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 20 estabelece que o investimento público em educação alcance 7% do PIB no quinto ano de vigência do PNE e 10% do PIB ao final do decênio. Entretanto, no âmbito municipal, não há condições técnicas para aferir o indicador da forma prevista, uma vez que a proporção do gasto municipal em relação ao PIB não é disponibilizada por nenhuma base oficial, incluindo SIOPE, Tesouro Gerencial ou INEP.

O indicador 20A permaneceu sem dados (SD) de 2016 a 2024, sendo impossível verificar a proporção da receita municipal em relação ao PIB nacional ou local. Assim, não é possível afirmar se a meta foi alcançada em sua formulação original.

Diante da ausência de indicador adequado, a ETMA adotou como referência complementar o gasto mínimo constitucional com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE – 25%), que é monitorado, mas que não substitui o indicador original da meta.

Portanto, a avaliação do decênio aponta que a Meta 20 não pôde ser medida, devendo ser reformulada no novo PME para permitir monitoramento adequado no nível municipal.

2. Dificuldades e inconsistências identificadas nos monitoramentos

- O SIOPE não oferece medição da proporção gasto/PIB no âmbito local, e os dados de gasto por esfera federativa utilizados pelo PNE não possuem recorte municipal específico.
- Não há parâmetros legais claros que permitam o cálculo da fórmula no município, o que inviabiliza tecnicamente o monitoramento da meta.
- A redação da meta, quando transposta do PNE para o PME, não sofreu as adequações necessárias à realidade municipal, tornando seu acompanhamento impraticável durante toda a vigência do plano.

Esses fatores impediram que o município mensurasse o desempenho do financiamento educacional em relação ao PIB.

3. Ações, programas e iniciativas realizadas (2016–2024)

Apesar da impossibilidade de calcular o indicador principal, as ações das estratégias da Meta 20 mostram avanços importantes na garantia do financiamento educacional e na estruturação das políticas públicas:

- Asseguramento de recursos específicos na LOA, LDO e PPA para implementação do PME, garantindo a viabilidade financeira das ações e programas educacionais.
- Compras de insumos didáticos, tecnológicos e mobiliários, incluindo livros, kits de ciências, tablets, computadores, softwares, mobiliário e equipamentos de laboratório.
- Recursos para formação permanente dos profissionais da educação foram assegurados em todas as peças orçamentárias do período.
- O município também cumpriu os artigos 70 e 71 da LDB, garantindo a aplicação mínima de 25% da receita de impostos e o uso adequado dos recursos do FUNDEB.
- Monitoramento contínuo das aplicações de recursos com participação do CACS-FUNDEB e CAE, a construção e ampliação de prédios escolares, a política de financiamento para transporte escolar e a garantia de transporte escolar seguro.
- Ampliação parcial do transporte escolar adaptado para estudantes com deficiência, com quatro ônibus adaptados, embora ainda insuficientes para atender toda a zona rural.

- Registros consistentes também foram observados no investimento contínuo em educação infantil, ensino fundamental e demais modalidades.
- A única estratégia não executada foi a realização de convênios com Instituições de Ensino Superior para ingresso de profissionais em licenciaturas.
- Mesmo sem indicador mensurável, o conjunto das ações demonstra forte compromisso municipal com o financiamento da educação pública.

4. Desafios e limitações na execução da meta

- Inadequação da própria redação da meta para o nível municipal, impossibilitando a mensuração objetiva dos resultados.
- Ausência de um indicador aplicável ao monitoramento local comprometeu toda a análise técnica do financiamento educacional em relação ao PIB.
- Necessidade de ampliar investimentos em transporte escolar adaptado, especialmente para estudantes da zona rural e estudantes com deficiência.
- Outro desafio importante foi a necessidade de maior regularidade nos processos de acompanhamento e monitoramento do gasto público em educação.
- Estabelecer uma intersetorialidade mais assertiva.

5. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

Para o próximo ciclo do Plano Municipal de Educação, recomenda-se:

- Adequar a redação da Meta ao contexto municipal, criando um indicador próprio, objetivo e mensurável.
- Definir indicadores baseados na proporção da receita de impostos investida em MDE, no gasto por aluno, no investimento por etapa e modalidade, na evolução do FUNDEB e no investimento por programa.
- Reestruturar a política de convênios com Instituições de Ensino Superior para qualificação da força de trabalho e fortalecimento da formação docente.

- Reforçar o financiamento do transporte escolar adaptado, especialmente nas áreas rurais e para estudantes com necessidades específicas.
- Criar um sistema municipal de monitoramento financeiro educacional anual, permitindo maior controle e planejamento estratégico dos recursos públicos.
- Ampliar a transparência ativa dos gastos educacionais, garantindo acesso público às informações de forma clara e contínua.
- Garantir sustentabilidade financeira para obras, ampliações escolares e manutenção da infraestrutura educacional ao longo do novo decênio.

META 21

ELEVAR O NÚMERO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR NO CENSO ESCOLAR, DE MODO A ALCANÇAR 100% DE DECLARADOS ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTA META.

Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais

- Erradicação do analfabetismo.
- Universalização do atendimento escolar.
- Superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA META

Etapa Avaliada

Educação Infantil e Ensino Fundamental – modalidade regular e EJA

Redes de Ensino Avaliadas

Pública e Privada

Público Avaliado

Estudantes matriculados

Objetivos da Meta

Declaração raça/cor no censo escolar

Dificuldades ou Inconsistências Apresentadas nos Monitoramentos

Sem dificuldades de coleta

Recomendações da ETMA para o Próximo PME

Acompanhar continuamente o objetivo da meta para sua ampliação

Orientar escolas privadas e públicas sobre declarações no ato da matrícula

Anualmente realizar projetos para conscientização de autodeclaração e identidade racial para atualização nos cadastros de matrículas

INDICADORES DA META

INDICADOR 21 A

Descrição: Percentual das matrículas com declaração de raça/cor – Educação Infantil (creche)

Abordagem

Declaração raça/cor

Objetivo

100%

Prazo

2025

Resultados em Série Histórica

2016 – 20,53%

2017 – 27,43%

2018 – 17,92%

2019 – 19,07%

2020 – 10,51%

2021 – 23,35%

2022 – 26,28%
 2023 – 99,14%
 2024 – 98,81%

Alcançou o objetivo?

NÃO, todavia houve expressivo avanço.

INDICADOR 21 B

Descrição: Percentual das matrículas com declaração de raça/cor – Educação Infantil (pré-escola)

Resultados em Série Histórica

2016 – 36,15%
 2017 – 26,92%
 2018 – 23,53%
 2019 – 25,65%
 2020 – 26,47%
 2021 – 28,17%
 2022 – 31,11%
 2023 – 97,42%
 2024 – 98,39%

Alcançou o objetivo?

NÃO, todavia houve expressivo avanço.

INDICADOR 21 C

Descrição: Percentual das matrículas com declaração de raça/cor – Ensino Fundamental Anos Iniciais

Resultados em Série Histórica

2016 – 49,46%
 2017 – 48,62%
 2018 – 47,67%
 2019 – 43,99%
 2020 – 37,05%

2021 – 34,19%
 2022 – 34,22%
 2023 – 95,70%
 2024 – 95,82%

Alcançou o objetivo?

NÃO, todavia houve expressivo avanço.

INDICADOR 21 D

Descrição: Percentual das matrículas com declaração de raça/cor – Ensino Fundamental Anos Finais

Resultados em Série Histórica

2016 – 49,15%
 2017 – 61,11%
 2018 – 57,90%
 2019 – 61,83%
 2020 – 56,37%
 2021 – 61,21%
 2022 – 63,22%
 2023 – 95,03%
 2024 – 94,99%

Alcançou o objetivo?

NÃO, todavia houve expressivo avanço.

INDICADOR 21 E

Descrição: Percentual das matrículas com declaração de raça/cor – EJA do Ensino Fundamental

Resultados em Série Histórica

2016 – 42,87%
 2017 – 55,88%
 2018 – 36,68%
 2019 – 35,15%

2020 – 50,57%
 2021 – 38,37%
 2022 – 36,85%
 2023 – 83,59%
 2024 – 88%

Alcançou o objetivo?

NÃO, todavia houve expressivo avanço.



MONITORAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DA META

Nº DA META	Nº DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO INTEGRAL DA ESTRATÉGIA	AÇÕES EXECUTADAS (2016–2024)	% ESTIMADO ALCANÇADO	STATUS FINAL	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
21	21.1	Levantar dados anuais do Censo Escolar para avaliar os quantitativos de estudantes com declaração de raça/cor.	Realização de orientação aos técnicos do Censo Escolar (2023 e 2024) quanto ao preenchimento de 100% das informações de raça/cor dos estudantes.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
21	21.2	Mobilizar equipes gestoras escolares para atualização de dados sobre declaração de raça/cor no ato das matrículas dos estudantes.	Ação em desenvolvimento entre 2023 e 2024 com formação para diretores escolares e campanhas de orientação às famílias.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
21	21.3	Mobilizar estudantes e respectivos familiares por meio de encontros de 'Família e Escola' e ciclos de palestras para adequações de declaração de	Promoção de atividades voltadas à identidade, diversidade e formação cidadã em 2023 e 2024.	90%	Em desenvolvimento	As ações da estratégia não apresentaram dados específicos que possibilitem gerar percentuais fiéis. Por serem informações mais genéricas, o percentual aqui apresentado foi estimado a partir de uma análise qualitativa dos registros disponíveis.

		raça/cor no ato da matrícula.				
21	21.4	Elaborar projeto de lei municipal que institua o Plano Municipal de Educação Antirracista do município.	Ação iniciada em 2024 com elaboração do plano e encaminhamento ao poder executivo.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME. O desafio atual é a implementação das estratégias previstas no Plano.
21	21.5	Elaborar e implementar no currículo da rede propostas de acordo com as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08.	Efetivação da abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos PPPs e currículos escolares em 2023 e 2024.	90%	Em desenvolvimento	Ainda não atingimos a totalidade em sua efetivação plena, e esta é uma condição inerente à profundidade da transformação pedagógica e cultural que tais leis propõem. Tecnicamente, a efetivação total demanda mais do que a simples inserção de conteúdos nos documentos, envolve formação contínua.
21	21.6	Garantir formação continuada para professores da rede sobre relações étnico-raciais a partir de parcerias com instituições.	Realização de rodas de conversa e formações antirracistas em 2023 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.
21	21.7	Realizar parcerias com organizações públicas, privadas e movimentos sociais comprometidos com a equidade racial.	Mobilização das Secretarias Municipais para suporte/apoio sócio educativo e levantamento de dados	50%	Iniciada	A estratégia foi iniciada.
21	21.8	Garantir recursos humanos e materiais para execução de projetos sobre relações	Elaboração de plano antirracista articulado à aquisição de recur-	70%	Em desenvolvimento	A vasta abrangência da rede municipal, a diversidade de necessidades de cada unidade escolar e a complexidade na aquisição,

		étnico-raciais e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas municipais.	tos (brinquedos, jogos, acervos diversos) em 2023 e 2024.			adequação e distribuição de acervos específicos (brinquedos, jogos, livros) para a totalidade das escolas, somadas à necessidade de capacitação contínua e engajamento efetivo dos recursos humanos, impedem uma finalização absoluta em um período determinado. Estamos em fase de consolidação e expansão gradual, buscando a máxima capilaridade e pertinência desses recursos em todas as instituições.
21	21.9	Revisar e adequar o PPP e o currículo com temáticas da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena conforme Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.	Revisão dos PPPs com inserção das temáticas raciais e promoção de atividades específicas em 2023 e 2024.	100%	Concluída	A estratégia foi plenamente executada. As ações descritas atendem à finalidade original, demonstrando execução efetiva, continuidade e alinhamento com os objetivos do PME.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A Meta 21 foi elaborada pela Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) de Ribeira do Pombal-BA, para inclusão no Relatório de Monitoramento a partir do ano de 2024, com o objetivo de suprir a ausência de acompanhamento sistemático sobre as declarações de raça/cor no âmbito municipal.
2. A Meta considera indicadores essenciais para mensurar o avanço da universalização do atendimento escolar e da superação das desigualdades educacionais, com foco na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, conforme previsto nas diretrizes do PNE/PME.
3. Os indicadores foram organizados exclusivamente com base nas etapas da educação básica ofertadas pela Rede Municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental – Regular e EJA).
4. O Ensino Médio ainda não foi inserido na meta para, inicialmente, a ETMA obter uma avaliação mais precisa sobre o antes e depois do trabalho da rede municipal para declaração dos estudantes. O acompanhamento dessa etapa será incorporado posteriormente, mediante alinhamento com as redes estadual e privada.

5. Embora não atendidas pelo sistema municipal, as instituições privadas que ofertam as mesmas etapas avaliadas foram incluídas nos resultados, na medida em que seus dados constam declarados no Censo Escolar/INEP, reforçando o caráter sistêmico da política educacional da Meta.
6. Registra-se que a insuficiência ou inconsistência no envio das informações pelas instituições privadas ao Censo Escolar ainda limita uma estimativa mais precisa sobre a totalidade da população estudantil do município com declaração racial completa, demandando esforços de orientação e articulação técnica contínua.
7. As tabelas e indicadores presentes no anexo e nos dados complementares abaixo detalham o número de estudantes por raça/cor (declarada e não declarada) na educação básica do município, possibilitando diagnósticos mais objetivos sobre a visibilidade racial no sistema educacional e subsidiando ações pedagógicas de equidade.
8. A inclusão da Meta 21 fortalece o monitoramento das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais, viabilizando a análise de impactos das ações internas implementadas pela SEME, especialmente a partir de 2022, e orientando tomadas de decisão para o próximo ciclo do PME 2026–2036.

AVALIAÇÃO FINAL SOBRE OS MONITORAMENTOS ANUAIS DA META

1. Indicadores e desempenho da meta

A Meta 21 tem como objetivo alcançar 100% das matrículas com declaração de raça/cor registrada no Censo Escolar, promovendo maior visibilidade estatística da população estudantil e fortalecendo as políticas de equidade racial no município.

Os dados da série histórica demonstram avanços expressivos em todas as etapas avaliadas, especialmente a partir de 2023, evidenciando o fortalecimento das ações de conscientização e orientação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Na Educação Infantil – Creche (Indicador 21A), o percentual evoluiu de 20,53% em 2016 para 98,81% em 2024. Na Pré-Escola (Indicador 21B), houve crescimento de 36,15% para 98,39%.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Indicador 21C), o percentual passou de 49,46% para 95,82%, enquanto nos Anos Finais (Indicador 21D), evoluiu de 49,15% para 94,99%.

Na EJA do Ensino Fundamental (Indicador 21E), o crescimento também foi significativo, passando de 42,87% em 2016 para 88% em 2024.

Embora o objetivo de 100% ainda não tenha sido integralmente alcançado em nenhuma das etapas, os resultados demonstram avanço expressivo e consistente, especialmente no biênio 2023–2024, permitindo afirmar que a meta apresentou elevado nível de execução e forte potencial de consolidação no próximo decênio.

Dessa forma, a Meta 21 não foi formalmente alcançada, porém apresentou desempenho altamente satisfatório e significativa evolução no processo de autodeclaração racial no sistema educacional municipal.

2. Ações, programas e iniciativas realizadas (2016–2024)

- Intensificação das orientações às escolas públicas e privadas sobre a importância da correta declaração de raça/cor no ato da matrícula escolar.
- Ações pedagógicas e projetos anuais de conscientização sobre identidade racial, valorização da diversidade e fortalecimento da autodeclaração étnico-racial, contribuindo para atualização dos cadastros escolares.
- Fortalecimento do acompanhamento dos dados censitários e passou a utilizar essas informações como instrumento de planejamento educacional e formulação de políticas públicas de equidade.

As ações implementadas a partir de 2022 foram decisivas para o salto observado nos indicadores de 2023 e 2024, demonstrando impacto direto da mobilização institucional e da sensibilização da comunidade escolar.

3. Desafios e limitações na execução da meta

- Consolidação da autodeclaração racial como prática consciente e permanente no processo de matrícula escolar.
- Ampliação do trabalho formativo com famílias, estudantes e profissionais da educação para fortalecer o reconhecimento identitário e reduzir os casos de omissão ou inconsistência na declaração.
- Articulação com as instituições privadas também precisa ser fortalecida, garantindo maior responsabilidade no envio correto das informações ao Censo Escolar.
- Monitoramento para o Ensino Médio, permitindo uma visão mais completa da trajetória educacional da população estudantil do município.

4. Recomendações para o novo PME (2026–2036)

Para o próximo ciclo do Plano Municipal de Educação, recomenda-se:

- Acompanhar continuamente o objetivo da meta, buscando sua ampliação e consolidação até o alcance integral dos 100%.

- Orientar permanentemente as escolas públicas e privadas sobre a importância da correta declaração de raça/cor no ato da matrícula e no preenchimento do Censo Escolar.
- Realizar anualmente projetos pedagógicos de conscientização sobre autodeclaração racial, identidade étnico-racial e valorização da diversidade, fortalecendo o reconhecimento e pertencimento dos estudantes.
- Ampliar gradualmente a Meta 21 para incluir o Ensino Médio, mediante articulação com as redes estadual e privada, garantindo maior abrangência do monitoramento.
- Utilizar os dados produzidos como base para políticas públicas de equidade, combate ao racismo estrutural e fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais no município.

O encerramento do decênio de vigência do Plano Municipal de Educação de Ribeira do Pombal (2015–2025) evidencia a relevância do planejamento educacional como instrumento estruturante das políticas públicas e como referência permanente para a gestão municipal. O objetivo proposto para esta avaliação foi alcançado, na medida em que o processo permitiu consolidar informações, analisar resultados, compreender tendências e produzir um diagnóstico abrangente da política educacional ao longo de dez anos.

A metodologia utilizada na construção deste Documento Final de Avaliação — sustentada na análise da série histórica de monitoramentos anuais, na sistematização de dados oficiais e na articulação entre diferentes fontes de informação — mostrou-se adequada ao propósito do relatório. Essa abordagem possibilitou identificar, de forma consistente, elementos significativos extraídos dos Relatórios de Monitoramento e das Avaliações anteriores, servindo de base sólida para a compreensão dos avanços e das fragilidades que marcaram o período.

A análise do comportamento das metas ao longo do decênio revelou oscilações importantes, determinadas por fatores estruturais, administrativos e intersetoriais. A leitura contínua da série histórica demonstrou a necessidade de replanejar a política educacional para o próximo ciclo, especialmente no que se refere à definição de metas mais factíveis, à qualificação dos indicadores e ao fortalecimento das condições institucionais para execução e monitoramento. Os aspectos prioritários identificados ao longo das avaliações — tais como fragilidades na coleta de dados, dificuldades intersetoriais, insuficiência de indicadores específicos e ausência de equipes técnicas exclusivas — foram devidamente destacados e incorporados às recomendações para o novo PME.

O decênio também demonstrou progressos relevantes, como o fortalecimento gradual da cultura de monitoramento, a ampliação do uso de dados nas tomadas de decisão e a institucionalização de práticas de planejamento. No entanto, persistem desafios estruturais que demandam atenção especial no próximo ciclo, incluindo a melhoria dos sistemas de informação, a articulação permanente entre secretarias e a consolidação de uma governança intersetorial para apoiar metas que ultrapassam o campo educacional.

Diante desse cenário, recomenda-se que a elaboração da nova lei do PME (2026–2036) seja orientada por metas claras, mensuráveis e alinhadas às capacidades do município, com indicadores acessíveis e metodologias compatíveis com os sistemas nacionais de informação. A institucionalização de uma equipe técnica de monitoramento estável, capacitada e dedicada exclusivamente às ações do plano constitui ação essencial para garantir a continuidade, precisão e coerência dos próximos monitoramentos. Ressalta-se, ainda, a necessidade de programas nacionais de formação específica para equipes municipais, com foco em estatística, análise de dados e construção de indicadores educacionais.

Recomenda-se, igualmente, a criação de mecanismos permanentes de governança intersetorial — como um Comitê Gestor Intersetorial — a fim de assegurar integração entre educação, saúde, assistência social, finanças, planejamento e demais setores estratégicos, fortalecendo a execução das metas. Do ponto de vista da gestão municipal, é indispensável que o PME seja incorporado como instrumento central de planejamento, orientando o orçamento, as prioridades anuais e a execução das

políticas educacionais.

As reflexões apresentadas neste relatório reafirmam a necessidade de que o próximo PME seja construído com maior participação social, maior integração institucional e maior compromisso com a efetividade das políticas públicas. A consolidação desses elementos permitirá que o plano se torne não apenas um documento normativo, mas um instrumento vivo, capaz de orientar o desenvolvimento educacional com base em evidências, equidade e responsabilidade social.

Com o encerramento deste ciclo, abrem-se novas perspectivas para o planejamento educacional de Ribeira do Pombal. O decênio de 2026–2036 representa a oportunidade de aprofundar avanços, corrigir fragilidades identificadas e estruturar políticas ainda mais consistentes com as necessidades da comunidade escolar.

- População municipal:
 - Monitoramentos 2017-2023: BRASIL. MEC. INEP. População por faixa etária > indicadores demográficos e educacionais (IDE ME- Censo IBGE 2010) – Disponível em: <http://ide.mec.gov.br> . Acesso em 2017.
 - Monitoramento 2024 +: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Censo demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514>
- Matrículas iniciais:
 - Monitoramentos 2017-2023: BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais > Censo Escolar 2021> Resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
 - Monitoramentos 2024 +: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. [Online]. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

(Metas: 4 e 6):

- População municipal:
 - Monitoramentos 2017-2023: BRASIL. MEC. INEP. População por faixa etária > indicadores demográficos e educacionais (IDE ME- Censo IBGE 2010) – Disponível em: <http://ide.mec.gov.br> . Acesso em 2017.
 - Monitoramento 2024+: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Censo demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514>
- Matrículas iniciais:
 - Monitoramentos 2017-2023: BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais > Censo Escolar 2021> Resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
 - Monitoramentos 2024 +: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. [. Online]. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>
 - BRASIL. FNDE. Dados estatísticos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos> .

Meta 5

- BAHIA. Avaliação e monitoramento. CAED digital. Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE): Resultado. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentobahia.caeddigital.net#!/resultados>

Meta 7:

- BRASIL. INEP. Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

Meta 8

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Tecnologia da informação à serviço do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-fohtm.exe?ibge/censo/cnv/escauf.def>
- BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE): Perfil do eleitorado, grau de instrução. Ano 2024. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/wwv_flow.accept?p_context=sig-eleicao-eleitorado/filtros/210594992061234

(Metas: 10, 11)

- Monitoramentos 2024 +: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. [Online]. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

(Metas: 12,13)

- Monitoramentos 2024 +: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior. [Online]. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>

Meta 15

- BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais > Adequação de formação docente. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>
- BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais > Percentual de docente com curso superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>
- BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais> nota técnica formação legal docente: [nota tecnica indicador docente formacao legal.pdf \(inep.gov.br\)](https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nota-tecnica-formacao-legal-docente.pdf)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. [. Online]. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

Meta 16:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. [. Online]. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>
- Total de professores: Secretaria M. de Educação de Ribeira do Pombal BA: cadastros de profissionais do magistério.

Metas 17 e 18

- Secretaria Municipal de Educação de Ribeira do Pombal, Bahia.
- BRASIL. MEC. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação](https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.PDDEREX_2_PC?p_listar=S&p_ano=2019&p_prg=02&p_uf=BA&p_co_mun=292650&p_tipo=U).

Meta 19

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PDDEREx - Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE (ano 2019). Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.PDDEREX_2_PC?p_listar=S&p_ano=2019&p_prg=02&p_uf=BA&p_co_mun=292650&p_tipo=U
- Secretaria municipal de Educação de Ribeira do Pombal- BA.

Meta 20:

- Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal – Bahia: Peças orçamentárias (2024).

Demais fontes:

- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>
- BRASIL. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Censo demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514>
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB): Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. MEC. INEP. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais: censo escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS- Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-tohtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>
- QEDU. Censo escolar. Disponível em: <https://qedu.org.br>



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL – BAHIA.

No dia oito de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a Audiência pública de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Ribeira do Pombal – Bahia. O evento aconteceu no Auditório Maria Felipa, localizado na Secretaria Municipal de Educação e contou com a presença de vereadores, secretários, pais de estudantes, conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb e Conselho Municipal de educação - CME, além de representantes do Fórum Municipal de Educação – FME.

A audiência Pública teve início às 19h30 com a abertura realizada pela presidente do Fórum Municipal de Educação, Ana Amélia Laranjeira, a qual agradeceu a presença de todos e deu as boas-vindas. Após a acolhida, a presidente convidou a coordenadora do Plano Municipal de Educação, a senhora Yvanize Maria de Oliveira Santana para Leitura e aprovação do Regimento Interno da Audiência Pública, sendo aprovado por unanimidade.

Na sequência, Ana Amélia Laranjeira convidou a Senhora Maria José Pereira, diretora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para fazer uso da palavra. A diretora pedagógica justificou a ausência da secretária de educação, Aline Sila, por estar se recuperando de uma cirurgia. Em seguida, falou sobre o momento histórico, no qual estamos concluindo a avaliação do PME e citou Carlos Drummond de Andrade *“Não serei o poeta de um mundo caduco. Também não cantarei o futuro. Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade. O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”* Ela fez um chamado para a união de todos e afirmou que “o Plano Municipal de Educação é um pacto social construído com a finalidade de garantir o direito à educação para todos. A sua avaliação periódica não é apenas uma obrigação legal, mas um exercício de transparência e democracia”.

Em seguida, a diretora pedagógica fez um relato do decênio, dos desafios durante a pandemia da covid e do enfrentamento da gestão municipal para sanar os

prejuízos no ensino e aprendizagem dos estudantes. Posteriormente ela falou sobre os projetos desenvolvidos, as políticas educacionais implantadas e enfatizou a importância da gestão municipal articular as secretarias para alcançar objetivos comuns. Concluiu dizendo: “Não almejamos apenas o poema em sua forma final, mas a força da palavra que molda o caráter, o aprendizado que fortalece o espírito, e o conhecimento que nutre a alma para a vida. Continuemos de mãos dadas, pois este é o nosso tempo, o tempo da transformação.

A presidente do FME convidou o secretário de administração e finanças da Prefeitura, Clécio Fernandes, para fazer uso da palavra. Este iniciou sua fala agradecendo aos presentes e ressaltou a importância do planejamento para o alcance das metas do PME, reafirmou o compromisso, cuidado e investimento do prefeito Eriksson Silva com a educação municipal citando a frase de Leonel Brizola “caro mesmo é a ignorância”. Em seguida falou sobre as dificuldades do alcance das metas do município por conta de “engrenagens” do sistema e da necessidade de articulação entre a rede estadual, municipal e instituições privadas de ensino. Ressaltou ainda que o crescimento do município nos últimos anos é o reflexo das ações da administração municipal.

Após o momento das falas das autoridades, Ana Amélia Laranjeira convidou a senhora Lílian Carine Ferreira Cruz, técnica colaboradora do Plano Municipal de Educação para apresentar o documento de avaliação e monitoramento do PME.

Lílian Cruz iniciou a apresentação do documento fazendo uma retomada da linha de tempo da construção do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação apresentando as metas e ressaltou que Ribeira do Pombal foi pioneiro na Bahia em construir 21 metas, inserido a Educação Antirracista como uma política de governo. Em seguida ela apresentou os dados da educação de Ribeira do Pombal ressaltando a importância da leitura e interpretação dos dados apresentados, compreendendo que são dados referentes a educação municipal, estadual e privada. Ela apresentou os avanços e desafios para o próximo decênio e enfatizou a importância da intersetorialidade e articulação para que as metas sejam alcançadas, principalmente no que se refere à equidade, explicando como esta condicionalidade do novo fundeb impõe uma nova reflexão sobre o planejamento da gestão municipal, pois vai além da aprendizagem do estudante.

A técnica do Plano Municipal de Educação concluiu a apresentação agradecendo aos presentes e convocando a todos para a construção coletiva do próximo PME (2025-2035).

Ana Amélia Laranjeira abriu a palavra para os participantes se expressarem e tirarem dúvida. Neste momento, Maria José Pereira reforçou a necessidade da colaboração dos secretários e principalmente dos vereadores e da sociedade civil no planejamento coletivo e efetivo das ações do governo.

A presidente do FME pediu que todos os presentes que aprovavam o documento de avaliação e monitoramento do PME erguessem a mão. Todos ergueram e assim o documento foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, a coordenadora do Plano Municipal de Educação encerrou o evento, agradecendo e chamando todos os representantes presentes para união e participação.

Ribeira do Pombal – Bahia.

08 de setembro de 2025.

Imagens - Registro da audiência final da avaliação do decênio do PME 2015-2025
ano 2025



CONSIDERAÇÕES:

- As fichas técnicas apresentam as fórmulas adequadas e/ou adaptadas para cálculos dos indicadores.
- As fórmulas dos cálculos têm como base os modelos presentes nos Relatórios de Monitoramento do PNE;
- As fórmulas que necessitam de dados sobre população que já concluiu alguma etapa de ensino e não frequenta mais a escola foram calculadas sem essa informação (cálculo adaptado);
- Quando a fórmula original for utilizada integralmente, estará sinalizada com “**CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO**”;
- Quando a fórmula original NÃO for utilizada integralmente, estará sinalizada com “**CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO**” e “**CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO**”
-

FÓRMULAS DE CÁLCULO DOS INDICADORES

1. **INDICADOR 1 A:** Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a creche (taxa de atendimento escolar

CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO

Matrículas de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a pré-escola

$$\frac{\quad}{\quad} \times 100$$

2. **INDICADOR 1 B:** Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche (taxa de atendimento escolar

CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO

Matrículas de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a creche

$$\frac{\quad}{\quad} \times 100$$

População de 0 a 3 anos

3. **INDICADOR 2 A:** Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

<p>População de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental $\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$</p> <p>CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO População de 6 a 14 anos que frequenta a educação básica $\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta a educação básica}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$</p>
<p>4. INDICADOR 2 B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO (Ausência de dados sobre a população de 16 anos)</p> <p>Pessoas de 16 anos que já concluíram o ensino fundamental (estão no EM ou abandonaram a escola após conclusão do EF) $\frac{\text{Pessoas de 16 anos que já concluíram o ensino fundamental (estão no EM ou abandonaram a escola após conclusão do EF)}}{\text{População de 16 anos}} \times 100$</p>
<p>5. INDICADOR 3 A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta a escola (em qualquer nível) ou que já concluiu a educação básica. $\frac{\text{População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta a escola (em qualquer nível) ou que já concluiu a educação básica.}}{\text{População com idade entre 15 e 17 anos}} \times 100$</p> <p>CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta a escola (em qualquer nível) $\frac{\text{População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta a escola (em qualquer nível)}}{\text{População com idade entre 15 e 17 anos}} \times 100$</p>
<p>6. INDICADOR 3 B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio $\frac{\text{População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta ou já concluiu o ensino médio}}{\text{População com idade entre 15 e 17 anos}} \times 100$</p> <p>CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta o ensino médio $\frac{\text{População com idade entre 15 e 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População com idade entre 15 e 17 anos}} \times 100$</p>

7. INDICADOR 4 A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que frequenta a escola

**Cálculo adequado
NÃO UTILIZADO!**

Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que frequenta a escola

$$\frac{\text{População de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}}{\text{X 100}} \times 100$$

8. INDICADOR 4 B: Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica

CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO

Matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação

$$\frac{\text{Matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}}{\text{Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}} \times 100$$

9. INDICADOR 5 A: percentual de estudantes do 2º ano alfabetizados em L. Portuguesa

Indicador 5 A - Estudantes com proficiência em Língua Portuguesa

(Resultado do Sistema de avaliação baiano de educação: SABE disponibilizado pelo CAED)

10. INDICADOR 5 B: percentual de estudantes do 2º ano alfabetizados em Matemática

Indicador 5 B - Estudantes com proficiência Matemática.

(Resultado do Sistema de avaliação baiano de educação: SABE disponibilizado pelo CAED)

11. INDICADOR 6 A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral

**CÁLCULO ADEQUADO
UTILIZADO!**

Matrículas públicas de alunos que permanecem pelo menos 7 horas diárias em atividades escolares

x100
Número total de alunos matriculados na educação básica
<p>12. INDICADOR 6 B: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO – UTILIZADO.</p> <p>Número de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares</p> <p style="text-align: right;">x100</p> <p>Número total de escolas públicas</p>
<ul style="list-style-type: none"> • <p>13. INDICADOR 7 A: Média municipal do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.</p> <p>Resultado IDEB do ano anterior ao monitoramento (disponível no portal INEP).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • <p>14. INDICADOR 7 B: Média municipal do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.</p> <p>Resultado IDEB do ano anterior ao monitoramento (disponível no portal INEP).</p>
<p>15. INDICADOR 7 C: Média municipal do IDEB no ensino médio.</p> <p>Resultado IDEB do ano anterior ao monitoramento (disponível no portal INEP).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • <p>16. INDICADOR 8 A</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade</p> <p>-----</p>
<p>17. INDICADOR 8 B: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade residente no campo</p> <p>-----</p>

<p>População de 18 a 29 anos de idade residente no campo.</p>
<p>18. INDICADOR 8 C: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres</p> <p>-----</p> <p>População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres</p>
<p>19. INDICADOR 8 D: Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>Soma dos anos de estudo de negros (pretos e pardos) na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de negros (pretos e pardos) de 18 a 29 anos de idade</p> <p>----- x 100</p> <p>Soma dos anos de estudo de não negros (brancos e amarelos) na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de não negros (brancos e amarelos) de 18 a 29 anos de idade</p>
<p>20. INDICADOR 9 A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever</p> <p>----- x 100</p> <p>População total com 15 anos ou mais de idade</p> <p>CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO</p> <p>População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever (frequenta a escola)</p> <p>----- x 100</p> <p>População total com 15 anos ou mais de idade</p>
<p>21. INDICADOR 9 B: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>População de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler e escrever ou que não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental</p> <p>----- x100</p> <p>População total com 15 anos ou mais de idade</p> <p>Considerações: Não há quaisquer dados encontrados para cálculo.</p>
<p>22. INDICADOR 10 A</p>

<p>Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>Número de matrículas da educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio integrada à educação profissional</p> <p style="text-align: right;">x 100</p> <hr/> <p>Número total de matrículas da educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio</p> <p>•</p>
<p>23. INDICADOR 11 A: Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>Matrículas totais de educação profissional técnica de nível médio</p>
<p>24. INDICADOR 11 B</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>Expansão pública (matrículas ano - matrículas 2016) pública</p> <p>----- = -----x 100</p> <p>Expansão total (matrículas ano - matrículas 2016) total</p>
<p>25. INDICADOR 11 C</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>(Matrículas ano - matrículas 2016) pública</p> <p>-----x 100</p> <p>(Matrículas ano - matrículas 2016) pública</p>
<p>26. INDICADOR 12 A: Taxa bruta e matrículas na graduação</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>População que frequenta cursos de graduação</p> <p style="text-align: right;">x 100</p> <hr/> <p>População com idade entre 18 e 24 anos</p>
<p>27. INDICADOR 12 B: Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO</p> <p>População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação</p> <p style="text-align: right;">x 100</p> <hr/> <p>População de 18 a 24 anos</p>

<p>CÁLCULO ADAPTADO: UTILIZADO População de 18 a 24 anos que frequenta cursos de graduação <hr/> População de 18 a 24 anos x 100</p>
<p>28. INDICADOR 12 C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Varição das matrículas em cursos de graduação de IES públicas no período "t" <hr/> Varição total das matrículas de graduação no período "t" Considerações: O resultado foi a partir dos dados calculados e disponibilizados pelo censo da educação superior/INEP</p>
<p>29. INDICADOR 13 A: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Número de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior <hr/> Número total de docentes na educação superior x 100 Considerações: O resultado foi a partir dos dados calculados e disponibilizados pelo censo da educação superior/INEP</p> <ul style="list-style-type: none"> •
<p>30. INDICADOR 13 B: Percentual de docentes com doutorado na educação superior CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Número de docentes com doutorado na educação superior <hr/> Número total de docentes na educação superior X 100 Considerações: O resultado foi a partir dos dados calculados e disponibilizados pelo censo da educação superior/INEP</p>
<p>31. INDICADOR 14 A: Títulos de mestrado concedidos CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Número de titulados em nível de mestrado Não foram encontrados dados da população com mestrado e que poderiam ser considerados para medir este indicador.</p>

32. INDICADOR 14 B: Títulos de doutorado concedidos

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Número de titulados em nível de doutorado

Considerações:

Não foram encontrados dados da população com doutorado e que poderiam ser considerados para medir este indicador.

33. INDICADOR 15 A: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (educação infantil)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação infantil

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

34. INDICADOR 15 B: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (ensino fundamental anos iniciais)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam no ensino fundamental anos iniciais)

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

35. INDICADOR 15 C: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (ensino fundamental anos finais)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam no ensino fundamental anos finais

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

36. INDICADOR 15 D: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (EJA- ensino fundamental anos finais)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na EJA do ensino fundamental anos finais

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

37. INDICADOR 15 E: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (ensino médio)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam no ensino médio

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

38. INDICADOR 15 F: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (EJA-ensino médio)

CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO

Quantidade de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam no EJA- ensino médio

_____ x 100

Quantidade total de docências

- O percentual foi coletado diretamente do portal INEP.

39. INDICADOR 16 A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu Fórmula de cálculo:

<p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Quantidade de professores com pós-graduação $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Quantidade total de professores da educação básica.</p>
<p>40. INDICADOR 16 B: Percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Quantidade de professores que realizaram cursos de formação continuada $\frac{\quad}{\quad} \times 100$ Quantidade total de professores</p>
<p>41. INDICADOR 17 A: Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: NÃO UTILIZADO Salário médio dos professores da educação básica da rede pública (não federal) com ao menos 12 anos de escolaridade $\frac{\quad}{\quad}$ Salário médio dos não professores com ao menos 12 anos de escolaridade</p>
<p>42. INDICADOR 18 A: Se os profissionais (professores) que atuam nos sistemas de ensino da educação básica (pública) presentes no município possuem PCR</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A confirmação (SIM) dos indicadores deve ser representada por referência de “100%”</p>
<p>43. INDICADOR 18 B: Se o Município prevê o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A confirmação (SIM) dos indicadores deve ser representada por referência de “100%”</p>
<p>44. INDICADOR 18 C: Se o Município atende ao piso salarial nacional profissional (PSNP) do magistério.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A confirmação (SIM) dos indicadores deve ser representada por referência de “100%”</p>

<p>45. INDICADOR 18 D: Se o Município possui Plano de carreira e remuneração (PCR) dos Profissionais da educação não docentes</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A confirmação (SIM) dos indicadores deve ser representada por referência de “100%”</p>
<p>46. INDICADOR 19 A: Percentual de diretores de escolas públicas que foram escolhidos para a ocupação do cargo por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO $\frac{\text{Número de diretores de escolas públicas escolhidos por processo seletivo e eleição}}{\text{Número total de diretores de escolas públicas}} \times 100$</p>
<p>47. INDICADORES 19 B: Percentual de escolas públicas que recebem recursos financeiros dos entes federados.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO $\frac{\text{Total de escolas públicas que recebem recursos financeiros dos entes federados}}{\text{Total de escolas públicas}} \times 100$</p>
<p>48. INDICADOR 19 C: Percentual de escolas públicas com projetos político-pedagógicos atualizados e de construção participativa.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO $\frac{\text{Total de escolas públicas com projetos político-pedagógicos atualizados e de construção participativa.}}{\text{Total de escolas públicas}} \times 100$</p>
<p>49. INDICADOR 19 D: Percentual de escolas públicas com conselhos escolares em atividade.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO $\frac{\text{Número de escolas públicas com conselhos escolares ativos conforme regimento próprio}}{\text{Número total de escolas públicas}} \times 100$</p>
<p>50. INDICADOR 19 E: Percentual de escolas públicas com conselhos de caixa escolar em atividade.</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO $\frac{\text{Número de escolas públicas com conselhos de caixas escolares ativos conforme regimento próprio}}{\text{Número total de escolas públicas}} \times 100$</p>

Número total de escolas públicas
<p>51. INDICADOR 19 F: Se as redes de ensino presentes no município possuem (estabelecidos por Lei) os seus próprios Sistemas de Ensino:</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A resposta “sim” faz referência à ideia de “100%”</p>
<p>52. INDICADOR 19 G: Se o Município possui instituído os conselhos educacionais: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho do FUNDEB e Conselho da alimentação escolar (CAE).</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO A resposta “sim” faz referência à ideia de “100%”</p>
<p>53. INDICADOR 19 H: Se o Município possui Fórum Municipal de Educação</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A resposta “sim” faz referência à ideia de “100%” •
<p>54. INDICADOR 20</p> <p>Meta não monitorada</p>
<p>55. INDICADORES 21</p> <p>CÁLCULO ADEQUADO: UTILIZADO</p> <p>Total de estudantes por etapa de ensino</p> <hr style="width: 20%; margin-left: 0;"/> <p>Total de estudantes por etapa de ensino e situação de declaração raça/cor</p> <p style="text-align: right;">x 100</p>

1 A	4 E 5 ANOS		¹ ENS. FUNDAM.	39	46	58	35	27	13	10	5	5	
			TOTAL	1399	1429	1491	1472	1351	1345	1398	1440	1.417	
			% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA	77,51	78,91	85,44	83,07	90,13	89,49	97,35	100,28	98,65	
1 B	FAIXA ETÁRIA												
				2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
	0 A 3 ANOS	MATRÍCULAS	POPULAÇÃO RESIDENTE	3262	3271	3152	2401	3101	3113	2636	2636	2636	
			CRECHE	682	797	838	942	947	877	973	1082	1079	
			PRÉ-ESCOLA	168	59	63	52	34	14	6	4	3	
			TOTAL	850	856	901	994	981	891	979	1086	1082	
	% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA	26,06	26,17	28,59	41,40	31,63	28,62	37,14	41,20	41,04			

DETALHAMENTO DADOS DA META2

TABELA A: POPULAÇÃO E MATRÍCULAS DE 6 A 14 ANOS DE IDADE

Base de dado populacional (2016-2021): DATASUS (a partir de 2022): Censo IBGE 2022

Base de dados das matrículas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP

Abrangência: escolas públicas e privadas

Série Histórica 2016-2024

Ribeira do Pombal – BA

INDICADOR	FAIXA ETÁRIA													
			2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
2 A	6 a 14 ANOS		POPULAÇÃO RESIDENTE	9829	9859	9498	9246	6922	6848	6885	6885	6885		
			² POPULAÇÃO QUE POSSUI APENAS O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (abandono escolar)	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD		
		MATRÍCULAS	PRÉ-ESCOLA										122	
			ENS. FUND. ANOS INICIAIS	4816	4586	4636	4344	4295	4075	3921	3798	3651		
			ENS. FUND. ANOS FINAIS	3173	2955	3816	3721	3709	3787	3733	3534	3130		

¹ A meta aborda a educação infantil com adequação idade-ano, porém, sugere que a pesquisa sobre a matrícula da faixa etária seja feita em todas as etapas possíveis.

² Para o cálculo devido do indicador 2 A, faz-se necessário a informação sobre a população de 6 a 14 anos que possui o ensino fundamental completo, mas não deu continuidade aos estudos, ou seja, abandonou a escola. Como não há disponibilidade censitária desse dado, a fórmula do referido indicador foi ajustada para que pudesse ser calculada sem essa informação (detalhes no anexo das fichas técnicas).

		EJA DO ENS. FUNDAMENTAL	18	43	6	33	5	1	2	2	5	
		ENSINO MÉDIO	117	116	100	74	82	59	40	15	29	
		TOTAL	8124	7700	8558	8172	8091	7922	7696	7349	6937	
		% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL	82,65	78,10	90,10	88,38	116,89	115,68	111,78	106,74	100,75	
		POPULAÇÃO RESIDENTE	--	--	--	--	---	--	835	835	835	
		POPULAÇÃO QUE POSSUI APENAS O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (abandono escolar)	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	
		MATRÍCULAS ENSINO MÉDIO	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	
		% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	
32 B	16 ANOS											

DETALHAMENTO DADOS DA META 3

TABELA A: POPULAÇÃO E MATRÍCULAS DE 15 a 17 ANOS DE IDADE

Base de dado populacional (2016-2021): DATASUS

Base de dado populacional (a partir de 2022): CENSO IBGE 2022

Base de dados das matrículas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP

Abrangência: escolas públicas e privadas

Série Histórica 2016-2024

Ribeira do Pombal – BA

FAIXA ETÁRIA											
			2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	POPULAÇÃO RESIDENTE		3241	3250	3131	3180	2635	2641	2562	2562	2562
	4POPULAÇÃO QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO		SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD
MATRÍCULAS	ENS. FUNDAMENTAL	ANOS INICIAIS	104	75	67	33	37	23	4	30	0
		ANOS FINAIS	839	692	807	654	701	694	606	431	363
	ENSINO MÉDIO		1548	1605	1602	1675	1604	1802	1765	807	1789
	EJA (E. FUND. E MÉDIO)		327	369	203	267	220	130	120	176	211

³ O indicador 2 B não foi calculado por ausência de dados.

⁴ Para o cálculo devido do indicador 2 A, faz-se necessário a informação sobre a população de 6 a 14 anos que possui o ensino fundamental completo, mas não deu continuidade aos estudos, ou seja, abandonou a escola. Como não há disponibilidade censitária desse dado, a fórmula do referido indicador foi ajustada para que pudesse ser calculada sem essa informação (detalhes no anexo das fichas técnicas).

15 a 17 ANOS	MATRÍCULAS TOTAIS		2818	2741	2679	2629	2562	2649	2495	1444	2363
	INDICADOR 3 A	% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA	86,95%	84,34%	85,56%	82,67%	97,23%	100,30%	97,38%	56,36%	92,23%
	INDICADOR 3 B	% DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO ⁵	47,76%	49,38%	51,17%	52,67%	60,87%	68,23%	68,89%	31,50%	75,70%

DETALHAMENTO DADOS DA META 4

TABELA A: EDUCAÇÃO ESPECIAL: POPULAÇÃO E MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Base de dado populacional: Sem dado

Base de dados: matrículas do ensino regular -Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP; matrículas no AEE: MEC/FNDE

Escolas públicas e privadas (Classes comuns)

AEE – oferta pública

Série Histórica 2016-2024

Ribeira do Pombal- BA

INDICADOR	FAIXA ETÁRIA		ANOS									
			2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
4 A	04 A 17 ANOS	⁶ SD										
4 B	04 A 17 ANOS	MATRÍCULAS DE ESTUDANTES GERAL	244	255	315	383	378	511	608	636	758	
		EM CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR	244	255	315	383	378	511	608	636	758	
		% EM CLASSES COMUNS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
4 C	TODAS AS IDADES	MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS	244	255	315	383	378	511	608	636	758	
		MATRÍCULAS NO AEE	7	9	40	101	101	110	244	251	412	
		PERCENTUAL DE MATRICULAS NO AEE	2,87	3,53	12,70	26,37	26,72	21,53	40,13	39,47	54,35	

DETALHAMENTO DADOS DA META 5

TABELA A: PERCENTUAL DE ESTUDANTES ALFABETIZADOS ATÉ O FINAL DO 2º ANO

Base de dados: Resultados SABE 2023 e 2024 /CAED

Escolas públicas- 2º ano do ensino fundamental

Ribeira do Pombal – BA

TESTES SABE	%DE ESTUDANTES COM DESEMPENHO ESPERADO		TOTAL DE ALFABETIZADOS NA IDADE CERTA
	NÍVEL ADEQUADO	NÍVEL AVANÇADO	(NÍVEL ADEQUADO + AVANÇADO)

⁵ Dados referentes aos estudantes que frequentam a escola (Não há informações sobre os que já concluíram)

⁶ Não há dados censitários municipais sobre a população de 4 a 17 anos com necessidades especiais. Todas as informações coletadas são com base nas matrículas escolares.

ANO DE PESQUISA		2023	2024	2023	2024	2023	2024
AVALIADORES RESULTADOS	L. PORTUGUESA	31%	32,63%	8%	3,99%	Indicador 5 A 39%	Indicador 5 A 36,62%
	MATEMÁTICA	37%	37,66%	4%	11,45%	Indicador 5 B 41%	Indicador 5 B 49,11%

DADOS COMPLEMENTARES DA META 5

TABELA B: RESULTADO MUNICIPAL DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA - CNCA⁷

Base de dados: Resultado Indicador Criança Alfabetizada - CNCA 2023 e 2024 – INEP

Escolas públicas: 2º ano do ensino fundamental

Ribeira do Pombal – BA

ANO DE PESQUISA	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
METAS ANUAIS (%)	--	41,20%	48,37%	55,60%	62,61%	69,12%	74,95%	80,00%
RESULTADOS (%)	34,4%	40,72%						
⁸ NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO	0	1						
% DE PARTICIPAÇÃO	87,7%	90,27%						

DETALHAMENTO DADOS DA META 6

TABELA A: MATRÍCULAS GERAIS E MATRÍCULAS DE ETI

Base de dados das matrículas e escolas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP

Educação de tempo integral (ETI) – rede pública

Educação básica (Ed. Infantil ao ensino médio - exceto EJA) – rede pública

Série Histórica 2016-2024

Ribeira do Pombal – BA

INDICADOR		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		CRECHE	528	634	673	783	871	943	885	992
PRÉ-ESCOLA		1226	1174	1150	1125	1065	1178	1150	1188	1149

⁷- O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) instituiu o Indicador Criança Alfabetizada, que revela o percentual de estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental com o padrão nacional de alfabetização, estabelecido pela pesquisa Alfabetiza Brasil. O indicador é calculado com base nos resultados das avaliações da alfabetização, conduzidas pelos sistemas estaduais em organização complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O objetivo é permitir o monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Ministério da Educação (MEC). O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada objetiva garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país. Em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, seu foco está em assegurar que todos os estudantes brasileiros estejam alfabetizados ao final do 2º ano do ensino fundamental, além de recompor as aprendizagens, com ênfase na alfabetização de todas as crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. A Pesquisa Alfabetiza Brasil foi realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para determinar o ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A partir dessa definição, foi possível a proposição de metas anuais para os entes federados, considerando os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, até que atinjam a totalidade das crianças alfabetizadas em 2030. A definição da criança alfabetizada e o estabelecimento das metas são fundamentais para o monitoramento do Compromisso, assim como a implementação dos sistemas estaduais, em articulação com o Inep, no processo de avaliação da qualidade da alfabetização. Essa iniciativa permite a divulgação, em 2024, dos primeiros resultados estaduais, alinhados nacionalmente, que indicam o percentual de estudantes alfabetizados.

⁸ - Níveis de alfabetização segundo o Indicador Criança Alfabetizada: NÍVEL 0=até 40 %; NÍVEL 1= entre 40% e 50%; NÍVEL 2=entre 50% e 60%; NÍVEL 3= entre 60% e 70%; NÍVEL 4=entre 70% e 80%; NÍVEL 5=acima de 80%.

6 A	MATRÍCULAS GERAIS	ENS. FUND. ANOS INÍCIAS	4455	4141	3992	3687	3598	3548	3273	3157	3109	
		ENS. FUND. ANOS FINAIS	3673	3291	3477	3224	3239	3366	3255	3029	2905	
		ENSINO MÉDIO	1735	1997	2347	2067	2028	2681	2007	1966	1968	
		TOTAL	11617	11237	11639	10886	10801	11716	10570	10332	10203	
	MATRÍCULAS EM ETI	CRECHE	430	516	572	676	715	803	757	876	1004	
		PRÉ-ESCOLA	423	267	286	251	246	229	296	414	509	
		ENS. FUND. ANOS INÍCIAS	99	58	454	262	46	359	791	1558	1864	
		ENS. FUND. ANOS FINAIS	236	114	488	894	148	182	325	1119	1153	
		ENSINO MÉDIO	12	1	30	10	72	1	2	11	17	
		TOTAL	1200	956	1830	2093	1227	1574	2171	3978	4547	
		% DE MATRÍCULAS DE ETI	10,33%	8,51%	15,72%	19,23%	11,36%	13,43%	20,54%	38,50%	44,56%	

DETALHAMENTO DADOS DA META 6

TABELA B: PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI

Base de dados das matrículas e escolas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP
 Educação básica (ed. Infantil ao ensino médio, exceto EJA) – escolas públicas
 Educação de tempo integral (ETI)
 Série Histórica 2016-2024
 Ribeira do Pombal – BA
 Legenda: “M”: escola municipal; “E”: escola estadual

INDICADOR													
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
6 B	ESCOLAS PÚBLICAS	TEMPO PARCIAL E INTEGRAL	ED. INFANTIL E ENS. FUND	40	39	39	36	36	36	36	36	38	
			ENS. MÉDIO	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
			TOTAL	44	43	43	40	40	40	40	40	42	
	ESCOLAS PÚBLICAS	DE TEMPO INTEGRAL (ETI)	COM 5% DE MATRÍCULAS DE ETI	12- M 4- E	1- M 2- E	10- M 3- E	7- M 2- E	7- M	9- M 1- M	7- M 1- E	3E	0	
			COM 5% A 20% DE MATRÍCULAS DE ETI	5 - M	2- M	1- M	3- M	2- M	1- M	10- M	6- M	1- M	
			COM 20% A 50% DE MATRÍCULAS DE ETI	2 -M	2- M	6- M	5- M	0	0	2M	11M	8- M	
			COM 50% A 70% DE MATRÍCULAS DE ETI	2- M	1- M	2- M	3- M	4- M	6- M	6- M	7- M	2- M	
			COM 70% OU MAIS DE MATRÍCULAS DE ETI	9- M	9- M	10- M	10- M	9- M	8- M	9- M	12- M	10- M	
			TOTAL ESCOLAS COM MATRÍCULAS DE ETI	34	17	32	30	22	25	35	39	21	
			% DE ESCOLAS DE ETI	77,27%	39,53%	74,42%	75%	55%	62,5%	87,5%	97,5%	50%	

DETALHAMENTO DADOS DA META 7
TABELA A: RESULTADOS SAEB E IDEB

Educação básica – (5º ano EF, 9º ano EF, 3º ano EM)

Base de dados: INEP-MEC

Série histórica 2015-2024

Ribeira do Pombal- BA

			ANOS / SÉRIE-HISTÓRICA					
INDICADORES	ETAPAS DE ENSINO	INDICADORES	2015	2017	2019	2021	2023	
7 A	ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	APRENDIZAGEM	SAEB MATEMÁTICA	218,36	222	227,87	207,47	219,31
			SAEB L. PORTUGUESA	203,9	210,97	212,42	199,67	208,56
			MÉDIA PONDERADA SAEB	5,84	6,04	6,17	5,5	5,97
		FLUXO	TAXA DE APROVAÇÃO	85,6	90,8	93,7	99,5	98
			IDEB	META PROJETADA	4,4	4,7	5	5,3
					RESULTADO	55,8	5,5	5,8
7 B	ENS. FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	APRENDIZAGEM	SAEB MATEMÁTICA	261,01	251,87	266	240,6	261,64
			SAEB L. PORTUGUESA	257,63	255,5	266,34	238,03	263,51
			MÉDIA PONDERADA SAEB	5,31	5,12	5,54	4,64	5,42
		FLUXO	TAXA DE APROVAÇÃO	75,9	76,7	83,2	94,8	95,6
			IDEB	META PROJETADA	4	4,3	4,6	4,8
					RESULTADO	4	4	4,7
7 C	ENSINO MÉDIO	APRENDIZAGEM	SAEB MATEMÁTICA	--	241,56	255	--	254,47
			SAEB L. PORTUGUESA	--	245,79	260,36	--	266,24
			MÉDIA PONDERADA SAEB	--	2,9	3,1	--	3,9
		FLUXO	TAXA DE APROVAÇÃO	--	73,4	73	75,5	90,7
			IDEB	META PROJETADA	--		3,1	3,3
					RESULTADO	--	--	3,1

DETALHAMENTO DADOS DA META 8
TABELA A: ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS
⁹Base de dado: Tabela elaborada pela ETMA com base na fórmula dos indicadores presentes no Ciclo V do Relatório PNE e nas estatísticas do eleitorado de 18 a 29 anos como constam no Portal do TSE.

Série Histórica 2016-2024

Ribeira do Pombal – Ba

⁹ Os dados populacionais e de escolaridade da faixa etária da meta 8 são um recorte municipal e foram coletados dos perfis do eleitorado de Ribeira do Pombal presentes no Portal do TSE como forma de monitorar os indicadores aqui presentes, visto que não foram encontradas informações mais abrangentes que atendessem fielmente às necessidades da meta.

		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
POPULAÇÃO TOTAL DE 18 A 29 ANOS		10789	10733	10013	10013	10125	10018	10468	10571	10843
NÍVEL DE ESCOLARIDADE E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS DE ANOS COMPLETOS DE ESTUDO (valor individual)	ALFABETIZADOS - 0 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	LÊ E ESCREVE- 0 ANOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	ENS. FUND. INCOMPLETO - 5 ANOS	23125	18580	13740	13740	13520	13130	13150	12905	12735
	ENS. FUND. COMPLETO- 9 ANOS	3492	2673	2403	2403	2439	2475	2772	2880	2961
	ENS. MÉDIO INCOMPLETO- 10 ANOS	42670	34960	29390	29390	33380	35840	40040	43940	47620
	ENS. MÉDIO COMPLETO- 12 ANOS	13716	29124	36192	36192	34116	31860	32580	30564	30540
	ENS. SUPERIOR INCOMPLETO- 14 ANOS	2030	5768	8582	8582	8344	8576	7602	6958	6356
	ENS. SUPERIOR COMPLETO- 16 ANOS	512	3520	5184	5184	4384	3528	2688	2160	1568
SOMA DOS ANOS COMPLETOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO		85545	94625	95491	95491	96183	95409	98832	99407	101780
¹⁰ ESCOLARIDADE MÉDIA (Indicador 8 A)		7,92	8,81	9,53	9,53	9,49	9,52	9,44	9,4	9,38

DETALHAMENTO DADOS DA META 8
¹¹TABELA B: DADOS DO INDICADOR 8 D

Base de dado: Tabela elaborada pela ETMA com base na fórmula dos indicadores presentes no Ciclo V do Relatório PNE e nas estatísticas do eleitorado de 18 a 29 anos (raça/cor) como constam no Portal do TSE.

Faixa etária da população de pesquisa: 18 a 29 anos

Anos: 2023 e 2024

Ribeira do Pombal – BA

DADOS DO ANO 2023

ESCOLARIDADE	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO	ENS. MÉDIO INCOMPLETO	ENS. MÉDIO COMPLETO	ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	ENS. SUPERIOR COMPLETO	¹² TOTAL DA POPULAÇÃO (18-29 anos)
POPULAÇÃO: PRETOS/PARDOS	133	14	187	120	4	13	471
POPULAÇÃO: BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELOS	57	19	88	78	20	26	288
VALOR DE REFERÊNCIA DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS A PARTIR DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE (valor individual)	5	9	10	12	14	16	x
TOTAL DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS DA POPULAÇÃO PRETOS/PARDOS	665	126	1870	1440	56	208	x
TOTAL DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS DA POPULAÇÃO BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELO	285	171	880	936	280	416	x
ESCOLARIDADE MÉDIA- PRETOS/PARDOS	1,38	0,26	3,87	2,98	0,12	0,43	x

¹⁰ A escolaridade média (indicador 8 A) é encontrada através da divisão entre a soma dos anos completos de estudo da população e a população total da mesma faixa etária.

¹¹ A tabela B traz duas coletas referentes a dois anos diferentes: 2023 e 2024.

¹² O total de população resulta da soma a população de 18 a 29 (raça/cor) por nível de escolaridade presente na tabela mais os alfabetizados e que leem e escrevem - estes últimos foram coletados diretamente do portal TSE e não estão presentes nos totais das colunas de níveis de escolaridade, pois seus resultados quando multiplicados pelo valor de referência de anos de estudos completos a partir do nível de escolaridade (equivalente a 0), sempre resultarão em zero.

ESCOLARIDADE MÉDIA- BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELO	2,54	1,53	7,86	8,36	2,50	3,71	x
RAZÃO ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE PRETOS E NÃO-PRETOS (Indicador 8 D)	0,54	0,17	0,49	0,36	0,05	0,12	x
DADOS DO ANO 2024							
ESCOLARIDADE	ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO	ENS. MÉDIO INCOMPLETO	ENS. MÉDIO COMPLETO	ENS. SUPERIOR INCOMPLETO	ENS. SUPERIOR COMPLETO	TOTAL DA POPULAÇÃO
POPULAÇÃO: PRETOS/PARDOS	443	49	703	465	47	27	1761
POPULAÇÃO: BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELOS	79	15	194	178	24	12	507
VALOR DE REFERÊNCIA DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS A PARTIR DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE (valor individual)	5	9	10	12	14	16	x
TOTAL DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS DA POPULAÇÃO PRETOS/PARDOS	2215	441	7030	5580	658	432	x
TOTAL DE ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS DA POPULAÇÃO BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELO	395	135	1940	2136	336	192	x
ESCOLARIDADE MÉDIA- PRETOS/PARDOS	1,26	0,25	3,99	3,17	0,37	0,25	x
ESCOLARIDADE MÉDIA- BRANCOS/INDÍGENAS/AMARELO	0,78	0,27	3,83	4,21	0,66	0,38	x
RAZÃO ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE PRETOS E NÃO-PRETOS (Indicador 8 D)	1,61	0,94	1,04	0,75	0,56	0,65	x

DADOS COMPLEMENTARES DA META 9

TABELA A: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS ALFABETIZADAS OU EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Base de dado populacional (2016-2021): DATASUS (a partir de 2022): Censo IBGE 2022

Base de dados das matrículas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP

Abrangência: escolas públicas e privadas

INDICADOR	FAIXA ETÁRIA	DADOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
9 A	15 ANOS OU MAIS	EF ANOS INICIAS	159	102	89	42	42	27	5	32	4
		EF ANOS FINAIS	993	809	979	758	808	813	692	488	383
		ENSINO MÉDIO	2126	2219	2273	2305	2278	2981	2319	2250	2251
		EJA EF e EM	1139	1097	1548	1799	956	2196	2244	2686	2993
		TOTAL ED. BÁSICA	4417	4227	4889	4904	4084	6017	5260	5456	5631
		TOTAL RESIDENTE	40890	41281	41658	42023	42371	42614	43053	43053	43053

		POPULAÇÃO	ALFABETIZADA QUE ESTÁ FORA DA ESCOLA	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	SD	
			ALFABETIZADA QUE FREQUENTA A ESCOLA	4417	4227	4889	4904	4084	6017	5260	5456	5631	
			% DA POPULAÇÃO ALFABETIZADA	10,80	10,24	11,74	11,67	9,64	14,12	12,22	12,67	13,07	

DADOS COMPLEMENTARES DA META 9
TABELA B: TOTAL DE MATRÍCULAS DA EJA

Base de dados das matrículas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP
Abrangência: escolas públicas

DADOS		ANOS									
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
MATRÍCULAS EJA	ENS. FUNDAMENTAL	755	749	1159	1340	564	1692	2008	2309	2.531	
	ENS. MÉDIO	402	391	395	492	397	505	238	379	462	
	TOTAL	1157	1140	1554	1832	961	2197	2246	2688	2.993	

DETALHAMENTO DADOS DA META10
TABELA A: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROEJA EPT)

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP

Abrangência: EJA (ensino fundamental e médio); educação profissional integrada

Município: Ribeira do Pombal BA

MATRÍCULAS		Série histórica								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA	EJA ENS. FUNDAM.	755	749	1159	1340	564	1692	2008	2309	2531
	EJA ENS. MÉDIO	402	391	395	492	397	505	238	379	462
	TOTAL EJA ED. BÁSICA	1157	1140	1554	1832	961	2197	2246	2688	2993
MATRÍCULAS EPT INTEGRADA À EJA (ED. PROFISSIONAL TÉCNICA) PROEJA	EJA ENS. FUND. (FIC)	0	0	0	0	0	0	0	252	398
	EJA ENS. MÉDIO	50	111	125	0	104	112	28	25	35
	TOTAL	50	111	125	0	104	112	28	277	433
PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROEJA ETP)		4,32%	9,73%	8,04%	0%	10,82%	5,09%	1,24%	10,3%	14,46%

DETALHAMENTO DADOS DA META11
TABELA A: DADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA (EPT) DE ENSINO MÉDIO

Base de dados das matrículas: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP. Censo escolar/INEP

Dimensão: pública e privada

Ribeira do Pombal BA

Série histórica

TIPO DE EPT	SEGMENTO	ETAPA/MODALIDADE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INTEGRADA	PÚBLICO	ENS. MÉDIO REGULAR	381	490	655	1	782	1017	714	799	902
		EJA DO ENS. MÉDIO	50	111	125	0	104	112	28	25	35
	PRIVADO	ENS. MÉDIO REGULAR	0	0	0	1	68	83	63	72	73
CONCOMITANTE	PÚBLICO	ENS. MÉDIO REGULAR	0	0	0	0	0	0	23	0	0
SUBSEQUENTE		ENS. MÉDIO REGULAR	173	243	234	1	203	204	127	180	292
	NORMAL	PRIVADO	ENS. MÉDIO REGULAR	0	0	0	0	0	0	37	183
			ENS. MÉDIO MAGISTÉRIO	0	0	0	0	0	0	0	35

		TOTAL	604	844	1014	3	1157	1416	992	1259	1603	
RESULTADOS DOS INDICADORES												
TOTAL DE MATRÍCULAS GERAIS DO SEGMENTO PÚBLICO			604	844	1014	2	1089	1333	892	1004	1194	
TOTAL DE MATRÍCULAS GERAIS DO SEGMENTO PRIVADO			0	0	0	1	68	83	100	255	409	
INDICADOR 11 A	TOTAL DE MATRÍCULAS SEGMENTO PÚBLICO E PRIVADO		604	844	1014	3	1157	1416	992	1259	1603	
¹³ INDICADOR 11 B	% DE PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DA EPT DE NÍVEL MÉDIO		SD	100%	100%	100,16%	87,70%	89,77%	43,96%	61,06%	59,09%	
INDICADOR 11 C	% DE EXPANSÃO ACUMULADA DA EPT DE NÍVEL MÉDIO PÚBLICA		SD	-66.9%	-32,11%	-199,66%	-19,7%	20,69%	-52,31%	-33,77%	-2,31%	

DETALHAMENTO DADOS DA META12
TABELA A: POPULAÇÃO MATRICULADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Base de dado:
População: DATASUS (2016-2021) e CENSO IBGE (2022)
Matrículas: sinopse da educação superior (INEP)
Ribeira do Pombal BA

		SÉRIE HISTÓRICA								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
MATRÍCULAS	TODAS AS IDADES	1452	1207	1207	1120	1105	1095	1279	1558	SD
	18 A 24 ANOS	625	561	561	559	560	509	549	666	SD
POPULAÇÃO	18 A 24 ANOS	6428	6623	6705	6766	6795	6801	6151	6151	6151
	% indicador 12 A	22,59	18,22	18,00	16,55	16,26	16,10	20,79	25,33	SD
	% indicador 12 B	9,72	8,47	8,37	8,26	8,24	7,48	8,93	10,83	SD

¹³ Condição existente: Em ambos os casos (Indicadores 11 B e 11 C), resultados negativos indicam retração das matrículas no segmento público. Portanto, só é definido para os casos em que for registrada a expansão (resultado positivo) de matrículas.

DETALHAMENTO DADOS DA META13
TABELA A: PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM EXERCÍCIO COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Série histórica: 2016-2024
 Base de dados: censo da educação superior /INEP
 Ribeira do Pombal BA

ANO	% COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU		
	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
2016	58,8%	23,5%	82,4%
2017	35,9%	17,9%	83,8%
2018	31,5%	14,8%	46,3%
2019	33,3%	20,8%	54,2%
2020	28,0%	20%	48%
2021	32,6%	15,2%	47,8%
2022	27,8%	13,9%	41,7%
2023	22,2%	17,8%	40%
2024	SD	SD	SD

DETALHAMENTO DADOS DA META14

INDICADORES SEM BASE DE DADOS									
Sem dados	SÉRIE HISTÓRICA								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

DETALHAMENTO DADOS DA META15
TABELA A: PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS COMPATÍVEIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Base de dados: Indicadores educacionais/INEP
 Abrangência: educ. básica pública e privada
 Ribeira do Pombal BA
 Série histórica – 2016-2024

ETAPAS DE ENSINO	PERCENTUAIS DE DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR DE LICENCIATURA (OU BACHARELADO COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA) NA MESMA ÁREA DA DISCIPLINA QUE LECIONA.
------------------	---

	2016	2017	• 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ED. INFANTIL. (indicador 15 A)	21,1%	23,9%	• 26,6	86 %	62,8%	70,5%	68,6%	67,7%	66,9%
ENS. FUND. ANOS INICIAIS (indicador 15 B)	29,5%	27,7%	36,9%	83,6%	58,6%	62,7%	69,1%	60,9%	72,6%
ENS. FUND. ANOS FINAIS (indicador 15 C)	28,7%	35%	34%	46,6%	39,8%	38,9%	46,6%	47,8%	47,4%
ENS. MÉDIO (indicador 15 D)	32,6%	35,3%	33%	70,4%	36,9%	40,6%	53,7%	59,1%	57,1%
EJA ENS. FUND (indicador 15 E)	21,2%	28%	10%	44,1%	30%	7,7%	3,6%	1,7%	1,6%
EJA ENS. MÉDIO (indicador 15 F)	19,2%	27,3%	22,6%	50%	36,5%	38,2%	35,7%	48,4%	37%

DADOS COMPLEMENTARES DA META 15
TABELA B: TOTAL DE DOCENTES EM REGÊNCIA DE CLASSE
Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP
Abrangência: educ. básica pública e privada
Ribeira do Pombal BA
Ano 2024

TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1007	0	116	782	169

DADOS COMPLEMENTARES DA META 15
TABELA C: PERCENTUAL DE COMPATIBILIDADE POR ÁREA DE ATUAÇÃO DAS DOCÊNCIAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS
Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP
Abrangência: educ. básica pública e privada
Ribeira do Pombal BA
Ano 2024

ETAPAS DE ENSINO	PERCENTUAL DE COMPATIBILIDADE POR ÁREA DE ATUAÇÃO DAS DOCÊNCIAS		
	ESCOLAS PRIVADAS	ESCOLAS PÚBLICAS	TOTAL ED BÁSICA

		MUNICIPAIS	ESTADUAIS	PÚBLICA E PRIVADA	
ED. INFANTIL	51,1%	70,8%	X	66,9%	
EF ANOS INICIAIS	60,7%	75,9%	X	72,6%	
EF ANOS FINAIS	39,1%	49,4%	X	47,4%	
ENS. MÉDIO	47,1%	X	59,3	57,1%	
EJA ENS. FUND	X	1,6%	X	1,6%	
EJA ENS. MÉDIO	X	X	37	37%	

14 DADOS COMPLEMENTARES DA META 15

QUADRO 01: FORMAÇÕES CONSIDERADAS ADEQUADAS PARA DOCÊNCIA NAS DISCIPLINAS DA EDUC. BÁSICA

QUADRO 1

DOCÊNCIAS EM DISCIPLINAS E ÁREAS DE FORMAÇÃO CONSIDERADAS ADEQUADAS ÀS RECOMENDAÇÕES LEGAIS (LICENCIATURA EM ÁREA ESPECÍFICA OU BACHARELADO EM ÁREA ESPECÍFICA COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA)

(conclusão)

Disciplinas	Código do curso superior	Formação inicial superior
História	145F11	História – Licenciatura
	225H01	História – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Geografia	145F10	Geografia – Licenciatura
	443G05	Geografia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Sociologia	145F24	Ciências Sociais – Licenciatura
	310C02	Ciências Sociais – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	312A01	Antropologia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Filosofia	145F08	Filosofia – Licenciatura
	226F01	Filosofia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Ensino Religioso	145F05	Educação Religiosa – Licenciatura
	221T01	Teologia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)

Fonte: Brasil. Inep (2014).

Nota: Para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram considerados como adequadas as formações docentes de Licenciatura em Pedagogia (código 142P01) ou Bacharelado em Pedagogia (código 142C01) com complementação pedagógica – com exceção das disciplinas de Língua Estrangeira, no caso dos anos iniciais do ensino fundamental.

DETALHAMENTO DADOS DA META16

TABELA A: PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS GRADUAÇÃO

- ¹⁴ NOTA: Segunda A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 61:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III - Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV - Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou

experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Base de dado: Sinopse e Estatística da Educação Básica/INEP
Abrangência: educação básica: pública e privada
Ribeira do Pombal BA
Série histórica: 2016-2023

		2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	
DOCENTES	TOTAL GERAL (com e sem pós-graduação)	1007	932	880	794	754	801	804	702	682	
	COM PÓS-GRADUAÇÃO (Indicador 16 A)	ESPECIALIZAÇÃO	451	450	440	409	392	368	262	255	224
		MESTRADO	20	19	15	12	10	10	16	13	13
		DOCTORADO	3	2	3	2	1	1	2	2	2
		TOTAL	473	471	458	423	403	379	280	270	239
% COM PÓS	46,97%	50,54%	52,05%	53,27%	53,45%	47,32%	34,83%	38,46%	35,04%		

DETALHAMENTO DE DADOS DA META 16

TABELA B: PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

Fonte: Secretaria Municipal de Educação: Departamento Pedagógico

¹⁵Rede Municipal e Ensino

Ribeira do Pombal BA

INDICADOR 16 B

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO	SÍNTESE DE ABORDAGENS: 2024-2025
Educação Infantil	O plano de formação continuada para 2024 e 2025 prevê encontros formativos e projetos que buscam aprimorar as práticas pedagógicas. As ações focam em leitura, literatura e escrita na primeira infância, com projetos como "Giro Literário" e "Deixa que eu conto!" que buscam envolver também as famílias na promoção da leitura
Ensino Fundamental Anos Iniciais	A formação para esta etapa tem como objetivo central a recomposição da aprendizagem. As ações incluem a aplicação de simulados bimestrais para diagnosticar defasagens e a criação de planos de intervenção. Além disso, o projeto "Sabe e Saeb em ação" visa preparar professores e estudantes para as avaliações externas. Há também formações específicas para professores do 4º e 5º ano com foco em aprimorar a prática de produção textual
Ensino Fundamental Anos Finais	A formação para esta etapa tem como objetivo central a recomposição da aprendizagem. As ações incluem a aplicação de simulados bimestrais para diagnosticar defasagens e a criação de planos de intervenção. Além disso,

¹⁵ Os dados sobre formação continuada apresentados referem-se à pesquisa feita para atendimento da rede Municipal. O Plano de Formação Continuada para o ensino médio segue o programa estabelecido pela Secretaria Estadual de Educação.

	o projeto "Sabe e Saeb em ação" visa preparar professores e estudantes para as avaliações externas. Há também formações específicas para professores do 6º ao 9º (Matemática) e do 9º ano (Língua Portuguesa)
Educação de Jovens e Adultos	As formações buscaram fortalecer os processos de alfabetização e letramento dos estudantes, garantindo que a aprendizagem seja significativa e diretamente aplicável à realidade de cada um. Isso implica em um processo formativo que capacita os professores da EJA Campo e EJA Combinada
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	As ações buscam acolher, orientar e mediar práticas pedagógicas inclusivas. Para isso, são realizados encontros e formações para os gestores e profissionais de apoio, buscando o desenvolvimento de práticas coerentes e humanizadas que atendam aos estudantes com necessidades específicas.

DETALHAMENTO DADOS DA META 17									
INDICADORES SEM BASE DE DADOS									
Sem dados	SÉRIE HISTÓRICA								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
DADOS COMPLEMENTARES DA META 17:									
TABELA A: REMUNERAÇÃO BRUTA (MÉDIA, DESVIO PADRÃO E MEDIDAS DE POSIÇÃO), CARGA HORÁRIA MÉDIA E REMUNERAÇÃO MÉDIA PADRONIZADA PARA 40 HORAS DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MUNICÍPIO E ESCOLARIDADE¹ - 2020.									
Fonte: Censo da Educação Básica 2020 e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ano base 2020.									
Indicadores Educacionais (INEP)									
R. do Pombal BA									
ESCOLARIDADE DO DOCENTE	DADOS GERAIS		DADOS DE REMUNERAÇÃO DOS DOCENTES LOCALIZADOS ³ NA RAIS						
	NÚMERO DE DOCENTES CENSO ESCOLAR ²	% DE DOCENTES LOCALIZADOS ³ NA RAIS	REMUNERAÇÃO ⁴ BRUTA ⁵ EM R\$					CARGA HORÁRIA MÉDIA SEMANAL ⁷	REMUNERAÇÃO MÉDIA PADRONIZADA PARA 40H SEMANAIS ⁸
			1º QUARTIL	MEDIANA	MÉDIA ⁶	3º QUARTIL	DESVIO PADRÃO		
Total	552	94,4	2.721,37	3.112,48	2.848,38	3.294,42	765,68	20,2	5.654,10
Superior	439	96,6	3.025,17	3.178,41	2.994,01	3.351,20	696,26	20,1	5.966,96
Sem Superior	113	85,8	2.046,04	2.162,59	2.141,64	2.364,15	690,22	20,5	4.170,50
Nota: Maiores informações na nota técnica do indicador									

(https://download.inep.gov.br/dados_abertos/indicadores_educacionais/nota_tecnica_remuneracao_media_docentes_educacao_basica.pdf).

DETALHAMENTO DE DADOS DA META 18																											
TABELA A- DADOS COMPROBATÓRIOS SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO																											
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ribeira do Pombal BA																											
Série Histórica: 2016-2024																											
Ribeira do Pombal- BA																											
INDICADORES		DADO COMPROBATÓRIOS:																									
		Legenda (A resposta "SIM" tem correspondência a 100% de alcance do indicador e "NÃO", a 0%)																									
18 A	Os profissionais (professores) Que atuam nos sistemas de ensino da educação básica (pública) presentes no município possuem PCR?	<p>(SIM = 100%)</p> <p>Leis municipais – Plano de Carreira do Magistério: Lei Complementar nº 049 de 17 de agosto de 2016 -Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério do Município de Ribeira do Pombal – BA. ----- Leis estaduais – Plano de Carreira do Magistério. Lei nº 8261 de 29/05/2002 Lei nº 10.963 de 16/04/2008 Lei nº 12.577 DE 26/04/2012</p>																									
18 B	O Município Prevê o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos?	<p>(SIM = 100%)</p> <p>Leis municipais – Plano de Carreira do Magistério: Lei Complementar nº 049 de 17 de agosto de 2016 -Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério do Município de Ribeira do Pombal – BA. ----- Leis estaduais – Plano de Carreira do Magistério. Lei nº 8261 de 29/05/2002 Lei nº 10.963 de 16/04/2008 Lei nº 12.577 DE 26/04/2012</p>																									
18 C	O município Atende ao piso salarial nacional profissional (PSNP) do magistério?	<p>(SIM = 100%)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>PISO NACIONAL</th> <th>REAJUSTE MUNICIPAL</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>11,36%</td> <td>11,36%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>7,64%</td> <td>7,64%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2018</td> <td>33,24%</td> <td>6,9%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>4,17%</td> <td>4,17%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>12,84%</td> <td colspan="2">A Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020 alterou parâmetros operacionais do FUNDEB para o exercício de 2020.</td> </tr> </tbody> </table>		ANO	PISO NACIONAL	REAJUSTE MUNICIPAL		2016	11,36%	11,36%		2017	7,64%	7,64%		2018	33,24%	6,9%		2019	4,17%	4,17%		2020	12,84%	A Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020 alterou parâmetros operacionais do FUNDEB para o exercício de 2020.	
ANO	PISO NACIONAL	REAJUSTE MUNICIPAL																									
2016	11,36%	11,36%																									
2017	7,64%	7,64%																									
2018	33,24%	6,9%																									
2019	4,17%	4,17%																									
2020	12,84%	A Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020 alterou parâmetros operacionais do FUNDEB para o exercício de 2020.																									

		2021	Zero	4,52%	
		2022	33,24%	28,32%	
		2023	14,95%	14,95%	
		2024	3,62	4,62%	
18 D	O município possui Plano de carreira e remuneração (PCR) dos Profissionais da educação não docentes?	(NÃO = 0%) Não há Plano de Carreira dos Profissionais (não-professores) da Educação. A classe é atendida legalmente através do regime jurídico destinado a todos os servidores públicos do município: Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009.			

DETALHAMENTO DE DADOS DA META 19

TABELA A: DADOS COMPROBATÓRIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

BASE DE DADOS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL- BA

COORDENAÇÃO NTE – 17 (DADOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - ENSINO MÉDIO)

ANO 2024

RIBEIRA DO POMBAL- BA

INDICADORES	TOTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS REDE MUNICIPAL	TOTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS REDE ESTADUAL	INDICATIVOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	RESULTADO
19 A ¹⁶	38	4	Nº DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE DISPONIBILIZAM PROCESSO SELETIVO QUALIFICADO OU ELEIÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR. PARA ESCOLHA DE DIRETORES	100 %
19 B			Nº DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE RECEBEM RECURSOS FINANCEIROS DOS ENTES FEDERADOS.	100 %
19 C			Nº DE ESCOLAS PÚBLICAS COM PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA.	100 %
19 D			Nº DE ESCOLAS PÚBLICAS COM CONSELHOS ESCOLARES EM ATIVIDADE.	100 %
19 E			Nº DE ESCOLAS PÚBLICAS COM CONSELHOS DE CAIXA ESCOLAR EM ATIVIDADE.	100 %
19 F	LEI DO SISTEMA DE ENSINO	<ul style="list-style-type: none"> LEI DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 822/2021 (Rede Municipal de Ensino) 	100%	

		<ul style="list-style-type: none"> RESOLUÇÃO CEE Nº 127 de 1997 Regulamenta a Lei 9394/96 (Rede Estadual de Ensino) 			
19 G	LEIS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> CONSELHO FUNDEB –. LEI MUNICIPAL Nº 439, DE 20 DE ABRIL DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS/FUNDEB; LEI MUNICIPAL Nº 511, DE 26 DE JUNHO DE 2009, QUE ALTERA A LEI Nº 439, DE 20 DE ABRIL DE 2007, NO CAPÍTULO II, DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO; LEI MUNICIPAL Nº 816, DE 29 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB. CME – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL - BA, CRIADO PELA LEI Nº 05/97, COM A ALTERAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELO ARTIGO 69 DA LEI MUNICIPAL 319 DE 18 DE JANEIRO DE 2001 E REESTRUTURADO PELAS LEI Nº 547 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010, EM DECORRÊNCIA DO DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - A LEI MUNICIPAL Nº 320/2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR; LEI MUNICIPAL Nº 429, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006, QUE SUBSTITUI A LEI Nº 320/2001, 	100%		

		<i>QUE CRIOU O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.</i>			
19 H	LEI DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	<i>FME – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO : DECRETO Nº 061, DE 28 DE JULHO DE 2017</i>	100%		

DADOS COMPLEMENTARES DA META 19	
TABELA B: Relação de escola e seus respectivos caixas escolares em atividade da rede municipal de ensino municipais	
Base de dados: MEC/FNDE	
Secretaria Municipal de Educação de Ribeira do Pombal- BA	
Ano: 2024	
Ribeira do Pombal – BA	
ESCOLA PÚBLICAS MUNICIPAIS	CAIXA ESCOLAR CORRESPONDENTE
1. Colégio Evência Brito	Caixa Escolar Colégio Evência Brito
2. Escola Municipal Prof. ^a Maria Pureza Brito Costa	Escola Municipal Prof. Maria Pureza Brito Costa
3. Escola Municipal Professora Adélia Silva Costa	Escola Municipal Professora Adélia Silva Costa
4. Escola Municipal Rui Barbosa	Escola Municipal Rui Barbosa
5. Escola Municipal Joana Angélica	Escola Municipal Joana Angélica
6. Escola Municipal Nadilza Brito Luz	Caixa Escolar da Escola Municipal Nadilza Brito Luz
7. Escola Municipal Professora Maria Menezes Cruz Conceição.	Escola Municipal Professora Maria Menezes Cruz Conceição.
8. Escola Municipal Professor Calazans Guerra	Caixa Escola da Escola Municipal Professor Calazans Guerra.
9. Escola Municipal Assembleia de Deus	Escola Municipal Assembleia de Deus
10. Escola Municipal Plácido Pita	Escola Municipal Plácido Pita
11. Escola Municipal Manoel Nascimento Dantas	Unidade Executora da Escola Municipal Manoel Nascimento Dantas
12. Escola Municipal Pedro Costa	Unidade Executora Escola Municipal Pedro Costa
13. Escola Municipal Luzia Francisca Conceição	Caixa Escolar da Escola Municipal Luzia Francisca Conceição
14. Escola Municipal Maria Souza Borges	Caixa Escolar da Escola Municipal Maria Souza Borges
15. Escola Municipal João Vicente de Santana	Caixa Escolar Escola Municipal João Vicente de Santana
16. Escola Municipal Ferreira Brito	Caixa Escolar da Escola Municipal Ferreira Brito
17. Escola Municipal Ednaldo Ribeiro Sales	Escola Municipal Ednaldo Ribeiro Sales
18. Escola Municipal Dr. Décio de Santana	Caixa Escolar da Escola Municipal Dr. Décio de Santana
19. Escola Municipal Ana de Deus Conceição	Caixa Escolar da Escola Municipal Ana de Deus Conceição
20. Escola Municipal Antônio Bernardo da Costa	Caixa Escolar da Escola Municipal Antônio Bernardo da Costa
21. Escola Municipal João Felix dos Reis	Caixa Escolar da Escola Municipal João Felix dos Reis

22. Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida	Caixa Escolar da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida
23. Escola Municipal Francisco Roque da Gama	Escola Municipal Francisco Roque da Gama
24. Escola Municipal Josefa Maria do Carmo Santos	Unidade Executora da Escola Municipal Josefa Maria do Carmo Santos
25. Centro Municipal de Educação Infantil Elias Venâncio de Souza	Unidade Executora do Centro Mun. de Educação Infantil Elias Venâncio de Souza
26. Centro Municipal de Educação Infantil Erineia Bezerra de Souza	Centro Municipal de Educação Infantil Erineia Bezerra de Souza
27. Centro Municipal de Educação Infantil Luzia Rodrigues dos Santos	Centro Municipal de Educação Infantil Luzia Rodrigues dos Santos
28. Centro Municipal de Educação Infantil Josefa Francisca Bastos	Conselho Escolar da Creche Municipal Josefa Francisca Bastos
29. Centro Municipal de Educação Infantil Professor Evaldo José de Santana	Centro Municipal de Educação Infantil Professor Evaldo José de Santana
30. Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças	Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças
31. Centro Municipal de Educação Infantil Abelardo Rainha de Souza	Centro Municipal de Educação Infantil Abelardo Rainha de Souza
32. Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita	Unidade Executora da Creche Municipal Santa Rita
33. Centro Municipal de Educação Infantil Isabel Ferreira Teles	Centro Municipal de Educação Infantil Isabel Ferreira Teles
34. Centro Municipal de Educação Infantil Agenor Macedo de Gois	Centro Municipal de Educação Infantil Agenor Macedo de Gois
35. Centro Municipal de Educação Infantil Edite Oliveira Brito	Caixa Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Edite Oliveira Brito
36. Centro Municipal de Educação Infantil Ivanilde Cardoso Carvalho	Unidade executora do Centro Municipal de Educação Infantil Ivanilde Cardoso Carvalho-CMEI Professora Ni
37. Escola Municipal Raimunda Gomes dos Santos	Unidade Executora da Escola Municipal Raimunda Gomes dos Santos – Professora Ray Gomes
38. Escola Municipal Professora Célia Maria de Jesus Santos	Unidade Executora da Escola Municipal Professora Célia de Jesus Santos

OBS A Escola Municipal Assembleia de Deus foi extinta oficialmente em 2025

DADOS COMPLEMENTARES DA META 19

QUADRO 01- Links de acesso e transparência do Trabalho da Gestão Pública Municipal de Ribeira do Pombal BA

- Portal eletrônico municipal de transparência: <https://portaldatransparencia.gov.br/localidades/2926608-ribeira-do-pombal>
- Site oficial Prefeitura Municipal: <https://ribeiradopombal.ba.gov.br/>
- Portal diário oficial do município: <https://sai.io.org.br/ba/ribeiradopombal/site/diariooficial>
- Monitoramento das metas do PME de Ribeira do Pombal BA: <https://ribeiradopombal.ba.gov.br/category/plano-municipal-de-educacao/>

DADOS COMPLEMENTARES DA META 20

TABELA A: GASTOS EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Base de dados:

Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM) / Portal de controle social (consulta gastos educação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)

Município Ribeira do Pombal BA

Ano 2023

MÊS/ANO	VALOR TOTAL
01/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 6.385.625,20
02/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 2.421.871,93
03/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 14.029.016,48
04/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 7.853.179,88
05/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 7.144.550,35
06/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 8.139.525,02
07/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 8.356.639,22
08/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 7.916.146,61
09/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 8.014.965,69

10/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 8.333.162,20
11/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 9.425.219,27
12/2023 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 13.866.208,67

DADOS COMPLEMENTARES DA META 20				
TABELA B: Receita\despesa municipal para educação da fonte 01: manutenção e desenvolvimento do ensino				
Base de dado: Prefeitura Municipal Ribeira do Pombal BA				
Série histórica- 2021 a 2023				
Receita\ despesa municipal para educação da fonte 01	2021	2022	2023	2024
Valor aplicado (milhões)	58.027.972,15	85.747.887,24	70.447.220,04	23.553.965,39
Receita municipal (milhões)	58.933.601,02	85.316.086,48	70.738.086,73	89.880.292,70
Meta %	25%	25%	25%	25%
Gastos %	24,62%	25,19%	28,88%	26,21%

DADOS COMPLEMENTARES DA META 20	
TABELA C: Links de acesso á Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	
Base de dados: Portal TCM - BA	
Ribeira do Pombal BA	
Ano 2024	
LINKS	VALORES APLICADOS
01/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 6.841.038,81
02/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 3.317.078,57
03/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 14.147.075,25
04/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 6.975.330,13
05/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 12.609.222,56
06/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 16.231.546,84
07/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 11.513.065,59
08/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 10.670.736,72
09/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 10.446.857,81
10/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 9.753.970,12
11/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 11.335.462,59
12/2024 (Clique aqui para ver detalhes)	R\$ 14.631.625,53

DADOS COMPLEMENTARES DA META 20			
TABELA D: Investimentos em infraestrutura educacional			
Anos: 2020-2025			
Fonte: Prefeitura Municipal (ano 2025)			
Nº Instrumento	Objeto Pactuado	Órgão Concedente	Data Abertura
EP nº 3104	Mobiliário Escola Maria Menezes Cruz (Emenda Dep Rogério)	SEC BA	01/04/2025
EP nº 3121	Mobiliário Escola Evência Brito (Emenda Dep Rogério)	SEC BA	01/04/2025
EP nº 3103	Mobiliário Escola João Félix dos Reis (Emenda Dep Rogério)	SEC BA	01/04/2025
26298005855/2023	Transporte Escolar (Onibus ONUREA PB)	FNDE	10/11/2023
26298007827/2023	Creche Tipo II, Padrão FNDE, Bairro Caburé	FNDE	10/11/2023
26298007910/2023	Escola 9 salas em tempo integral, Padrão FNDE, sede do Município	FNDE	10/11/2023
202002982-1	Escola 6 Salas Nadilza Brito, Bairro Pombalzinho	FNDE	20/01/2020
202143647-1	Quadra Coberta em Baixa das Antas	FNDE	28/12/2021

202143650-1	Quadra Coberta em Curral Falso	FNDE	28/12/2021
202143651-1	Cobertura de Quadra no Povoado de Pedra	FNDE	03/01/2022
202143654-1	Quadra Coberta em Povoado de Poço	FNDE	03/01/2022
202143658-1	Cobertura de Quadra no Povoado de Tapera	FNDE	03/01/2022
202103842-22	Custeio para o transporte escolar	FNDE	16/03/2021
81/2022	Escola de 6 Salas Com Quadra	SEC BA	13/05/2022
202102147-22	Custeio para o transporte escolar	FNDE	15/09/2021

DETALHAMENTOS DE DADOS DOS INDICADORES DA META 21
TABELA A: DADOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE) POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	49	46	49	79	70	69	104	373	381
PRETOS	5	0	2	0	11	14	11	98	77
PARDOS	93	183	104	98	14	122	156	681	698
AMARELOS	0	0	0	0	11	16	7	6	6
INDÍGENAS	1	0	0	0	1	6	4	0	9
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	721	835	865	928	1018	972	1073	1168	1185
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	148	229	155	177	107	227	282	1158	1171
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	573	606	709	464	785	745	791	9	8
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	20,53	27,43	17,92	19,07	10,51	23,35	26,28	99,14	98,8

TABELA B: DADOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	104	94	91	105	107	121	134	408	4
PRETOS	11	13	7	10	8	12	16	109	9
PARDOS	423	276	256	268	236	226	263	887	8
AMARELOS	7	3	0	0	1	6	16	19	9
INDÍGENAS	6	3	1	0	0	2	4	11	1

TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	1524	1445	1509	1493	1330	1303	1392	1472	1431
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	551	389	355	383	352	367	433	1434	1408
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	973	1056	1154	1110	978	936	959	38	17
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	36,15	26,92	23,53	25,65	26,47	28,17	31,11	97,42	98,39

TABELA C: MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR (ANOS INICIAIS) POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	567	504	475	422	361	342	376	790	811
PRETOS	132	110	83	67	41	35	34	307	293
PARDOS	1755	1661	1691	1429	1194	1011	926	2539	2411
AMARELOS	11	11	13	9	9	8	4	5	11
INDÍGENAS	15	16	18	18	12	11	7	27	21
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	5014	4734	4783	4424	4364	4115	3936	3835	3947
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	2480	2302	2280	1945	1617	1407	1347	3668	3527
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	2534	2432	2503	2476	2747	2708	2589	163	196
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	49,46	48,63	47,67	43,99	37,05	34,19	34,22	95,70	94,65

TABELA D: DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR (ANOS FINAIS) POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	551	589	577	575	497	512	516	679	611
PRETOS	123	152	156	184	161	159	142	296	311
PARDOS	1342	1541	1582	1606	1487	1723	1770	2457	2405

AMARELOS	20	12	13	9	7	3	5	4	7
INDÍGENAS	12	6	9	15	15	16	10	22	24
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	4166	3764	4036	3864	3844	3942	3864	3639	3513
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	2048	2300	2337	2389	2167	2413	2443	3458	3837
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	2119	1464	1699	1475	1677	1529	1421	181	176
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	49,15	61,11	57,90	61,83	56,37	61,21	63,22	95,03	94,99

TABELA E: DADOS DO ENSINO MÉDIO REGULAR POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	293	283	270	199	195	203	78	280	359
PRETOS	89	93	79	69	59	72	45	49	84
PARDOS	920	904	925	799	659	858	774	1288	1599
AMARELOS	17	17	20	15	12	11	1	2	13
INDÍGENAS	5	4	12	19	16	20	9	10	17
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	2243	2335	2373	2379	2360	3040	2359	2265	2299
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	1324	1301	1306	1101	941	1164	907	1629	1999
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	919	1034	1067	1278	1419	1876	1353	636	2700
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	59,03	55,72	55,04	46,28	39,87	38,29	40,13	71,92	88,00

TABELA F: DADOS DA MODALIDADE EJA (ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO) POR RAÇA/COR

Base de dados: Sinopse e Estatística da Educação Básica da educação básica – INEP

Escolas públicas e privadas

Série histórica: 2016-2024

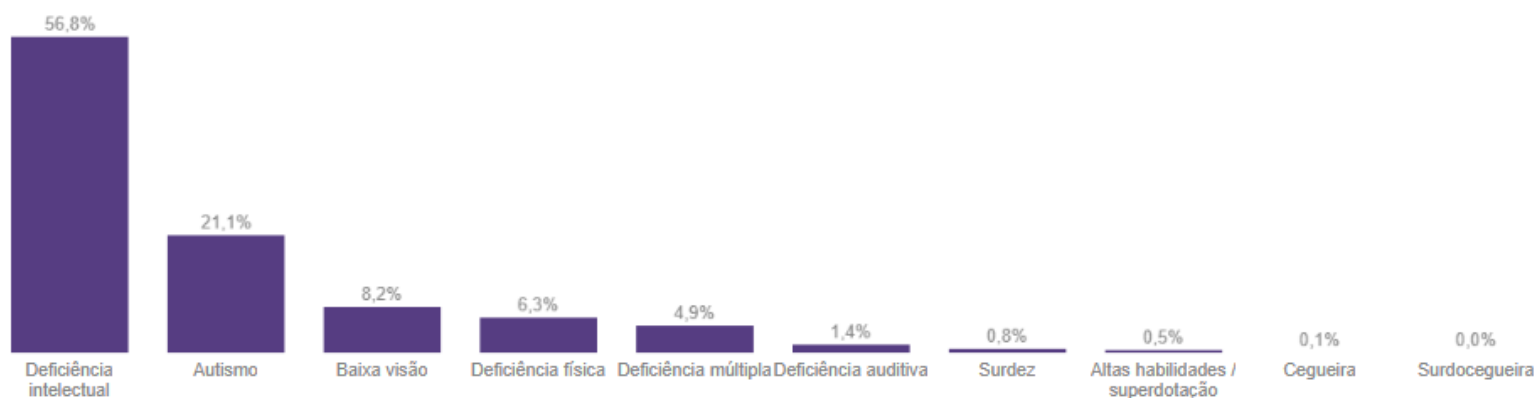
PME: Ribeira do Pombal BA

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
BRANCOS	84	79	83	82	69	98	64	170	200

PRETOS	44	89	77	80	68	70	58	31	353
PARDOS	360	459	397	475	344	664	697	1038	2307
AMARELOS	5	7	6	3	2	6	6	14	14
INDÍGENAS	3	3	6	3	2	6	6	14	7
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES	1157	1140	1554	1832	961	2197	2246	1511	2993
TOTAL DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	496	637	570	644	486	843	827	1263	2979
TOTAL DE ESTUDANTES SEM DECLARAÇÃO RAÇA/COR	661	503	984	1188	475	1354	1417	248	14
% DE ESTUDANTES COM DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR	42,87	55,88	36,68	35,15	50,57	38,37	36,85	83,59	99,52

ERIKSSON SANTOS SILVA	
.	
 POPULAÇÃO	>
População no último censo [2022]	54.010 pessoas
População estimada [2025]	56.316 pessoas
Densidade demográfica [2022]	43,13 habitante por quilômetro quadrado

Estudantes da Educação Especial por tipo de deficiência

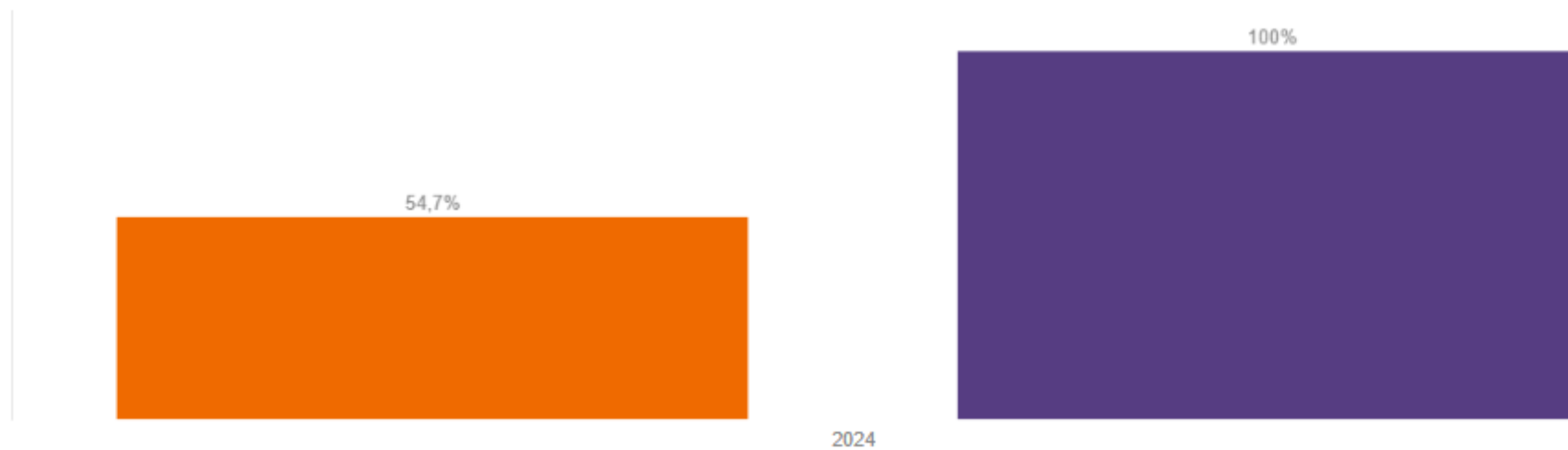


Estudantes da Educação Especial matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Série histórica ⓘ

2024

■ Total ■ Matriculados no AEE



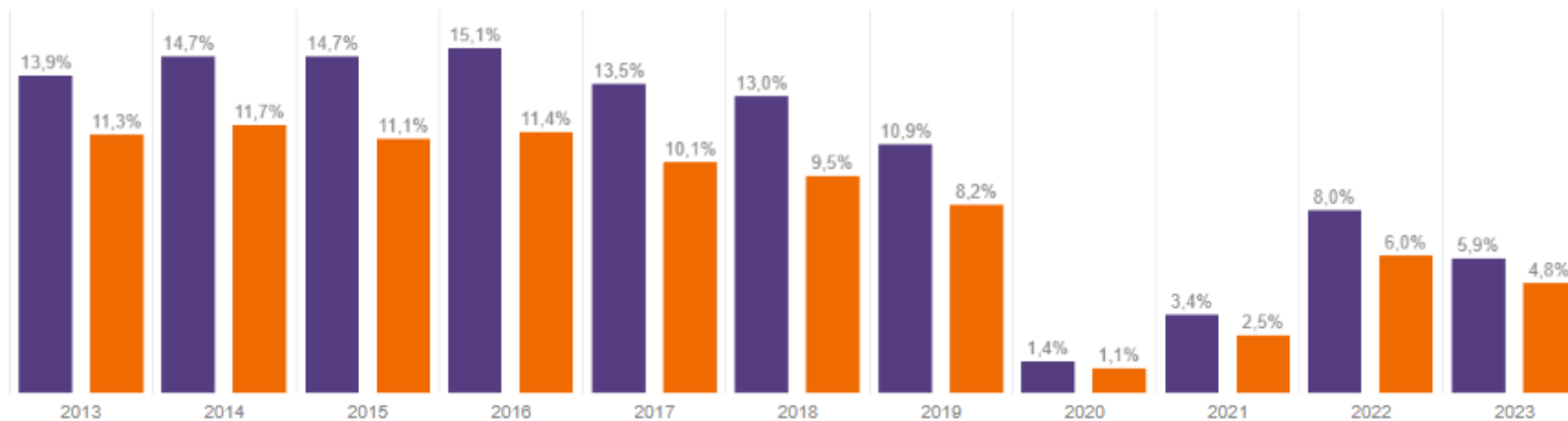
Fonte: Microdados do Censo Escolar - MEC/Inep e Sinopse Estatística da Educação Básica - MEC/Inep

Taxa de reprovação

Série histórica ⓘ

(Valores múltiplos)

■ Estudantes da Educação Especial ■ Estudantes da Educação Básica

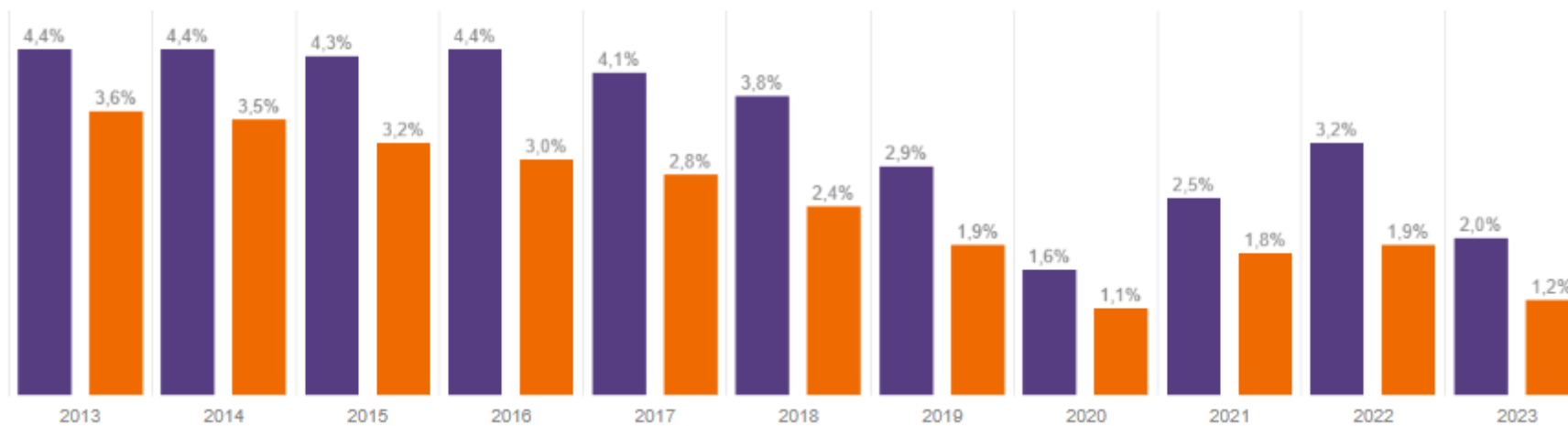


Taxa de abandono

Série histórica ⓘ

(Valores múltiplos)

■ Estudantes da Educação Especial ■ Estudantes da Educação Básica

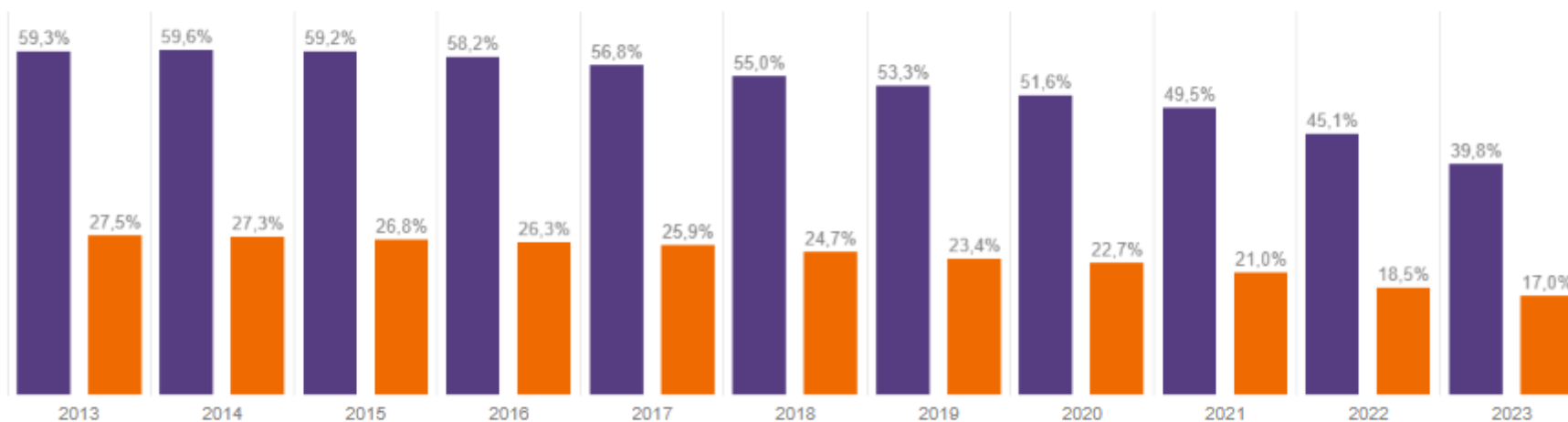


Taxa de distorção idade-série

Série histórica ⓘ

(Valores múltiplos) ▾

■ Estudantes da Educação Especial ■ Estudantes da Educação Básica



Fonte: Indicadores Educacionais - MEC/Inep e informações obtidas via Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527), protocolada pela plataforma Fala.BR a partir dos protocolos 23546.066150/2022-38 e 23546.054413/2022-66.

Escolas da Educação Básica

54

Escolas com matrículas da Educação Especial

52

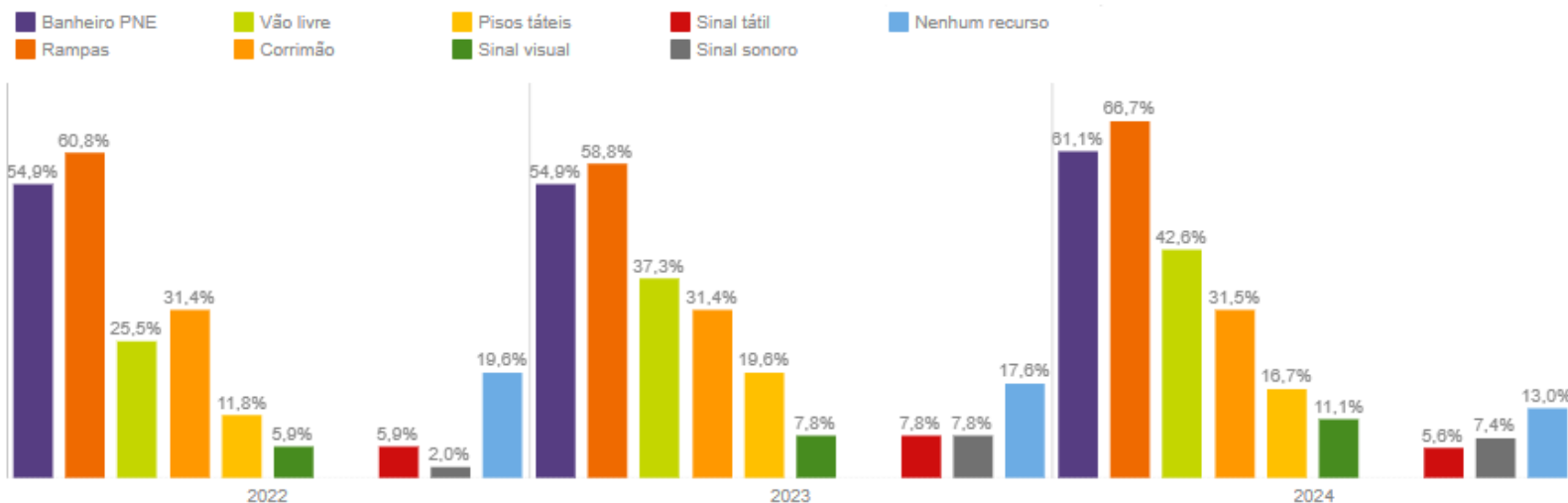
Proporção de escolas com matrículas da Educação Especial

96,3%

Escolas da Educação Básica por itens de acessibilidade

Série histórica ⓘ

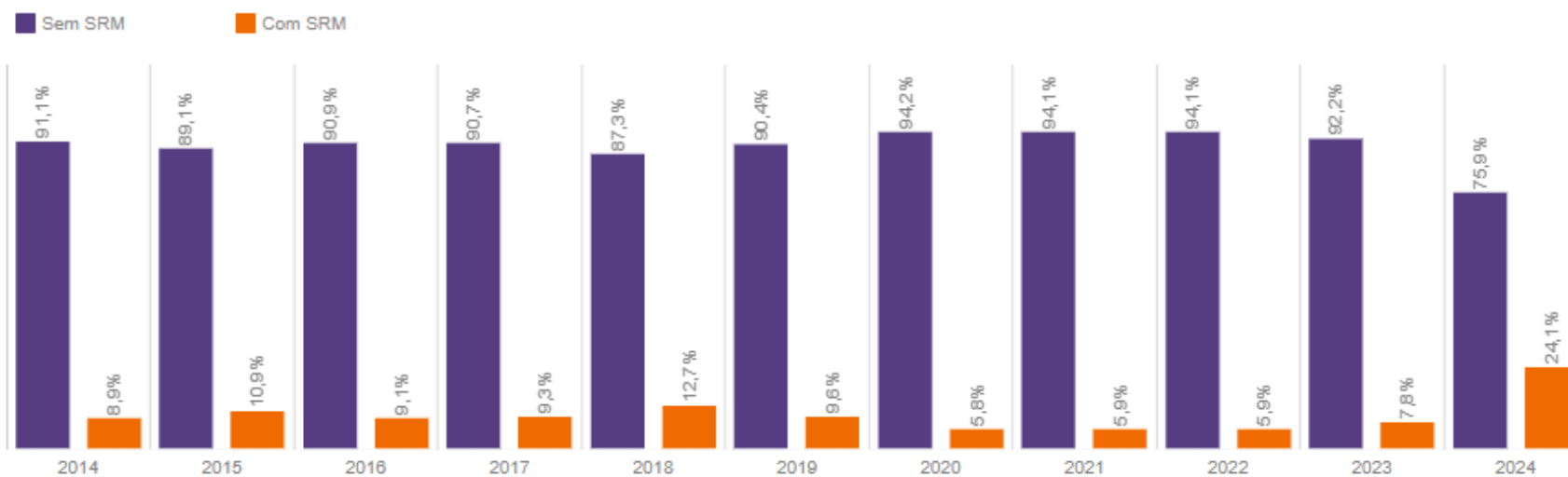
(Valores múltiplos)



Escolas da Educação Básica com Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)





Série histórica ⓘ

(Valores múltiplos)

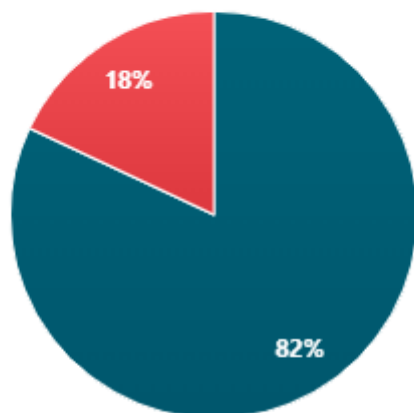


Nível de instrução (cada bloco ≈ 0.5%)



 Sem instrução e fundamental incompleto:	19.782	 Fundamental completo e médio incompleto:	5.063
 Médio completo e superior incompleto:	12.210	 Superior completo:	3.347

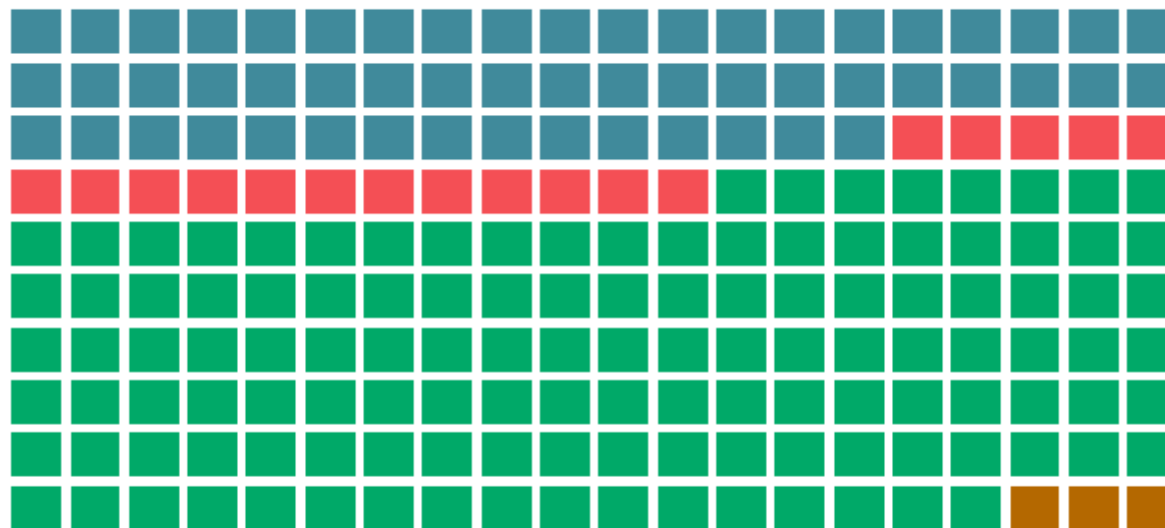
Alfabetização



✓ Alfabetizados: 35.301

✗ Não alfabetizados: 7.752


Cor ou Raça (cada bloco ≈ 0.5%)



 **Branca: 14.805**

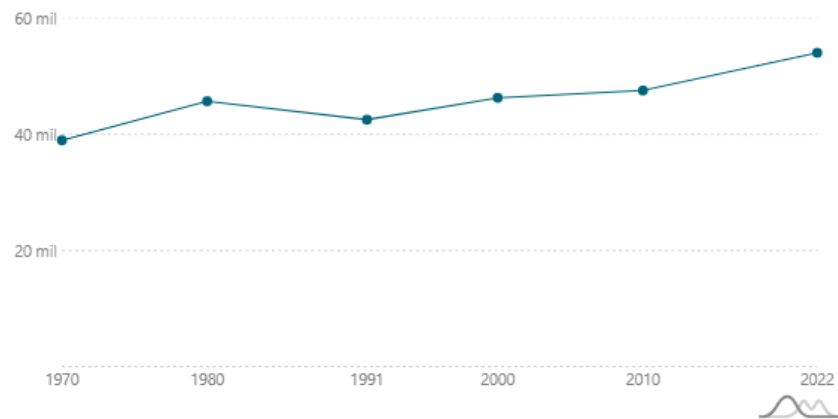
 **Preta: 4.600**

 **Amarela: 35**

 **Parda: 33.883**

 **Indígena: 686**

Crescimento populacional

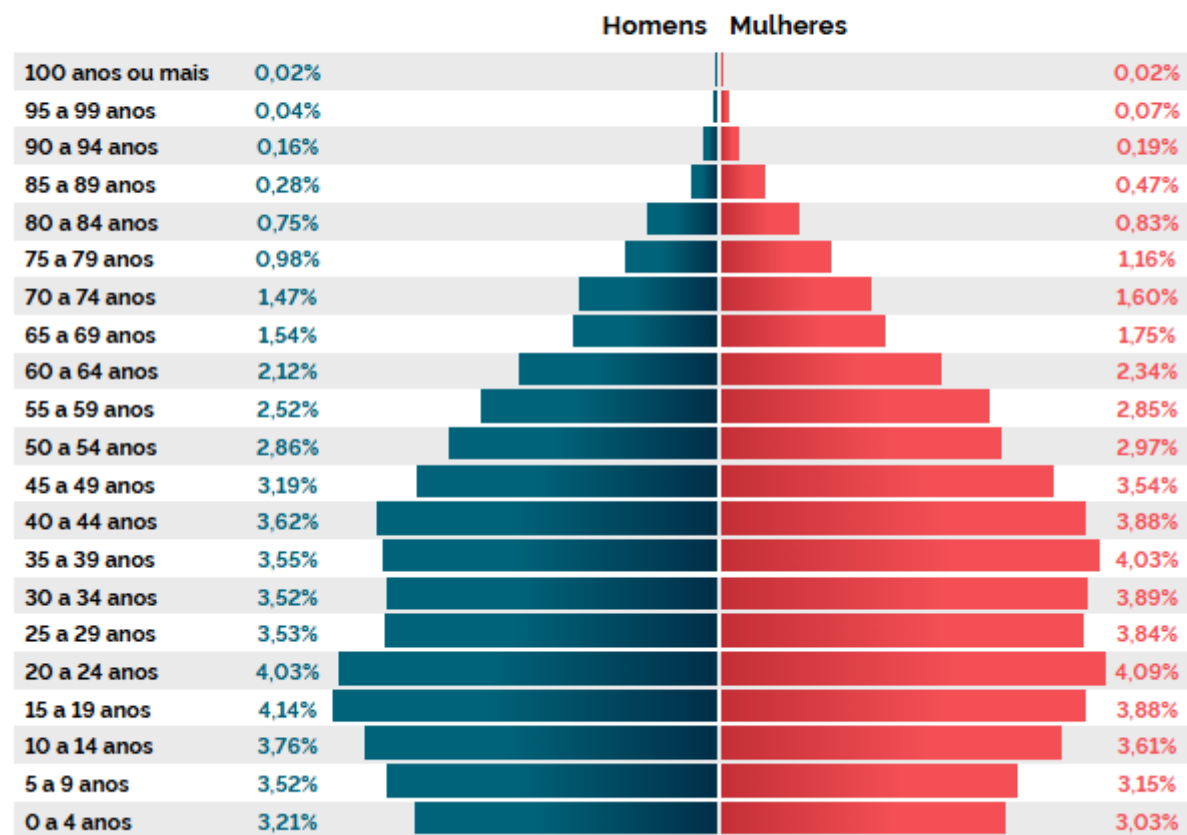


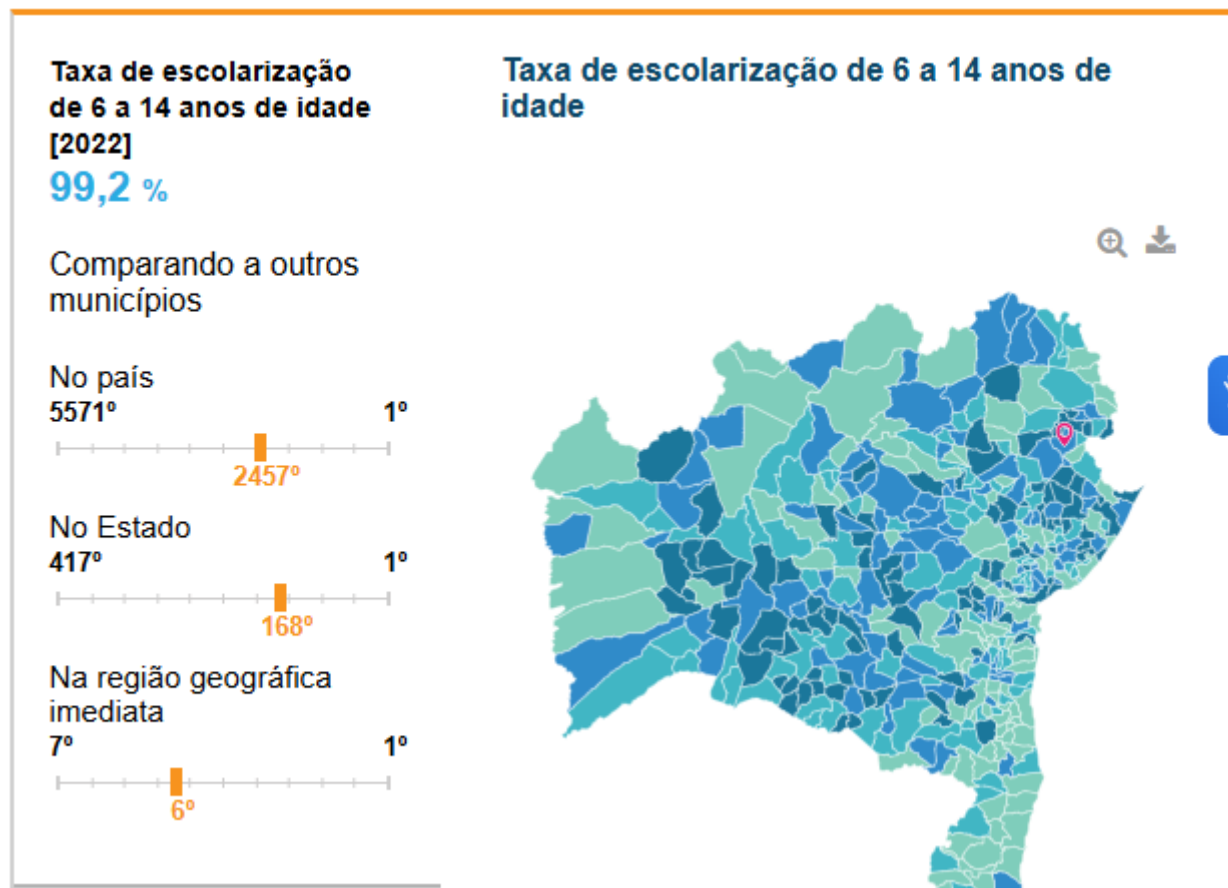
Território



	Área:	1252.14 km ²
	Densidade demográfica:	43.13 hab./km ²
<ul style="list-style-type: none"> Mais de 500 mil de pessoas 100 mil a 500 mil de pessoas 50 mil a 100 mil de pessoas 10 mil a 50 mil de pessoas Menos de 10 mil de pessoas 		

Pirâmide etária







Informe-se e participe!

Incentivo à participação social

- Todos os munícipes são convidados a participar da construção do novo PME (2026–2036), por meio da Comissão com representantes de diversos segmentos da sociedade.
- A participação deve se estender também ao monitoramento da execução das metas e dos avanços educacionais ao longo do decênio.

Quem deve participar?

- Profissionais da educação .
- Pais, estudantes e comunidade escolar em geral.
- Órgãos de controle social e instituições locais.
- Sociedade civil organizada e demais cidadãos.

Importância da gestão democrática

- Garante transparência no processo de definição e acompanhamento das metas.
- Fortalece a democracia participativa na educação municipal.
- Amplia o compromisso coletivo com os resultados da política educacional.
- Contribui para a construção de um projeto de Estado, e não apenas de governo.



Município de Ribeira do Pombal-BA
Prefeitura Municipal
Secretaria Municipal de Educação
Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA)
Ano 2025
PME



O que é o PME e o PNE?

O Plano Nacional de Educação (PNE) é o principal instrumento de planejamento da política educacional brasileira. O Plano Municipal de Educação (PME), por sua vez, é a tradução local dessas diretrizes, adaptando as metas à realidade do município.

Situação do PME e do PNE vigentes:

- **PNE 2014–2024:** prorrogado até 2025 (Lei nº 14.934/2024).
- Monitoramentos das metas realizados em Relatórios de 5 ciclos bianuais.
- Estrutura: 20 metas, 56 indicadores, 254 estratégias.
- Foco: universalização do acesso, qualidade do ensino, valorização docente, equidade.
- **PME de Ribeira do Pombal (2015–2025):**
- Monitoramento e avaliação concluídos.
- Avanços em metas de acesso e permanência escolar.
- Desafios em indicadores de aprendizagem e financiamento.

LINHA DO TEMPO

PNE
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

NOVO CICLO, NOVOS PLANOS !

Novo PNE (2024–2034)

- Projeto de Lei nº 2.614/2024 em tramitação no Congresso.
- Estrutura:
 - 18 objetivos em 8 temáticas.
 - 58 metas.
 - 252 estratégias.
- Ênfase em: qualidade da aprendizagem, inclusão, equidade, regime de colaboração.

Novo PME (2026–2036) – Ribeira do Pombal

- Será elaborado após aprovação do novo PNE.
- Alinhado às diretrizes nacionais e ao documento do PNE, mas adequado às necessidades locais.
- Processo participativo: sociedade civil, escolas, gestores e órgãos municipais.
- Definirá metas de longo prazo (10 anos) para a educação no município.

Estrutura dos novos Planos

- Organização em 8 temáticas: Educação Infantil, Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Integral, Diversidade e Inclusão, Educação Profissional, Educação Superior, Estrutura da Educação Básica.
- Metodologia: objetivos → metas → estratégias.
- Alinhamento: O PME seguirá a mesma lógica, garantindo coerência entre o nacional e o municipal.
- Governança: monitoramento contínuo, avaliação periódica, participação social.

PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014)
20 <small>metas</small>
56 <small>indicadores</small>
254 <small>estratégias</small>
NOVO PNE (PL nº 2.614/2024)
18 <small>objetivos</small>
58 <small>metas</small>
252 <small>estratégias</small>

PLANO DE TRABALHO: MONITORAMENTO DAS METAS DO PME DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL BA
PERÍODO: FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2025

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO PME

COORDENADOR (A) DO PME: YVANIZE MARIA DE OLIVEIRA	MUNICÍPIO: RIBEIRA DO POMBAL BA	NTE: (17) SEMIÁRIDO NORDESTE II
E-MAIL: pmeribeiradopombalba@gmail.com	TELEFONE: 75998398633	ANO QUE INICIOU A COORDENAÇÃO DO PME: 2023

2. APRESENTAÇÃO:

O Plano de Trabalho (PT) da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) do Plano Municipal de Educação (PME) de Ribeira do Pombal- BA é um instrumento organizador de atividades que tem como objetivos planificar, controlar e guiar tarefas à serviço do monitoramento contínuo e da avaliação periódica das metas do PME. Além disso, a construção do PT visa facilitar a comunicação entre os membros da equipe e medir o progresso do trabalho coletivo, permitindo que os problemas sejam identificados e resolvidos rapidamente, uma vez que, além de servir à etapa de planejamento, também promove ações disciplinadas e possibilidades de revisão no processo de execução.

Para o ano de 2025, o PT será organizado em dois momentos distintos:

- Agenda I (fevereiro de 2025): elaboração da agenda de trabalho para atender às atividades de produção do Relatório e de execução da audiência e consulta pública do monitoramento e da avaliação do decênio do PME em vigência (LEI MUNICIPAL Nº 658/2015);
- Agenda II (agosto de 2025): elaboração da agenda de trabalho para atender às atividades de estudo, discussão e construção da nova Lei do PME 2026-2036) a partir do novo Plano Nacional de Educação.

A agenda I atende à:

- Fase 01: produção do Relatório Preliminar de Monitoramento e de Avaliação do decênio do PME em vigência (2015-2025);
- Fase 02: audiência pública;
- Fase 03: consulta pública;
- Fase 04: revisão do documento da consulta pública e produção do Relatório Final de Monitoramento e de Avaliação do decênio do PME em vigência (2015-2025);
- Fase 05: publicação dos documentos finais (AVA COPE e site prefeitura).

4. OBJETIVO GERAL:

Planejar, registrar e sistematizar uma agenda de trabalho da ETMA do PME para dar eficiência à sua gestão de tempo, recursos, materiais e atividades coletivas durante o processo de avaliação das metas do PME.

AGENDA I (fevereiro a agosto de 2025)

PLANO DE TRABALHO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS METAS

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA

(LEI MUNICIPAL Nº 658/2015)

ANO: 2025 – Último ano de vigência do Plano

RESPONSÁVEL: EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (ETMA)

PERÍODO	ATIVIDADES (O quê?)	PARTICIPAÇÃO (Quem)	METODOLOGIA DE TRABALHO	CONTROLE DE EXECUÇÕES
	1- ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO DE SÍNTESE DE DADOS DOS MONITORAMENTOS ANUAIS DO PME: SÉRIE-HISTÓRICA 2017-2024.	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE TABELA E GRÁFICOS EM PLANILHA EXCEL E WORD.	
	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO 01 (PRESENCIAL) 1- REVISÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE MONITORAMENTO DO PME CONSTRUÍDOS NO ANO ANTERIOR (2024); 2- ANÁLISE DA SÍNTESE DE DADOS DOS MONITORAMENTOS ANUAIS DO PME: SÉRIE-HISTÓRICA 2017-2024. 	ETMA E EQUIPE DA SEME.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP); ➤ APRESENTAÇÃO PRESENCIAL – (EXPOSIÇÃO EM DATASHOW); ➤ DISCUSSÃO EM GRUPO. 	

FEVEREIRO E MARCO.	1- ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O VAAR (CONDICIONALIDADES E INDICADORES) E AS METAS 1,2,7, 19 E 20 DO PME; 2- PRODUÇÃO DE DOCUMENTO SOBRE A ANÁLISE DOS RESULTADOS DO VAAR MUNICIPAL.	ETMA	➤ MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP).		
	• REUNIÃO 02 (PRESENCIAL) 1- APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O VAAR (CONDICIONALIDADES E INDICADORES) E AS METAS 1,2,7, 19 E 20 DO PME.	MEMBROS REPRESENTANTES DA ETMA, DIREÇÃO PEDAGÓGICA DA SEME E REPRESENTAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO.			
	REUNIÃO 03 (PRESENCIAL) 1- APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O VAAR (CONDICIONALIDADES E INDICADORES) E AS METAS 1,2,7, 19 E 20 DO PME.	ETMA E COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA SEME	➤ PESQUISA, ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS MUNICIPAIS; ➤ APRESENTAÇÃO PRESENCIAL DOS RESULTADOS MUNICIPAIS – (EXPOSIÇÃO EM DATASHOW); ➤ DISCUSSÃO EM GRUPO.		
	1- ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO 2025 E AGENDA I (SEMESTRE I)	ETMA	➤ PRODUÇÃO DIGITAL DAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO PARA EXECUÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE NDE 2025 (AGENDA 1).		

<u>FEVEREIRO</u> <u>E</u> <u>MARÇO.</u>	REUNIÃO 04 (ON LINE):	ETMA	➤ APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PT- SALA DE REUNIÃO VIRTUAL GOOGLE MEET	
	1- APRESENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO FINAL DO PLANO DE TRABALHO 2025.			
	1- CONSULTA, REVISÃO, COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS PRESENTES NO AVA DA COPE – SEC/BA	COORDENAÇÃO DA ETMA	➤ AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA COPE SEC/BA.	
	1- PUBLICAÇÃO NO AVA: DECRETO DE NOMEAÇÃO DA ETMA DE RIBEIRA DO POMBAL - BA	COORDENAÇÃO DA ETMA	➤ AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA COPE SEC/BA.	
	ENCONTROS COPE			

**PLANO DE TRABALHO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS METAS
DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA**

(LEI MUNICIPAL Nº 658/2015)

ANO: 2025 – Último ano de vigência do Plano

RESPONSÁVEL: EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (ETMA)

PERÍODO	ATIVIDADES (O quê?)	PARTICIPAÇÃO (Quem)	METODOLOGIA DE TRABALHO	CONTROLE DE EXECUÇÕES
ABRIL	1- ADEQUAÇÃO DE PLANILHAS PARA COLETAS DE DADOS	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP).	
	1- REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DO RELATORIO DO PME PARA INCLUSÃO DO DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO DOCÊNCIO DOS MONITORAMENTOS.	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP).	
	1- REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE MONITORAMENTO DAS ESTRATÉGIAS PARA AVALIAÇÃO FINAL DO PME VIGENTE.	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP).	
	1- REESTRUTURAÇÃO DA COLETA DE DADOS SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS.	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL	
	REUNIÃO 05 (PRESENCIAL) 1- AVALIAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS METAS DO PME E AS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS.	ETMA E SECRETARIA DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL	➤ REUNIÃO PRESENCIAL E PREENCHIMENTO DE DADOS.	
	REUNIÃO 06 (ON LINE) 1- APRESENTAÇÃO DO NOVO MODELO DE RELATÓRIO 2025; 2- ORIENTAÇÕES SOBRE COLETAS;	ETMA E EQUIPE SEME	➤ APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO MATERIAL PRODUZIDO– SALA DE REUNIÃO VIRTUAL GOOGLE MEET	

	3- PREENCHIMENTOS, PRAZOS; 4- ORIENTAÇÕES SOBRE AUDIÊNCIA E CONSULTA PÚBLICA.			
	ENCONTROS COPE			

PLANO DE TRABALHO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA (LEI MUNICIPAL Nº 658/2015) ANO: 2025 – Último ano de vigência do Plano RESPONSÁVEL: EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (ETMA)				
PERÍODO	ATIVIDADES (O quê?)	PARTICIPAÇÃO (Quem)	METODOLOGIA DE TRABALHO	CONTROLE DE EXECUÇÕES
MAIO (01 a 15/05)	1- MONITORAMENTO (VERSÃO PRELIMINAR) PARA ANÁLISE DE RESULTADOS DAS SÉRIES HISTÓRICAS DOS INDICADORES DAS METAS: • 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11	ETMA	MATERIAL DIGITAL COM: ➤ COLETA DE DADOS; ➤ CÁLCULO DE INDICADORES; ➤ FICHAS TÉCNICAS. (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP)	PERÍODO ALTERADO PARA: 12 A 30 /05
	1- PRODUÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS SOBRE A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INTERSETORIALIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA /PARTICIPATIVA.	ETMA	➤ PRODUÇÃO DE MATERIAL DIGITAL (SOCIALIZAÇÃO POR WHATS APP) .	
	1- PRODUÇÃO DO DIAGNÓSTICO NOVO PME DO PAR	COORDENAÇÃO ETMA	➤ ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DO PAR	
	1- ALINHAMENTO DO PPA MUNICIPAL (2026- 2029) COM AS METAS DO PME	ETMA, EQUIPE SEME E EQUIPE DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA	➤ REUNIÃO	

MAIO 16 a 30/05	1- PERÍODO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS SÉRIES-HISTÓRICAS DOS INDICADORES: • 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11 2- PERÍODO DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INTERSETORIALIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA /PARTICIPATIVA.	EQUIPE SEME	➤ PRODUÇÃO DIGITAL DE TEXTOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS. •	
	ENCONTROS COPE			

PLANO DE TRABALHO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA (LEI MUNICIPAL Nº 658/2015) ANO: 2025 – Último ano de vigência do Plano RESPONSÁVEL: EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (ETMA)				
PERÍODO	ATIVIDADES (O quê?)	PARTICIPAÇÃO (Quem)	METODOLOGIA DE TRABALHO	CONTROLE DE EXECUÇÕES
JUNHO 01 a 18/06	1- MONITORAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DO PME	EQUIPE SEME	➤ PRODUÇÃO DIGITAL DE TEXTOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.	
	1- MONITORAMENTO (VERSÃO PRELIMINAR) DAS METAS: • 8 e 12-20.	ETMA	➤ MATERIAL DIGITAL.	
	ENCONTROS COPE			
JULHO	1- CONCLUSÃO DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA SÉRIE HISTÓRICA DO DECÊNIO DO PME (VERSÃO PRELIMINAR).	ETMA	➤ MATERIAL DIGITAL.	
	1- PERÍODO DE PRODUÇÃO DA AVALIAÇÃO DE MONITORAMENTO DO DECÊNIO DO PME (VERSÃO PRELIMINAR)	ETMA E EQUIPE SEME	➤ MATERIAL DIGITAL.	
	ENCONTROS COPE			

AGOSTO	1- AUDIÊNCIA PÚBLICA DA AVALIAÇÃO DO DECÊNIO DO PME (VERSÃO PRELIMINAR)	ETMA (encontro aberto ao público em geral)	➤ ENCONTRO VIRTUAL	
	1- CONSULTA PÚBLICA DA AVALIAÇÃO DO DECÊNIO DO PME (VERSÃO PRELIMINAR)	ETMA (ação aberta ao público em geral)	➤ CONSULTA VIRTUAL	
	1- PRODUÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DECÊNIO DO PME.	ETMA	➤ MATERIAL DIGITAL.	
	1- PUBLICAÇÃO DOS DOCUMENTOS FINAIS DO PME NO AVA COPE	COORDENAÇÃO DA ETMA	➤ PUBLICAÇÃO NO AVA COPE SEC/BA	
	1- PUBLICAÇÃO DOS DOCUMENTOS FINAIS DO PME NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL - BA	COORDENAÇÃO DA ETMA	➤ PUBLICAÇÃO NO SITE DE TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL	
ENCONTROS COPE				

AGENDA II (agosto a dezembro de 2025)				
PLANO DE TRABALHO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA (LEI MUNICIPAL Nº 658/2015)				
ANO: 2025 – Último ano de vigência do Plano				
RESPONSÁVEL: EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME (ETMA)				
PERÍODO	ATIVIDADES (O quê?)	PARTICIPAÇÃO (Quem)	METODOLOGIA DE TRABALHO	CONTROLE DE EXECUÇÕES
AGOSTO A DEZEMBRO	A AGENDA II SERÁ ORGANIZADA NO FINAL DO MÊS DE AGOSTO APÓS A CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DECÊNIO DO PME 2015-2025. ESSE PERÍODO SERÁ DESTINADO À PROGRAMAÇÃO DE ESTUDO E PRODUÇÃO DO NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL BA (2026-2036).			